

NATAL NÃO-HÁ-TAL

ASPECTOS DA HISTÓRIA DA CIDADE DO NATAL

JOÃO GOTHARDO DANTAS EMERENCIANO
ORG.

PRÆFECTURÆ
DE PARAIBA, ET
RIO GRANDE.



“Errariam menos os homens se lessem mais a história.”

Luís da Câmara Cascudo



SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO
DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO, PESQUISA E ESTATÍSTICA
SETOR DE DOCUMENTAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES



NATAL

NÃO – HÁ – TAL

Aspectos da História da Cidade do Natal

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL
CARLOS EDUARDO NUNES ALVES
PREFEITO

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO
ANA MÍRIAM MACHADO DA SILVA FREITAS
SECRETÁRIA

ROSANNE DE OLIVEIRA MARINHO
SECRETÁRIA ADJUNTA

CARLOS EDUARDO PEREIRA DA HORA
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÃO, PESQUISA E ESTATÍSTICA

MARIA LÚCIA DE CARVALHO SUPRA
CHEFE DO SETOR DE DOCUMENTAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES

JOÃO GOTHARDO DANTAS EMERENCIANO
ORGANIZADOR

ASLAN L .A. DOS SANTOS
CAPA

EQUIPE TÉCNICA

JOÃO GOTHARDO DANTAS EMERENCIANO
JÔSE TARGINO LOPES
JOSIVAN RIBEIRO JUSTINO
MARIA LÚCIA DE CARVALHO SUPRA
LUCIANO FÁBIO DANTAS CAPISTRANO

ESTAGIÁRIOS

DANIELE RUFINO VIEIRA
HUDSON RAFAEL PEREIRA DINIZ
JANNY SUENIA DIAS DE LIMA
THIAGO CHAVES ROMÃO DA SILVA
SILVESTRE GOMES MARTINS

**Catálogo na fonte. Processos técnicos do Setor de Documentação
e Disseminação de informações.**

Prefeitura Municipal do Natal. Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo.

Natal Não-Há-Tal: Aspectos da História da Cidade do Natal/ Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo; organização de João. Gothardo Dantas Emerenciano. _ Natal: Departamento de Informação, Pesquisa e Estatística, 2007.

157 p.: il.

1. Natal (RN). 2. Aspectos históricos – Natal/RN. 3. Aspectos urbanísticos – Natal/RN. 4. Aspectos culturais – Natal/RN. 5. Aspectos ambientais – Natal/RN. 6. Emerenciano, João Gothardo Dantas.

II. Título.

CDD 981.3

APRESENTAÇÃO

Fazer parte da administração municipal, como gestora da SEMURB – Secretaria do Meio Ambiente e Urbanismo - , neste momento histórico, de transformação da nossa cidade, é de muita alegria e responsabilidade, pois está em curso uma nova concepção urbana, que privilegia o fator humano. Perceber a cidade como lugar essencial do ser humano, este é o nosso “compromisso com a cidade”.

Uma cidade com história, um passado que encontramos nos vestígios materiais e imateriais, esta é Natal. Preservar a história da cidade dos Reis Magos é papel de todos, gestores públicos e sociedade. Neste sentido, “**Natal: Não-há-tal**”, seleta organizada por João Gothardo é mais um instrumento disponibilizado pela Prefeitura do Natal, através da SEMURB, a todos e todas que desejem conhecer as transformações ocorridas na terra de Câmara Cascudo ao longo do tempo.

Pensar Natal, não restringindo a reflexão ao tempo presente, mas buscar as vozes do passado, beber da fonte de Câmara Cascudo, apenas para citar o nosso historiador maior. Compreender Natal de hoje a partir de suas raízes. Perceber como uma pequena povoação de aproximadamente 700 habitantes em fins de 1810, segundo relato de Henry Koster (GALVÃO,1976), chegou ao ano de 2000 com 712.317 habitantes (Censo Demográfico 2000 – IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), este é o desafio.

Esta seleta reuni textos de historiadores, jornalistas e especialistas em diversas áreas, alguns produzidos no século passado e outros recentes, mas com o objeto de estudo comum: Natal. Textos que passam por Manoel Dantas, com sua magnífica “Natal daqui a 50 anos” e Paulo Venturele apresentando “Natal 400 anos depois”. Um encontro de vozes, do passado e do presente, que enriquecem a pesquisa.

Pesquisa exaustiva, aqui encontramos escritos de Hélio Galvão, Olavo de Medeiros Filho, Câmara Cascudo, Veríssimo de Melo, entre outros, estudiosos que pensaram e pensam a nossa cidade Natal. São textos que falam do passado, dos desafios e conquistas vividos, mas também aponta novas perspectivas.

Natal: Não-há-tal, é um convite a reflexão.

Tenham uma boa leitura, pois como nos advertiu Câmara Cascudo, “errariam menos os homens se lessem mais a história”.*

Ana Miriam Machado da Silva Freitas

* CASCUDO, Luis da Câmara. **O Livro das Velhas Figuras**, v. VIII. Natal: Ed. UFRN, 2002, p. 91.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO | 08 |
| ASPECTOS DA EVOLUÇÃO URBANA E DEMOGRÁFICA DE NATAL - Hélio Galvão | 10 |
| NATAL DO RIO GRANDE DE 1614 NUM MAPA RARO DE ALBERNAZ - Olavo de Medeiros Filho | 30 |
| 8 DE DEZEMBRO DE 1633: O DESEMBARQUE HOLANDÊS EM AREIA PRETA - Olavo de Medeiros Filho | 33 |
| O DESEMBARQUE HOLANDÊS NO RIO POTENGI - Olavo de Medeiros Filho | 37 |
| O QUE ERA NATAL EM 1746 - Cônego Estevão Dantas | 41 |
| CIDADE DO NATAL – Luís da Câmara Cascudo..... | 43 |
| NATAL EM 1864 - Olavo de Medeiros Filho | 48 |
| NATAL HÁ 100 ANOS PASSADOS - Veríssimo de Melo..... | 52 |
| OS CANTÕES - João Gothardo Dantas Emerenciano | 63 |
| ASPECTOS NATALENSES – CRÍTICA DOS COSTUMES - José Braz | 65 |
| A NOSSA EDIFICAÇÃO - "Oásis" | 69 |
| NATAL EM 1909 - Pedro de Lima | 71 |
| NATAL DAQUI A CINQUENTA ANOS - Manoel Dantas | 75 |
| A ADMINISTRAÇÃO OMAR O'GRADY(1924-1930) E A MODERNIZAÇÃO URBANA DE NATAL – George Alexandre Ferreira Dantas | 96 |
| NATAL - Luís da Câmara Cascudo..... | 101 |
| ORDENAMENTO URBANO NOS ANOS 30 - Manoel Procópio de Moura Júnior | 108 |
| URBANISMO - Anfilóquio Câmara..... | 110 |
| OS AMERICANOS EM NATAL - Protásio de Melo..... | 113 |

| | |
|--|-----|
| NATAL QUE MANOEL DANTAS NÃO VIU - João Gothardo Dantas Emerenciano | 119 |
| DENOMINAÇÕES INDÍGENAS DA CIDADE DO NATAL E DAS PRAIAS DO RIO GRANDE DO NORTE – | |
| Manoel Procópio de Moura Júnior..... | 122 |
| ZONA DE PRESERVAÇÃO HISTÓRICA - João Gothardo Dantas Emerenciano | 128 |
| PRESIDENTES DAS RUAS NUMERADAS DO ALECRIM - Manoel Procópio de Moura Júnior | 133 |
| TENDÊNCIAS DA OCUPAÇÃO URBANA DE NATAL - Eugênio Foganholo..... | 135 |
| QUE PRETENDEMOS, AFINAL, COMEMORAR? - Nilson Patriota..... | 138 |
| A DÚVIDA SOBRE O FUNDADOR DE NATAL - Valério Augusto Soares de Medeiros | 141 |
| NATAL 400 ANOS (1599-1999) - Bianor Paulino | 144 |
| 400 ANOS NÃO MUITO BEM CONTADOS - Milena Azevedo | 145 |
| NATAL 400 ANOS DEPOIS - Paulo Venturele | 147 |
| NOTAS SOBRE A CIDADE DO NATAL - João Gothardo Dantas Emerenciano | 152 |
| A REVITALIZAÇÃO DA RIBEIRA, DEZ ANOS DEPOIS - Haroldo Maranhão | 158 |
| PARQUE DA CIDADE - Ana Miriam Machado | 162 |
| O PLANEJAMENTO AMBIENTAL E URBANÍSTICO DA CIDADE – Carlos Eduardo Alves..... | 165 |
| REFERÊNCIAS | 168 |
| ANEXOS | 171 |

INTRODUÇÃO

Antes da leitura, é necessário algumas explicações iniciais para que o leitor possa compreender o processo de produção desta seleta, sua concepção e formatação final. As escolhas dos textos e a forma como estão apresentados, são resultados de uma metodologia escolhida a partir de alguns pressupostos teóricos.

Uma primeira preocupação foi escolher estudiosos, da história e de outras áreas do conhecimento, que elegeram Natal como centro de suas pesquisas ou reflexões. Esta diversidade contribuiu para a construção de um “texto” que apresenta uma Natal do passado, presente e futuro. Neste encontro, atemporal, “cronistas” relatam a trajetória da cidade do sol desde sua colonização.

Com uma linguagem clara procura falar da evolução política, cultural, demográfica e econômica da cidade, não esquecendo dos temas atuais, como por exemplo o meio ambiente, abordado por Ana Miriam, em artigo intitulado, “Parque da Cidade”, que mostra uma Natal metrópole, bem diferente dos relatos de viajantes que aqui vieram no início do século XX, quando os natalenses conheceram a primeira forma de intervenção urbana que das mãos do arquiteto Antônio Polidreli fez surgir a Cidade Nova (Tirol e Petrópolis).

A pesquisa utilizou fontes bibliográficas como livros, revistas e jornais, e também alguns textos inéditos, que o organizador teve acesso na forma original, antes que o autor o publicasse e assim foi mantido nesta seleta. Como o leitor vai poder verificar os artigos de jornais e revistas foram extraídos de publicações especializadas ou de um grande valor histórico, como é o caso da Oásis, publicação que circulou em Natal no início do século XX. Outra preocupação foi manter a grafia e formato o mais próximo do original, preservando assim o estilo do autor e da época em que foi escrito.

O escritor Veríssimo de Melo, teve escolhido um texto que narra os costumes de Natal, alguns dos quais sobrevivem até hoje outros ficaram no tempo, o importante é que a escolha destes escritos sobre os costumes tem o objetivo de

apresentar a narrativa histórica não apenas do ponto de vista político ou econômico, mais sobretudo social, resultante das relações humanas em todas as suas vertentes. Neste sentido, um dos critérios utilizados neste estudo, foi ter uma variedade de enfoques da história da cidade dos “Reis Magos”.

Sem ter a intenção de ser conclusivo, mas sim norteador de novos estudos no campo da história de Natal, a idéia é que esta produção sirva de estímulo para que novos escribas construam a história da terra/palco do encontro dos povos lusitanos, batavos, africanos e tapuias, desbravadores que foram todos eles das plagas potiguares. Acreditando que a organização de vários textos em um único volume, narrando a história local é uma ferramenta fundamental, para estudantes e pesquisadores do nosso passado.

Aspectos da evolução urbana e demográfica de Natal *

I

Fundada em 1599, a cidade dos Reis Magos, depois cidade de Natal, teve logo esse predicamento, mas não era uma povoação no sentido de que estava ocupada por moradores fixados.

Do Recife, 4 de dezembro de 1608, o Governador D. Diogo de Menezes escrevia a Sua Majestade sobre Natal, fundada há dez anos: “a povoação que está feita não tem gente”¹. E sabemos que ao tempo de João Rodrigues Colaço só existiam em Natal duas mulheres brancas: a dele e a de um sentenciado a degredo, que veio a ser madrinha do filho do capitão-mor².

Quando o sargento-mor Diogo de Campos Moreno escreveu, sob recomendação de D. Filipe II, o ***Livro que dá Razão do Estado do Brasil***, 1612, Natal era uma povoação apenas nascente: “tem pobremente acomodados até vinte e cinco moradores brancos”³.

Num relatório de suas observações pessoais, precisas e exatas, 1630, Adriano Verdonck, enviado das autoridades holandesas de ocupação, informa que a cidade contava com trinta e cinco e quarenta casas, de barro e palha, os habitantes mais abastados vivendo nos sítios apenas vindo à cidade aos domingos⁴. Um pouco antes, em 1627, Domingos da Veiga que morou em Natal e depois mudou-se para Fortaleza, tinha escrito: “a povoação é muito limitada, a respeito dos moradores estarem e morarem nas suas fazendas, onde muito deles têm suas casas mui nobres”⁵. Em 1628, tinha uma igreja e oito casas, conforme o depoimento de um grupo de índios em Amsterdam, redigido por Hessen Gerritsz.

Joan Nieuhof e Adriaen van der Dussen também informaram sobre Natal, já ocupada pelos holandeses. O conselheiro Dussen afirma que Natal não existia mais: a capitania “já teve uma cidadezinha chamada cidade de Natal,

* Capítulo da “Pequena História da cidade de Natal”, a sair.

situada a uma légua e meia do Castelo Keulen, rio acima, mas está totalmente arruinada”⁶ e sobre este informe escrevia depois o panegirista de Nassau, Gaspar Barleu ser “a Vila de Natal de aspecto triste e acabrunhador pelas suas ruínas e vestígios de guerra”⁷. Em vista disso, na várzea do Potengi, confluência do rio Jundiáí, foi edificada a capital holandesa da capitania, a cidade de Amsterdam, onde funcionou a Câmara de Escabinos⁸.

Quando os holandeses saíram (1654), era a desolação. Em 1673, dezembro, o capitão-mor Antônio Vaz Gondim e os oficiais da Câmara pediam a Sua Majestade uma esmola para as obras da matriz, em vista da pobreza dos moradores e ainda porque - entendiam eles - concluída, a igreja passaria a funcionar como pólo de atração para que se fixasse os moradores: “acabando-se a igreja se povoaria a cidade”⁹.

Quase meio século depois, 7 de abril, 1722, em carta a El-Rei, o capitão-mor José Pereira Fonseca, cujo antecessor, Luiz Ferreira Freire, tinha sido assassinado e ele próprio atacado a tiros por um mascate, diz que Natal tem apenas trinta casas e os arredores eram mato fechado¹⁰. Menos do que em 1627.

Cinco anos mais tarde, deixando o Governo do Maranhão, João da Maia da Gama recebeu a incumbência de inspecionar as capitanias, descendo por terra. O relatório que apresentou é minucioso e interessante. Empreendendo a viagem, abril de 1729, ano de inverno rigoroso, está em Natal, hóspede do jovem capitão-mor Domingos de Moraes Navarro, que o foi esperar em Extremoz. Ficou vários dias e passou a Semana Santa. De Natal, escreveu Maia da Gama:

“A cidade he fundada em hum alto e ainda que mto. ariento, comtudo com terreno mto. capaz, e lavado dos ventos, e tem cincoenta para 60 casas e mtas mais perto da cidade a mais gente vive nas suas fazendas”¹¹.

Dom Frei Luiz de Santa Tereza, bispo de Olinda, no relatório da visita pastoral que apresentou à Santa Sé, 1746, diz que Natal é “tão pequena que além do título de cidade, igreja paroquial e poucas casas, nada tem que represente a forma de cidade”. E faz o trocadilho: “Da cidade de Natal não - há-tal, como por brincadeira se diz”¹².

Ainda no século XVIII, datada de 27 de junho de 1777, Domingos Monteiro da Rocha, Ouvidor da Paraíba, informa que a cidade de Natal, tinha então de povoado quatrocentas braças de comprimento por cinquenta de largo, com 118 casas¹³.

Houve em 1805 um censo que não tem maior significação para o nosso caso, porque abrangente de toda a população do município: 6.393 habitantes, e um outro de 1808, com a mesma generalidade: 5.919.

A primeira notícia do século XIX por um visitante é a de Henry Koster, fins de 1810: três ruas desembocavam na praça da matriz, nenhum calçamento, população de seiscentos ou setecentos habitantes¹⁴. Nos anos mais próximos da independência estaria entre 1.000 e 1.200 pessoas¹⁵.

Outros censos, 1844 (6.454 habitantes), 1856 (6.454), 1859 (6.600) e 1870 (8.900) são mais ou menos convencionais.

II

Primitivamente edificada “num chão elevado e firme” a cidade pouco se desenvolveu. Devia ficar compreendida na faixa em que atualmente funciona o Tribunal de Justiça em sentido transversal na direção do rio Potengi pela rua Quintino Bocaiúva (Gonçalves Dias, até poucos anos atrás) ao norte. Pelo sopé da mesma elevação, terminais das atuais ruas Padre Pinto, Santo Antônio, Voluntários da Pátria, Gonçalves Ledo, Vaz Gondim e Av. Rio Branco, ao sul. A Santa Cruz da Bica seria a cruz remanescente desse lado. Uma cruz ao norte, outra ao sul, os marcos fixadores dos extremos. A tradição guardou o nome de uma antiga rua da Cruz que ainda existia em fevereiro de 1866, pois nesta rua funcionava em prédio nacional naquele ano a Capitania dos Portos¹⁶. Poder-se-ia dizer, numa tentativa de simplificação, que a cidade nasceu na área que se inscreve no retângulo de que um lado seria a av. Rio Branco e o outro o rio e os dois outros seriam as ruas Apodi, ao sul, e Ulisses Caldas, ao Norte.

A Lei Provincial nº. 118, de 9.11.1847, delimitou o quadro da cidade: do Baldo à Gamboa de João da Costinha e da margem do rio até a Estrada Nova, depois rua da Aurora.

Depois que a cidade desceu para a Ribeira, aí ficou mais de dois séculos. Entre a Cidade Baixa (Ribeira) e a Cidade Alta, a ligação era feita através de uma ponte sobre o rio Salgado, que continuava por um aterro. Esse aterro sofria cada ano repetidas erosões. Uma solução vinha sendo preconizada desde vários anos, conforme justificou o Diretor de Obras Públicas, engenheiro Feliciano Francisco Martins:

“A prolongação do cais desta cidade ate o lugar denominado Passo da Pátria é um melhoramento da reconhecida utilidade; e, com efeito, além de facilitar o trânsito entre o bairro alto e o baixo da cidade, e dar um melhor aspecto ao porto, trazia ele consigo a aquisição de um terreno, que, por ser alagado diariamente nas preamares, nenhum préstimo tem hoje.

Poderia, realizada a obra, prestar-se à edificação, e estou convencido que ela não se demoraria.

Feito isto, poder-se-á então fechar a abertura que existe na parte mais baixa da praça e que se deixou para facilitar o fluxo e o refluxo das marés, enquanto não se concluir o aterro, que pode por ali ser conduzido em canoas.

Convém que se proceda ao calçamento de toda a área do cais para evitar a lama que sobre ele formam as chuvas; que se coloquem varandas de ferro pelo lado do rio para embaraçar que inconvenientemente se faça desembarques de volumes.

Estas obras que não são mais que o complemento das que estão feitas, servirão para conservação e aformoseamento do cais que tem esta cidade.

Cumpré que ande o do calçamento das ruas que pode-se dizer não existir nesta cidade, onde, pela natureza e configuração do solo arenoso, e dividindo-a em alta e baixa torna-se de incontestável utilidade ao trânsito e rapidez de comunicação de um bairro com outro, além de constituir o embelezamento necessário pelo menos às capitais.

Convém, pois, empregar ao menos os trinta mil paralelepípedos, que existem na província, em calçar-se algum lance das ruas da cidade, evitando assim que eles estejam amontoados em certos lugares e que mesmo guardados diariamente por uma sentinela, servem-se deles e deixam depois disseminados pelas praias.

O plantio de árvores em todo o correr da ladeira, que une os bairros da cidade seria um melhoramento, que aproveitaria a todos aqueles que se vêm forçados a freqüentar diariamente em horas de grande calor a principal comunicação entre os dois bairros ”¹⁷

Em 1878, deliberou o governo mudar a passagem pela margem do rio até o Passo da Pátria. Em seu relatório à Assembléia Provincial (4.12.1878), o vice-presidente Manoel Januário Bezerra Montenegro reproduz uma representação da Câmara de Natal. É que os moradores da Ribeira sentiam que iria haver um fluxo de negócios e valorização dos terrenos no “Bairro Alto” e pediram ao governo provincial que apenas restaurasse o aterro do rio Salgado. A Câmara Municipal destrói uma por uma as razões dos moradores da Ribeira. Por sua vez, oitenta moradores do Bairro Alto reagiram com outra representação. O presidente Bezerra Montenegro resolveu do modo mais simples: atendeu aos dois partidos:

“... convidando diversos cidadãos, já de um bairro, já de outro, dirigi-me a ambos os lugares e examinei tudo quanto devia, para poder com imparcialidade e justiça resolver a contenda, em que me parece existir de parte a parte motivos atendíveis.

Encontrando bastante adiantado o serviço a cargo do capitão Manoel Joaquim Teixeira de Moura, que em menos de uma semana havia levantado um importante aterro, já na extensão de umas trinta braças com quarenta palmos de largura, em que alguma coisa tem se despendido, e para não ficar sem serventia, resolvi mandar continuar o dito serviço

e fazer os reparos, de que carece a outra estrada, resultando daí mais uma ocupação em benefício de grande número de emigrantes, que não têm conseguido trabalho em outras partes.

Ficam assim proporcionados os cômodos para os habitantes em geral; sendo sempre de grande proveito público e um elemento de progresso o aumento de boas estradas em busca de qualquer capital ”¹⁸.

Este problema reaparece constantemente nos relatórios e falas presidenciais, com a tônica do abandono da ladeira e preferência pelo acesso através do novo caminho para o Passo da Pátria.

III

Problema novo, o da mudança da capital.

O quadro que o comendador Henrique Pereira de Lucena, presidente da Província, traçou perante a Assembléia Legislativa Provincial em 5 de outubro de 1872 é desalentador: a província, que ao tempo das guerras holandesas servia de celeiro à cidade do Recife, mandava agora “aos talhos de sua capital número mais que limitado de bovino, magro, cansado e por preço elevadíssimo”, importando farinha das províncias limítrofes e até do Rio de Janeiro. Atribuía o presidente Lucena entre as principais causas “desse estado desanimador em que se acham as fontes de produção e riqueza da província à péssima posição topográfica de sua capital, o pior lugar, sem contestação alguma, de toda a província, quer como cidade igual a outras do interior, quer como sede principal da civilização, comércio, indústria e artes”.

A seguir exhibia o retrato da cidade, sufocado pelas dunas, apertada pelo rio, sem possibilidade de expandir-se, e indicava a única opção para o desenvolvimento:

“Situada na margem direita do Potengi, ou Rio Grande, a uma légua pouco mais ou menos de sua foz, acha-se a cidade do Natal, por assim dizer, comprimida e asfixiada, do lado do sul e leste por alterosos morros de areia, mais ou menos movediça e improdutiva, e do lado de oeste por um longo e imenso lençol d’água, que para o oceano conduz o Potengi.

O seu pequeno comércio acha-se inteiramente avassalado ao da praça de Pernambuco, e mais ou menos sujeito ao de algumas povoações circunvizinhas, onde a facilidade do transporte tem tornado mais cômodo e menos dispendioso o tráfico mercantil.

É lhe pouco abundante a água potável, e faltam-lhe as estradas regulares e fáceis que a ponham em comunicação com o interior da província, da qual se acha, por assim dizer, seqüestrada.

No exterior, em um raio de mais de duas léguas quase nenhuma cultura; no interior causa dó ver as suas ruas estreitas e tortuosas, compostas pela maior parte de palhoças, cercadas de matos, verdadeiras capoeiras, e de imundícies.

A idéia, pois, da transferência da capital para um outro local, para a planície denominada – Carnaubinha, por exemplo, fronteira a Guarapes, é por demais transcendente e de necessidade indeclinável, visto ser o único conhecido que mais vantagens oferece para isso.

O lugar ali é inteiramente plano na extensão de uma a duas léguas quadradas; indo suave e gradualmente subindo para o interior das terras, a ponto de se tornar quase insensível o pendor do terreno. Acham-se a pequena distância, quase a mão, o barro, a areia, o cal e a madeira necessária para a construção, além de sofrível pedra de cantaria e pedra própria para calçamento a meia légua pouco mais ou menos de distância. Possui considerável abundância d’água potável

da melhor qualidade, notando-se uma lagoa ou poço na Carnaubinha, uma fonte d'água cristalina e dois fortes riachos perenes em Guarapes, além do caudaloso rio Pitimbu, que corre a menos de uma légua distante; o Cajupiranga não menos caudaloso, poucas braças mais longe, e entre ambos a formosíssima lagoa Parnamirim.

Mudada para aquele lugar a capital, e lançada sobre o rio uma pequena ponte de madeira que, quando muito, poderá custar uns 20:000\$000, ficará a cidade admiravelmente situada, e para melhor me exprimir, colocada no centro de um vasto perímetro constelado de cidades e povoados mais ou menos distantes, tais como S. José e Ceará-Mirim a cinco léguas, aproximadamente, cada uma com estradas traçadas em terreno plano e consistente; Extremoz com sua extensa e piscosa lagoa; São Gonçalo, Macaíba, Santo Antônio, Utinga, Ferreiro-Torto e Pitimbu; e, finalmente, a cidade do Natal a três léguas por água, podendo muitas dessas povoações servir-lhe de arrabaldes.

Além disso convém notar que o trafico mercantil em Guarapes, em tempo em que ali ainda residia o major Fabrício, lutou com vantagem com o do Natal e sobrepujou o de Macaíba, apesar de ser Fabrício negociante único naquele lugar; afluindo de todos os lados compradores aos seus armazéns, até mesmo do sertão da Paraíba e desta capital”¹⁹.

Em seu relatório precitado, o engenheiro Feliciano Francisco Martins renova a tese da mudança, quase com os mesmos fundamentos do presidente Lucena:

“Duas opiniões, há longo tempo emitidas e infelizmente nenhuma delas realizada até hoje, se apresentam como meios apropriados para combater estes obstáculos:

1º - A construção de uma ponte, em frente a esta cidade, e o rompimento dos morros de areia por uma estrada calçada e de fácil acesso.

2º - A mudança da capital para a margem esquerda do Rio Potengi, para o lugar denominado – Carnaubinha, fronteiro a Guarapes, e distante 3 léguas desta cidade.

A primeira, além de encontrar dificuldades de todo o gênero em sua realização, fecha para assim dizer o rio às embarcações de certa ordem, que se destinarem a carregar produtos de Macaíba e outros povoados, que pelas suas posições topográficas atraem todos os gêneros do interior; e mesmo na hipótese de sua construção, talvez a província não tire os lucros proporcionais ao capital empregado. Quanto à construção de uma estrada de fácil acesso, rompendo os morros de areia, ela é em si de um dispêndio enorme, além dos meios que a arte aconselha para se oporem à marcha das areias movediças de uma zona bem extensa.

Em favor a segunda opinião, porém, militam irrefutáveis argumentos. A posição do lugar designado, além de outras vantagens constitui como que um centro para onde convergem as estradas já traçadas, e a traçar, em terreno plano e consistente; a ponte a construir-se é de insignificante custo em relação à primeira, e o obstáculo à navegação não existe neste caso por ser o rio navegável somente daí para cima por barcaças e canoas.

Embora esta segunda opinião prevaleça sobre a primeira, cumpre entretanto, confessar que a mudança rápida de uma capital já estabelecida e que dispõe de edifícios públicos, satisfazendo mais ou menos aos seus fins, para um outro lugar inabitado, acarreta consigo despesas incalculáveis, joga com muitos sacrifícios quer públicos, quer particulares, e enfim, com os destinos da província”²⁰.

Do porto de Guarapes, fundado por Fabrício Gomes Pedroza, em 1860, dizia Manoel Ferreira Nobre, em 1877, que “é um dos arrabaldes mais importantes da capital”²¹. E a Lei Provincial nº. 659, de 10.6.1873, deu um passo no caminho da transferência da capital. Sem mencionar a mudança, autorizou o governo a tomar as seguintes medidas:

-Desapropriação dos lugares Guarapes e Carnaubinha, a partir da preamar de um até um meio quilômetro, pela margem direita do rio Jundiaí; e pela margem esquerda até seis quilômetros;

-Construção de uma ponte de madeira unindo os dois lugares;

-Isenção de imposto predial (décima urbana) por dez anos, para os prédios que fossem edificadas nos dois lugares.

Era uma tentativa de restaurar a velha Amsterdam dos holandeses.

IV

Em livro do começo desse século, o comandante Artur Dias assim descreveu a capital do Rio Grande do Norte:

“Vamos passar... uma ligeira vista a Natal de hoje em dia. Como deixei entrever a massa das construções da cidade segue dois planos diferentes: uma parte estendeu-se pela baixada, chama-se Ribeira; a outra está rodeada de morros que a cercam em toda a circunferência, em número de vinte e um, ficando a cidade quase ilhada: dum lado o mar, do outro os areais enormes. Compreende os distritos de Cidade Alta, Cidade Baixa, Cajupiranga e Ponta Negra, paróquia de Nossa Senhora da Apresentação, tendo a população de 13.725 habitantes, dos quais 6.753 homens e 6.972 mulheres. Como se vê, por estes simples algarismos, a cidade está longe de ter tido um desenvolvimento proporcional à sua respeitável idade”²².

A Resolução Municipal nº. 15, de 30.12.1901, criou a Cidade Nova, onde hoje assentam os bairros de Tirol e Petrópolis, mas o plano foi concluído três anos depois, superfície aproximada de 1.648.510 m², subdividida em sessenta

quarteirões, planejada pelo arquiteto Antônio Polidreli. Constituía-se de avenidas e ruas transversais; as avenidas com trinta metros de largura, todas em direção a 36 graus de S SO, as ruas com vinte:

- Deodoro da Fonseca, com 955 m de extensão
- Floriano Peixoto, com 945 m
- Prudente de Moraes, 1.261 m
- Campos Sales, 1.261 m
- Rodrigues Alves, 1.261m
- Alberto Maranhão, com 650 m, e 25 de largura, a 71 graus na direção N NE
- Sétima, com 1.261 m
- Oitava, com 5.261 m, 4.000 fora do perímetro e 1.261 dentro do perímetro

As ruas:

- Ceará-Mirim, com 950 m de extensão, começando na Avenida Oitava até a Rua José de Alencar, limites extremos da Cidade Nova;
- Maxaranguape, com 950 m, entre a Oitava Avenida e a Prudente de Moraes;
- Apodi, com 940 m, entre a Rua José de Alencar e Oitava Avenida;
- Jundiaí, com 760 m, da Praça Pio X à Oitava Avenida;
- Açú, com 760 m, da Praça Pio X à Oitava Avenida;
- Mossoró,
- Mipibu,
- Trairi,
- Potengi,

- Seridó, todas com 910 m, entre a Av. Oitava e a Av. Deodoro, as três últimas cortando a Praça Pedro Velho;
- Golandim, com 425 m, perpendicular às Avenidas Deodoro e Oitava fazendo ângulo na Av. Alberto Maranhão;
- Guaratuba, com 450 m, a 35 graus a S SE, em direção a Rua Silva Jardim e Av. Alberto Maranhão, no limite do bairro da Ribeira;
- Santos Reis, com 650 m, traçada a 77 graus N NE, termina na Rua Seridó, na Areia Preta ²³.

O Alecrim cujos primeiros moradores se fixaram na última década do século passado, com suas avenidas e ruas numeradas, é uma réplica à Cidade Nova. Começa a desenvolver-se a partir do segundo decênio deste século. Era o avanço demográfico e urbanístico em direção aos tabuleiros, de que a Cidade da Esperança (1963 – 1964) marcaria o ponto extremo, sem solução de continuidade.

A Resolução nº. 304, de 6.4.1929, autorizou o prefeito a contratar o plano de sistematização da cidade, realizado o contrato com outro arquiteto italiano, Giacomo Palumbo, a 22 do mesmo mês, os serviços devendo estar concluídos no prazo de um ano, pagando a Prefeitura ao contratante a quantia de Rs 100.000\$000. Em seu relatório de 30.1.1930, à Intendência Municipal, o Prefeito Omar O’Grady explica que “não se trata de um projeto de realização imediata”, mas apenas “do delineamento de um plano geral de previsão estabelecendo normas dentro das quais a cidade deverá sistematizar-se e estender-se”. Estava já projetada uma parte do plano, “compreendendo desde o Forte dos Reis Magos, ao norte, até a rua Jundiá e seus prolongamentos, ao sul”

E esclarece:

“Partindo da rua Silva Jardim verificamos que o plano ao norte desta artéria representa projeto novo, sem preocupação de aproveitamento de arruamentos existentes, enquanto que a parte ao sul da referida rua representa mais ou menos aproveitamento do velho plano da cidade com as modificações imprescindíveis, algumas mesmo radicais, como por exemplo, o alargamento da Rua do Comércio para 12.m00, a construção de uma avenida de 16,m00 a partir da

Rua Silva Jardim conquistando terreno ao rio Potengi, o prolongamento da Avenida Tavares de Lira até à cota cinco, retificação dos alinhamentos das Ruas da Conceição e Coronel Bonifácio com o aproveitamento da atual Catedral, concordância da Praça João Maria com a Rua Pedro Soares e o alargamento do cruzamento desta rua com a Avenida Rio Branco”.

Os pontos de mais importância de ordem geral, nesta parte do plano são os seguintes: o proporcionamento de quatro acessos entre o bairro baixo e a cidade alta, em vez de um apenas, existente hoje; o estabelecimento de um bairro jardim na zona hoje conhecida pelo nome de Limpa; a construção de um boulevard de contorno partindo da cidade baixa, de perto do cais do porto, marginando a princípio o rio Potengi, depois contornando a cidade jardim, e por fim, marginando o Oceano até às praias do Meio e da Areia Preta; a construção de uma avenida em seguida ao cais do porto, conquistando terreno ao rio Potengi, de modo a poder a cidade oferecer um aspecto agradável para o porto ”²⁴.

A cláusula III do contrato dispõe:

“O trabalho a que em virtude do presente contrato se obriga o arquiteto contratante, constará”:

a) de uma planta do projeto da cidade, em prancha, em papel canção reforçado à tela, com referências aos atuais alinhamentos e construções, em escala de 1.1000, em aquarela policromica, com projeções de sombras, compreendendo os bairros administrativo, comercial, industrial, a cidade recreio e os bairros residencial e operário. Esta planta geral do projeto, em escala de 1.1000, abrangerá toda a área limitada ao Norte pelo projeto da cidade recreio no local atualmente denominado “Limpa”, a Leste pelo Oceano Atlântico, desde o Forte dos Reis Magos, até a Praia de Areia Preta; ao Sul pela Avenida 16 e seu prolongamento até o Rio Potengi; a Oeste pelo rio Potengi, desde o prolongamento da Avenida 16 até o Forte dos Reis Magos. Nesta mesma planta serão indicadas a localização da iluminação pública,

viação urbana, arborização, passeios, locais para feiras, mercados, matadouros, cemitérios e demais estabelecimentos municipais.

b) perfis transversais em escala de 1.100, de todos os tipos de ruas e avenidas consideradas no projeto”²⁵.

Como então previsto, o Plano Palumbo veio sendo executado por etapas sucessivas. O Prefeito Miguel Bilro abriu a Avenida Rio Branco até a Ribeira, o Prefeito Sylvio Pedroza iniciou com a Avenida Circular a grande via contorno, o Prefeito Agnelo Alves deu novo acesso ao bairro do Alecrim. Mas as deformações do Plano Palumbo são maiores que as suas aplicações. Na cláusula IV do contrato ficara estabelecido que o projeto deveria conciliar as normas de estética e os preceitos de urbanismo com interesses da Prefeitura, no sentido de reduzir ao mínimo as desapropriações, movimentos de terra e obras de arte. Como se vê, um projeto adequado às peculiaridades do município.

Restaria investigar as origens, a significação e a cronologia da toponímia urbana e interurbana: Ribeira, Rocas, Quintas, Passo da Pátria, Ponta do Morcego, Montagem, Areia Preta, Limpa, Oitizeiro, Manoel Filipe, Areial, Barro Vermelho, Cacimba de São Tomé, Lagoa Seca, Mãe Luíza, Morro Branco, Carrasco, Alecrim, Baixa da Beleza, Solidão, Monte, Morro do Pinto, Refoles, Baldo, etc. Esta investigação porém será transportada para outro capítulo.

Em 1941-1942 tinha Natal 200 logradouros Públicos:

- Ribeira, 31:
 - duas esplanadas
 - duas avenidas
 - três praças
 - quatorze ruas
 - um beco

-nove travessas

- Cidade Alta, 58: - três avenidas
-doze praças
-trinta e quatro ruas
-dois becos
-sete travessas

- Tirol, 11: -quatro avenidas
-sete ruas

- Petrópolis,18: -quatro avenidas
-duas praças
-doze ruas

- Alecrim, 35: -duas avenidas
-duas praças
-vinte e oito ruas
-três travessas

- Rocas, 12: -uma avenida

- uma praça
- dez ruas

- Praia do Meio, 8 :
 - duas praças
 - seis ruas

- Lagoa Seca, 5:
 - duas avenidas
 - duas ruas
 - uma estrada

- Carrasco, 18:
 - dez avenidas
 - oito ruas

Dessas duas centenas de logradouros, 66 eram pavimentados a paralelepípedos, 14, de pedras irregulares e 2 de macadame simples. Iluminados a luz elétrica, somente 176 ²⁶.

A seguir, um quadro da evolução demográfica, em vários períodos, abandonados outros, relativos a 1907-1912, que por sua incoerência não coincidem nem com os precedentes nem com os posteriores, criando inexistentes problemas de interpretação:

| | |
|------|--------|
| 1885 | 6.454 |
| 1870 | 8.909 |
| 1872 | 20.392 |

| | |
|-----------------------|----------------------|
| 1890 | 13.725 |
| 1920 | 30.696 |
| 1940 perímetro urbano | 51.479 |
| município | 54.366 |
| 1950 perímetro urbano | 94.812 |
| município | 103.215 |
| 1960 perímetro urbano | 154.276 |
| município | 162.237 |
| 1968 perímetro urbano | 175.982 |
| município | 239.590 (estimativa) |
| 1970 perímetro urbano | 255.223 |
| município | 270.127 |

Estas, as linhas do quadro da cidade que Manoel Mascarenhas Homem fundou por ordem de Sua Majestade, desde o chão elevado e firme até os confins de Mãe Luíza e Neópolis, o mais novo bairro da cidade embora sem continuidade urbanística.

Hélio Galvão

-
1. **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**, vol. LVII, 1935, págs. 42-45.
 2. Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, São Paulo, Companhia Melhoramentos de São Paulo, s.d., revista de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, pág. 378.

3. Diogo de Campos Moreno, ***Livro que dá Razão do Estado do Brasil*** – 1612, edição crítica, com introdução e notas de Hélio Vianna, Recife, Arquivo Público Estadual, 1955, pág. 209.
4. Adriano Verdonck, “Descrição das Capitâneas de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Memória apresentada ao Conselho Político do Brasil em 20 de maio de 1630”, tradução de Alfredo de Carvalho (***Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano***, vol. IX, n. 55, 1901, págs. 215-227)
5. Domingos da Veiga, “Descrição do Rio Grande”, ***Revista Trimestral do Instituto do Ceará***, t. XXXIV, 1920, págs. 258-260,
6. Adriaen van der Dussen – “***Relatório sobre as Capitâneas Conquistadas no Brasil pelos holandeses***” (1639), tradução, introdução e notas de José Antônio Gonçalves de Melo Neto, Rio de Janeiro, Instituto do Açúcar e do Alcool, 1947, págs. 78-79.
7. Gaspar Barleu, ***História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil pelos holandeses***, tradução e anotação de Cláudio Brandão, Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do Ministério da Educação, MCMXL, pág. 128.
8. Joan Nieuhof, ***Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil***, tradução de Moacir M. Vasconcelos, introdução, notas e crítica bibliográfica de José Honório Rodrigues, São Paulo, Livraria Martins, 2ª ed., 1951, págs. 59-60. A mesma informação em Dussen, loc. cit., e Barleu, loc. cit.
9. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, ***Documentos Históricos***, vol. XCIII, 1951, págs. 203 - 205.
10. ***Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte***, vols. XI-XIII, 1913-1915, págs. 175.
11. F. A. Oliveira Martins, ***Um Herói Esquecido (João da Maia da Gama)***, Lisboa, Agência Geral das Colônias, 1944 (vol. 100, da “Coleção Pelo Império”), pág. 97.
12. ***Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte***, vols. XXV-XXVI, 1928-1929, págs. 250-253.
13. Domingos Monteiro da Rocha, ***Relaçam de toda a extensão desta Cap^a do Rio Grande do Norte e sua divisão, Freguezias, Povoaçoins, Rios assim navegáveis, como inavegáveis, que ela se contém***, texto em A. T. de Lira – Vicente S. Pereira de Lemos, ***Apontamentos sobre a questão de Limites entre os Estados do Ceará e Rio Grande do Norte***. Natal, Tip. de “A República”, e de “O Século”, 1904, vol. II, págs. 114-118.
14. Henry Koster, ***Viagens ao Nordeste do Brasil***, tradução e notas de Luís da Câmara Cascudo, São Paulo, Companhia Editora Nacional, (vol. 221 da Coleção Brasileira), 1942, pág. 110.
15. Rocha Pombo, ***História do Rio Grande do Norte***, Rio de Janeiro, Anuário do Brasil, 1922, pág. 205.
16. Relatório do capitão-tenente João José Lisboa, 18.2.1886, Anexo à Fala do presidente José Moreira Alves da Silva lida a 15.3.1886, Natal, Tip. do Correio do Natal, 1886.
17. Relatório Anexo ao do vice-presidente da província, coronel Bonifácio Francisco Pinheiro da Câmara, a 11.6.1873, à Assembléia Legislativa Provincial, Rio de Janeiro, Tipografia Americana, 1873, págs. 43-44.
18. Relatório do vice-presidente Manoel Januário Bezerra Montenegro a 4.12.1878, à Assembléia Legislativa Provincial, Pernambuco, Tip. Jornal do Recife, 1879, pág. 17.

19. Relatório do presidente Henrique Pereira de Lucena à Assembléia Legislativa Provincial, 5.10.1872, Rio de Janeiro, Tip. Americana, 1873, págs. 36-37.
20. Relatório cit., págs. 40-41.
21. Manoel Ferreira Nobre, **Breve Notícia sobre a Província do Rio Grande do Norte**, prefácio e notas de M. Rodrigues de Melo, Rio de Janeiro, Editora Pongetti, 2ª ed., 1971, págs. 40-41.
22. Artur Dias, **Brasil Atual**, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1940, pág. 189.
23. Relatório do Secretário do Governo, Henrique Castriciano, anexo à Mensagem do Governador Augusto Tavares de Lira ao Congresso Legislativo do Estado, 14.7.1904, Natal, Tip. de "A República", 1905, págs. 34-35.
24. Relatório apresentado à Intendência Municipal de Natal, 30.1.1930, pelo prefeito Omar O' Grady, Natal, Imprensa Oficial, s. d., págs. 13-14.
25. Relatório cit., pág. 48.
26. Anfilóquio Câmara, **Cenários Municipais** (1941-1942), Natal, Oficinas Gráficas do DEIP, 1943, pág. 239.

Natal do Rio Grande de 1614 num mapa raro de Albernaz

João Teixeira ALBERNAZ, o velho, “cosmógrafo do Rei de Portugal com carta patente para exercer o ofício de mestre construtor de cartas de marear e de instrumentos astronômicos”, viveu no período de 1602 a 1666. É de sua autoria um mapa intitulado RIO GRANDE, publicado em 1631, o qual se encontra na mapoteca do Itamaraty, no Rio de Janeiro.

Certamente o mapa foi baseado em um rascunho, de autoria de desenhista anônimo, elaborado por volta do ano de 1614.

No mapa de Albernaz acham-se representados diversos aspectos natalenses, compreendendo a área que vai da barra do Rio Grande ao atual Rio do Baldo.

Inicialmente é focalizada aquela barra, indicando-se que a mesma possuía uma largura de oitenta braças (176m), apresentando uma profundidade, nas “marés vivas”, de 35 pés (11,55m). Em seguida são apresentados os “recifes que se não descobrem em nenhuma baixa-mar”, situados ao norte daquela foz do Potengi.

Ao sul da barra figuram os “recifes descobertos em baixa-mar e preamar”. Defronte à barra via-se uma pedra “que se descobre em baixa-mar de águas vivas”. Seguindo-se à citada pedra, aparece uma “restinga de areia que se descobre na mesma conjunção”, nas proximidades da atual Praia da Redinha. Entre a extremidade ocidental da restinga e a referida praia, via-se o “canal por onde podem sair barcos indo demandar uma barreta, que está mais ao norte”.

Logo após a entrada da barra, via-se o “caminho que os navios fazem para se desviarem dos baixos”, o qual se aproximava bastante da margem direita do Potengi. Na rota do dito caminho havia um “surgidouro dos navios”, com uma profundidade de 35 pés.

Aparece também o Forte dos Reis Magos, ainda sem sinal de ter sido construída a capela na sua praça d’armas. Tal ausência indica ser o desenho, que deu origem ao mapa anterior ao ano de 1622, quando foi concluída aquela capela dedicada aos Santos Reis Magos.

Defronte ao forte é representado um “médão de areia, distante do forte 73 braças e meia” (161,7m), o qual erguia-se a uma altura de 60 pés (19,8m). A referida duna estendia-se por 68 braças (149,6m), apresentando a largura de 48 pés (15,84m). Atualmente ainda encontram-se vestígios da primitiva duna, já distanciados cerca de 277,5m do forte e com uma altura de apenas 6 metros. Tais vestígios correspondem ao declive posterior do primitivo médão. Como se constata, desapareceram cerca de 116m de duna, conseqüência do desmatamento sofrido pela mesma, através de quase quatro séculos de depredação.

Nas proximidades do médão principal, erguiam-se outeiros de areia, no local hoje ocupado pelo quartel do 17º G. A. C. Ainda no terreno daquele quartel, à margem do Potengi, existiam em número de três, as “casas de um pescador francês”. Mais acima no rio, já perto do Canto do Mangue, encontravam-se as quatro casas de Gaspar de Magalhães.

Depois do riacho que provinha da atual Lagoa do Jacó, cujo despejo ocorre no chamado Canto do Mangue, há referências a “Casas de Mangues”. O espaço hoje correspondente à Praça Augusto Severo, no bairro da Ribeira, aparece sob a denominação de “Campina Rasa”, limitado por dois riachos paralelos, afluentes do Potengi.

No local adjacente à Praça André de Albuquerque, acha-se representada a CIDADE, na qual havia 14 edificações. Já se tem uma idéia da futura Rua Santo Antônio (antigamente o Caminho do Rio de Beber Água), àquela época com 4

casas. A primitiva igreja, ocupando o mesmo local da atual Matriz de N. S. da Apresentação, tinha como vizinhas 2 casas, que se lhe seguiam em direção àquele rio de beber. Defronte à matriz, já havia o início de um dos lados da atual Praça André de Albuquerque, com apenas 4 edificações, uma delas certamente, a Casa da Câmara e Cadeia. Tal rua receberia o nome de Rua da Cadeia. Por detrás da mesma, na atual Rua Presidente Passos, duas casas. Finalmente, ocupando terreno hoje correspondente à Rua Passo da Pátria, uma casa isolada.

Natal contava, à época em que foi feito o primitivo desenho (que depois daria origem ao mapa de Albernaz), quatorze construções na Cidade Alta e sete na Ribeira. Segundo o Auto de Repartição das Terras da Capitania do Rio Grande (21.02.1614), existiam doze casas em Natal, no sítio que fora assinalado para sua fundação. Excetuando-se os dois prédios correspondentes à igreja e à Casa da Câmara, existiam na Cidade Alta doze residências, número que coincide com aquele apresentado no mapa de Albernaz, o que nos leva a crer que o desenho originário teria sido feito em 1614!

Depois da Cidade, o mapa refere-se ao “Ribeiro de água doce, de que bebe a cidade”. Trata-se do atual Rio do Baldo, cujas águas serviam à população natalense, até o início deste século. O mesmo provém da atual Lagoa de Manuel Filipe, no Tirol.

O mapa de Albernaz também descreve um “Surgidouro dos navios quando vêm acima”, coincidente com o ponto do Potengi que fica nas proximidades da atual Rua Passo da Pátria. A partir do século XVIII, o surgidouro era conhecido como o Porto do Oitizeiro.

Olavo de Medeiros Filho

8 de dezembro de 1633: O desembarque holandês em Areia Preta

Os cronistas portugueses e holandeses são unânimes em afirmar que o desembarque de parte das tropas invasoras, da Capitania do Rio Grande, foi efetivado em PONTA NEGRA, aos 8 de dezembro de 1633,

Com a finalidade de cercar o Forte dos Reis Magos, uma parte das tropas neerlandesas penetrou no rio Potengi, sob o comando de Jan Cornelissen lichthart. Outros combatentes, em número de 600 homens comandados pelo tenente-coronel Balthasar Bymae e representando seis companhias, desembarcaram de suas naus para outras embarcações menores, dirigindo-se à terra firme, ou mais precisamente à Ponta Negra, de onde procurariam se reunir àquelas outras tropas já desembarcadas no Potengi.

O desembarque teve início às 7 horas da manhã, concluindo-se às 11. Os cronistas da época informam que o fato ocorreu, em “uma pequena angra ao norte da Ponta Negra¹”; “na enseada atrás do lado norte do Ponto Negro²”.

Os holandeses depararam-se com a angra, fortificada, pois “em volta de toda a angra estava levantada uma trincheira assente no topo dum renque do colinas muito íngremes, de dois piques de altura, que a circundavam³”. Uma outra descrição é mais minuciosa: “a praia é cercada por uma terra elevada de dois piques de altura, íngreme para escalar-se e ascendendo dali para os montes mais altos²”.

Antes de ocorrer o desembarque os holandeses divisaram dois ou três portugueses a cavalo, com alguns negros, os quais fugiram do local, tão logo viram desembarcar os inimigos flamengos. Os invasores flanquearam aquelas trincheiras, debaixo das quais haviam desembarcado, e sem nenhuma resistência marcharam para o seu objetivo^{1 e 3}.

Tem-se considerado a atual praia de Ponta Negra, distante umas 3 léguas do Forte dos Reis Magos, como tendo sido o local onde desembarcaram os flamengos . Todavia, analisando-se certos mapas holandeses, contemporâneos dos

episódios a que nos referimos, verificamos que a Ponta Negra considerada à época, correspondia à nossa tradicional PONTA DO PINTO^{2 e 4}. O mapa de João Teixeira também nos fornece tal indicação⁵.

De tal modo, o local onde o desembarque flamengo ocorreu foi na angra existente ao norte da referida Ponta, no trecho sul da atual praia de Areia Preta. Nesta encontram-se as barreiras íngremes descritas pelos cronistas, por detrás das quais existe o chamado Morro de Mãe Luiza. Aquelas barreiras já receberam a proteção representada por um muro de arrimo, construído de cimento, e medem aproximadamente 6 metros de altura.

A distância de dois tiros de mosquete do ponto de desembarque, os invasores foram informados de que a dita praia por onde caminhavam (Areia Preta), “além de muito estreita, na preamar ficava alagada”, de modo que se dirigiram “para o interior por um passo, que também estava entrincheirado³”.

Quando se caminha cerca de 900 metros, vindo da praia de Areia Preta em direção à fortaleza, chega-se ao início de uma ladeira, que possivelmente seria aquele mesmo passo mencionado pelo cronista, e que hoje corresponde ao trecho final da rua Pinto Martins. Através de tal passo, os neerlandeses alcançaram o planalto, possivelmente onde hoje acha-se a avenida Getúlio Vargas.

“O dia era extremamente cálido, caminho muito penoso, devido à areia solta, e na maior parte conduzindo através dum vale fechado de altas dunas de areia, que impediam fosse ventilado pela aragem marítima, de sorte que no decurso das duas primeiras horas de marcha em parte alguma encontramos água potável⁶”.

Pela descrição, verificamos que os flamengos estavam à procura do precioso líquido. Pelas nossas deduções, caminhavam eles em direção à atual lagoa de Manuel Filipe, talvez por um caminho correspondente às atuais avenidas Nilo Peçanha e Prudente de Moraes. A referida lagoa dista cerca de 3,8 km daquela praia, onde ocorrera o desembarque das tropas. Como somente atingiram a lagoa após duas horas de marcha, constatamos a lentidão do seu deslocamento.

À época, a lagoa formava um riacho chamado TIURU, correspondente ao atual riacho do Baldo. Caminharam acompanhando o curso do riacho, em direção a cidadezinha do Natal. “Chegaram até próximo à pequena povoação,

onde havia uma casa sobre uma eminência, da qual nos fizeram alguns tiros, para desgraça sua, pois se não nos houvessem agredido, teríamos passado avante sem atacá-la. À vista da ofensiva, porém, foi mandada atacar por um sargento à frente de 20 ou 30 soldados, que a tomaram e fizeram boa presa, não tendo os portugueses tido tempo de retirar os seus bens⁷”.

O mapa de Marcgrave (1643) nos dá idéia de um certo caminho, ligando o riacho Tiuru à povoação, o qual passava também por detrás da matriz de Nossa Senhora da Apresentação do Rio Grande. Um trecho do caminho corresponde à nossa atual rua Santo Antônio, de percurso enladeirado. A casa atacada pelos flamengos deveria ficar localizada na dita ladeira.

“Em seguida, pelas três horas da tarde, chegamos à povoação ou aldeia de Natal ⁷” O tiroteio ocorrido, a que já nos referimos, provocou um atraso na marcha dos invasores, que teriam dispendido cerca de duas horas, para caminharem da lagoa ao local da Cidade do Natal.

Depois as tropas invasoras marcharam em direção ao Forte, provavelmente nas proximidades das atuais Junqueira Aires, Dr. Barata e Hildebrando de Góis, percurso em que levariam uma hora. “Em caminho passamos uma ponte lançada sobre um riacho, a qual o Tenente-Coronel mandou ocupar⁷”.

Duas gravuras de procedência holandesa, intituladas VEROVINGE VAN RIO GRANDE IN BRASIL ANNO 1633 e AFBEELDINGHE VAN T’FORT OP RIO GRANDE ENDE BELEGERINGHE, nos mostram uma certa ponte, existente sobre um riacho provindo da atual Lagoa do Jacó. Tal riacho corta os trechos finais das avenidas Januário Cicco e Engº Hildebrando de Góis, no bairro das Rocas.

Pouco depois as tropas se reuniram àquelas outras, desembarcadas, no mesmo dia, no Potengi e acampadas junto às dunas próximas ao Forte, no mesmo local hoje ocupado pelo Círculo Militar de Natal.

Olavo de Medeiros Filho

¹ CARVALHO, Alfredo de * **Os holandeses no Rio Grande do Norte – 1625-1654**, p.172.

² LAET, Joannes de * **História ou Anais dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais**, II, pp.422-423.

³ CARVALHO, Alfredo de * **Obra citada** , p.173.

⁴ BARLAEI, Casparis * **Rerum per Octennium in Brasilia, etc.** (Mapa de Marogrove relativo a Capitania do Rio Grande).

⁵ CAMPOS MORENO, Diogo de * **Livro que dá Razão do Estado do Brasil**, p.81.

⁶ CARVALHO, Alfredo de * **Obra citada**, pp. 173-174.

⁷ CARVALHO, Alfredo de * **Obra citada**, p. 174.

O desembarque holandês no rio Potengi

No mesmo dia em que ocorreu o desembarque holandês na antiga praia de Ponta Negra (hoje correspondente a Areia Preta) – 8 de dezembro de 1633, um dia de 5ª feira, cuja maré cheia verificou-se às 10 e meia da manhã - , parte das tropas dirigiu-se à barra do Rio Grande (Potengi), embarcada em diversos navios sob o comando de Jan Cornelissen Lichthart, conduzindo também os senhores Van Ceulen, ten.cel. Balthasar Bymae e Carpentier. A esquadra veio impulsionada pelos ventos leste e norte, pretendendo a conquista do Forte dos Santos Reis, situado na barra daquele rio.

Quando os navios holandeses demonstraram a intenção de penetrar a barra do rio, a artilharia do Forte dos Santos Reis Magos passou prematuramente a atirar com os seus canhões, o que não impediu a manobra dos invasores. Chegados à distância conveniente do forte, os navios flamengos passaram a responder ao fogo português, com fúria e precisão.

Os holandeses encontraram junto ao forte duas caravelas fundeadas, cujos tripulantes portugueses as abandonaram, ante a aproximação da esquadra flamenga. O comandante Lichthart, já tendo penetrado no rio, determinou então fossem cortadas as amarras que retinham as duas caravelas abandonadas, tendo-as aprisionado e incorporado à esquadra flamenga.

Era plano dos invasores desembarcar a companhia que vinha a bordo, em certo local à margem esquerda do rio, com a finalidade de cortar o abastecimento d'água dos defensores do forte. Tal manancial de água potável correspondia ao rio da Redinha, cujas águas desembocavam na praia do mesmo nome, no Potengi. Todavia, verificaram ser

desnecessária tal providência, pois os próprios botes dos navios poderiam impedir a aproximação dos portugueses, que pretendessem procurar aquele manancial d'água.

Ocorreu então o desembarque das tropas, que formavam uma única companhia, na margem direita do Potengi. Vieram-se-lhes juntar cerca de 150 marinheiros armados de mosquetes e sabres. Marcharam então em direção ao forte, chegando a uma duna de areia nas proximidades da fortificação, onde existia um poço d'água, que à época, abastecia do precioso líquido as tropas aquarteladas no Santos Reis. Ali acampou o comandante, ficando no aguardo das outras tropas flamengas que haviam desembarcado naquele mesmo dia, na Ponta Negra.

Logo em seguida começaram os combates entre os invasores e as tropas da fortaleza, em que foram utilizados canhões e mosquetes. Pelas três horas da tarde, chegaram àquela duna as tropas vindas da Ponta Negra, as quais se aquartelaram por detrás do médão, devidamente protegidas do fogo proveniente do Santos Reis¹.

Deixaremos de lado os diversos episódios ocorridos entre os dias 8 a 12 de dezembro de 1633, período em que decorreu o assédio do forte, culminado com a rendição do lado português e a vitória dos flamengos. Tal descrição fugiria ao nosso objetivo, ou seja, identificar a parte geográfica relacionada com o desembarque flamengo no rio Potengi.

Desenhos holandeses, um deles de Commelyn e o outro apresentado no livro de Laet², descrevem a paisagem e a conquista do Rio Grande, documentos de que nos utilizaremos para completar o quadro já descrito.

Em uma das gravuras vêem-se alguns navios holandeses fundeados no oceano, ao nascente da fortaleza. À altura do rio da Redinha, então navegável (Versche Riever), aparecem duas caravelas portuguesas, aprisionadas, subindo o Potengi rebocadas por duas canoas flamengas movidas a remo. À frente das duas canoas, segue uma outra embarcação similar. O grosso da esquadra flamenga achava-se ancorada em um ponto, à margem direita do Potengi, no local onde desembocava um certo riacho provindo da atual lagoa do Jacó, no porto hoje denominado de Canto do Manguê.

Ao sudoeste do forte havia um renque de dunas, aquelas mesmas em que os holandeses colocaram os seus canhões. Segundo informações coevas, as dunas tinham a altura de 60 pés (19,8m), superando o nível do forte: “Este forte está sujeito às dunas que lhe ficam a tiro de arcabuz, e são tão elevadas que delas se pode ver pelas canhoneiras o terrapleno, e daí fuzilar os do castelo, que se dirigem para as muralhas³”.

Na gravura intitulada **Verovinge van Rio Grande in Brasil Anno 1633** (Assédio do Rio Grande no Brasil Ano 1633), divisam-se os alojamentos flamengos, por detrás e ao sudoeste das dunas².

Na gravura holandesa executada por Commelyn, intitulada **Afbeeldinghe van T´Forte op Rio Grande ende Belegeringhe** (Planta do Forte do rio Grande e arredores), já figura o **Fort Tres Reys** convertido no **Fort Ceulen**. Sobre as dunas três baterias, uma delas de morteiros.

Exatamente ao sudoeste do Forte Ceulen, existia o **Het Quartier van ous volck**, o quartel do nosso pessoal, vizinho e ao poente do qual, via-se o **Logement vande K. Mathias van Ceulen**, o alojamento do comandante Van Ceulen².

No livro de BARLÉU⁴ figura um mapa, intitulado **Castrum Ceulanium**, de alto valor informativo: ali vêem-se o **Castellum** e as pedras que as marés altas inundam, os arrecifes, a típica vegetação do terreno arenoso, as pedras submersas junto à entrada da barra.

Também as instalações de uma indústria de cal, **Fornax conficiendae calcis**, no terreno hoje ocupado pelo 17º G.A.C. Ademais, o canal de navegação do rio Potengi, as indicações exatas sobre a profundidade da barra, e alguns poços d`água doce, **aquae dulces**.

Na parte correspondente à atual praia da Redinha, vêem-se algumas casinhas à beira do Potengi, pertencentes a pescadores. À esquerda da gravura, havia os **Montes Excelsi**, abaixo dos quais corria um riacho, antigamente chamado de riacho da limpa, hoje desaparecido completamente.

Olavo de Medeiros Filho

¹ CARVALHO, Alfredo de * **Os holandeses no Rio Grande do Norte – 1625-1654.**

² LAET, Joannes de * **História ou Anais dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais**, II, pp.422-423.

³ BREVE DISCURSO SOBRE O ESTADO DAS QUATRO CAPITANIAS CONQUISTADAS, etc . p 188-189.

⁴ BARLAEI, Caparis * **Rerum per Octennium in Brasília,& .**

O que era Natal em 1746

(Do relatório de Frei Luís de Santa Tereza à Santa Sé)

Descrevendo as três cidades da Diocese de Olinda, a saber: Olinda, Paraíba e Natal, diz a respeito desta última o seguinte.

“A terceira chama-se Natal, tão pequena, que além do título de cidade, Igreja paroquial e poucas casas, nada tem que represente a forma de cidade”.

Referindo-se às diversas paróquias da Diocese, do Sul para o Norte, diz com relação às do Rio Grande do Norte:

“Segue-se a Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, situada no lugar chamado Goianinha, paróquia paupérrima, tendo anexos três oratórios (capelas filiais), em todos os quais apenas se encontra o necessário”.

A seguir, informa o dito missionário: “Dista e está situada a 55 léguas da Catedral (Olinda) a cidade de Natal, de que acima falei. A igreja paroquial tem o título de Nossa Senhora da Apresentação, pobrememente ornamentada, como já disse das igrejas pobres, tendo sob a sua jurisdição nove capelas filiais anexas para administração dos sacramentos, nos quais além da pobreza nada resta a notar”. Da cidade de Natal, ou *não tal* (como em vista do seu tamanho, por graça se diz) na distância de 30 léguas e a 113 da Catedral (Olinda) foi criada a paróquia de São João Batista no lugar chamado Assu, cuja igreja de tamanho suficiente, construída de madeira e barro, tendo apenas um paramento encarnado e um branco, não possui objeto algum de prata: não tem nenhum oratório filial e carece de muitas coisas, como bem se compreende pela sua extensão, que é de 40 léguas de longitude e 20 de latitude.

Natal, 18 de maio de 1929

Cônego Estevão Dantas

Nota: A Diocese de Olinda foi criada pela Bula do Papa Inocêncio XI “Ad Sacram Beati Petri Sedem”, em 16 de novembro de 1626.

Cidade do Natal

Durante cinqüenta anos, Natal progrediu tão pouco que melhor seria dizer que não progrediu. De 1810 a 1860, raros melhoramentos. Em 1810, Koster descreve-a com 700 habitantes; a rua Grande, larga praça vestida de camapu e mata-pasto, com o orgulho administrativo da Câmara e da Cadeia acaçapada, o palácio rococó dos Capitães-Mores e as três igrejas: Matriz, S. Antônio e Rosário.

Quatro ruas de poucas casas desembocavam na rua Grande. Anos depois é que se fechou o lado leste e a rua da Conceição abrigou o Governo e outros centros de poderio e papelório. Da Rosário, ao que depois de 1850 começou a ser rua do Comércio, se estendia o denso dos oitizeiros, sapotis e pitombas, o verde-claro imóvel das carrapateiras ramalhudas e das mangiriobas franzinas. Ao sul, margeando o risco do “caminho de beber”, embastia-se a mataria de gameleiras, pau-d’arcos, aroeiras e pau-ferro.

Do Bardo ou Baldo ao Monte, toda a elipsóide sul a leste, a vegetação irrompia vigorosa e alta, farfalhante e ampla. Casinhas rompiam a rua Nova, em largos espaços de faxinas, onde surgia, medroso, o ensaio das flores de casa, cravos brancos em panelas trepadas, maravilhas rasteiras, o rubro veludo dos amarantos, jasmims de cheiro suave, as perpétuas brancas, as saudades delicadas, os primeiros estefanotes, as bocas-de-leão, as cravinas simples, os resedás insolentes de perfume. Perto dos galinheiros de reserva, as altas espirradeiras, as palmas dos tinhorões, sobreando as pequenas touceiras de nuvens do céu. Nas praçuelas, gameleiras, oitis, castanholas e mungubeiras estendem sombras... No Bardo, lagadiço cercado de barro batido, fazia-se ponto de banho festivo e de peraltice ingênua. Depois de 1859 ou 60, a praça das Laranjeiras reunia os pisa-flores chilreantes, de casacão de belbutina, colete rombudo, calças

justinhas com fileiras de botões e o pescoço enrolado na gravata manta, com três voltas à Feijó, comendo o queixo e escondendo a testa nas abas do chapéu abado ou revirado, **chititi** como se dizia naquele tempo.

Depois da “ladeira” (muito tempo após, rua da Cruz) a Campina guardava, perene e seguro, o grande pântano alimentado pelas marés. Havia uma pontezinha. Era um quadrado imenso, desolado, silencioso.

Corria de sul a leste, o canavial cerrado; após, com bruscos trechos de areia lodosa, o coqueiral, espanando palmas até as encostas de Areal e Rocas. Cercadas, pelas dunas e pelos coqueiros, cinquenta ou cem casas tímidas e espaçadas anunciavam a cidade. Gameleiras, tatajubeiras, mungubeiras davam o lugar das prosas. Era a Ribeira, pequena, triste, atufada em brejos, circundada de lagoas, de atoleiros, de pântanos. Era o alvo das rajadas do cólera e bexigas. **Lugar enfim onde moravam a pobreza, a indignância e a miséria** – gritava, em 1850, João Carlos Wanderley no relatório à Assembléia.

O Potengi invadia, lambendo as pedras das calçadas, as ruas enfileiradas. Vez por outra, terrenos alagados cediam e as construções vinham abaixo. Em 1869, é que o Dr. Pedro de Barros Cavalcanti de Albuquerque mandou fazer um anteparo. Dez anos depois, o Dr. Rodrigo Lobato Marcondes Machado informava sobre o serviço do cais – **importante melhoramento empreendido no intuito de repelir as marés que ameaçam avassalar os terrenos e as casas...**

Com Manuel Ribeiro da Silva Lisboa a cidade do Natal não tinha aspecto pomposo. **As ruas em miserável estado, sem calçamento e entulhadas de areia; sem água, sem iluminação, sem cadeia e sem nada**, declarava Parrudo. Novas ruas iam aparecendo no Bairro Alto – Cidade – como era chamado. O primeiro médico, Dr. José Bento Pereira da Costa, é de 1842.

Em 1859, o Presidente João José de Oliveira Junqueira inaugura a iluminação pública a querosene, alguns lampiões, sugeridos, nove anos antes, por João Carlos Wanderley. Luz a gás tivemos com o Presidente Antônio dos Passos Miranda, em 1870. Pouco tempo antes, 1870, Natal possuía ruas calçadas, alguns chafarizes e o velho desejo –

o piso de pedras na ladeira. A Ribeira estava sendo o bairro comercial, dinheiroso, materializado. A rua do Comércio já estadeava prédios e armazéns repletos de açúcar, algodão, sal, peles, embarcados pelas sumacas e barcaças bojudas para Pernambuco, o grande comprador. A cidade se alastrava, lenta, dos dois núcleos. De um lado, paralelo ao rio, corriam as casinhas e cochicholos de palha. Da rua Grande, destronada pela rua da Conceição, partiam lances de moradas vaidosas em sua brancura e no chiste das janelarias largas e telhados em cauda de andorinha. São pontos da gente graúda: rua Grande, rua da Conceição, rua da Cruz, rua do Fogo, rua da Laranjeira, rua Nova... Nos domingos existem os lugares de passeio e de caça. Caminho Novo, Barro Vermelho, Passagem, Quintas, Refoles. E, desde 1850, a praia da Redinha, pouso dos presidentes, local das peixadas e serenatas dominicais. Apesar disto, J. C. Fernandes Pinheiro escreve em dezembro de 1871 – **Em verdade a cidade do Natal, mesmo vista de fora, parece justificar o trocadilho que lhe ouvi aplicar -- CIDADE -- NÃO-HÁ-NATAL.** Para o Dr. Henrique Pereira de Lucena, Natal era uma **vila insignificante e atrasadíssima do interior** (1872). Com as eras de oitenta, a política subjugava a Província. Os presidentes tratam de eleições, intrigalhas, discurseiras.

Os partidos tomam a sério os programas e os lugar-tenentes se digladiam em artighões e passeatas. Assim, até a proclamação sonolenta da República. O fato interessante de 1889 é ter o Conde d'Eu mandado o navio esperar por Silva Jardim, galo de campina da propaganda, que tinha ido arengar em S. José de Mipibu.

A cidade do Natal, fundada no século XVI, nasceu no século XX. Os intermediários são períodos de história guerreira, política ou dorminhoca. Faz de conta que não existiram.

A Sociedade

A sociedade era patriarcal. O elemento estrangeiro era nulo ou nenhum. No interior das moradas, a sala de visita era lugar de uso raro. Pouca mobília. Jacarandá para os ricos. Pau preto, amarelo, madeira nova para os medianos. Tosco e louvado engenho dos artesãos primitivos servia de aparelhador incipiente. A sala de jantar é que era o domínio da dona de casa. Aí reinava a palavra, provando o ponto nos doces, trocando bilros e espiando a tarefa das mucamas favoritas. Pouca convivência social. Amizades de vizinhos faziam-se com palestrinhas corridas através das varas da cerca divisória. Limitava-se à cambiagem de receitas e de mezinhas caseiras. Acocorada nas esteiras amarelas sobre o tijolo vermelho, a dona nucleava a vida íntima, recatada e simples dos antigos. De muito em muito é que ousava espreitar pelo rotulado um vulto estranho à terra. Lugar de reunião era a Igreja. A semana santa era tempo de festa de olhos. Aí se espanejava a casaca de baetão, as calças de duraque, o chapelão alto.

A senhora se orgulhava do roçagante vestido de seda, a mantilha negra ocultando o duplo bandó, ou cocó, onde o trepa-moleque se fincava, o pescoço rodeado de colares e fios de luxo, santinhos, espíritos-santos, figas de guiné e medalhinhas e, nos dedos, grossas memórias de ouro de moeda do Reino. O ciúme à portuguesa circundava-a de pavor. O marido fechava-a, murava-a, distanciando-lhe a existência livre e respirável. E de sua parte vivia na rua, palrador, discurseiro, politicóide, discutindo nomes sob as gameleiras, incorporado aos séqüitos oficiais, grudados aos salões do Sr. Presidente, longe de casa sem noção de vida, de lar e de carinho continuado.

As distrações eram de fundo religioso. Os Santos Reis, antefesteados com serenatas e cantigas típicas à porta dos amigos – **tirando os Reis**. Carnaval de entrudo com empapanguzados gritadores e encamisados sensaborões. Santo Antônio, S. João e S. Pedro com fogueiras, comidas de milho, fogos do ar, bailarico e banho de madrugada, sob os dendezeiros e ingazeiros do Baldo. Chegada de Presidente anunciada pelos canhões da fortaleza, procissão de

penitência, assombradora e tétrica e, em novembro, festa da Padroeira, com as novenas, fogos de vista, bailes do noiteiro na entrega do ramo e jogos florais, duelo lírico e satírico, na alegria dos palanques erguidos em outeiros – eis o ciclo das diversões sociais. Os presidentes, exilados por dois ou três anos em Natal, procuravam as praias, os sítios com água corrente, faziam caçadas, teciam pilhérias, enchendo o tempo de espera para melhor província ou deputação geral.

A cidade sem iluminação, sem calçamento, sem segurança afastava a vida noturna.

Quem saía em visita, previamente anunciada, fazia-se preceder de escravos com tochas resinosas ou lampiões. Toda gente andava armada. Pela noite velha, os ladrões eram caçados a tiros afugentadores. Da Cidade à Ribeira, o silêncio apavorante criou lendas, assombrações e malefícios na Ladeira. Os paredão de barro vermelho, escondidos sob as celsas, salsas bravas, urtigas e mata-pasto, intimidavam. E à distância, o viver próprio dos dois bairros, a nenhuma convivência entre famílias, criou inimizades e apelidos de xarias e cangueleiros.

Ao ruflor da caixa das nove horas, o silêncio caía, tangível, sobre a cidade quieta. O casario fechado e mudo não escoava réstia de luz. Ao longe, o clarão oscilante e rubro do candeeiro público. Vagos rumores de passos. E ao estribilho das corujas, noitibós e caborés respondia o canto coral da saparia boiando na água negra de poças. Compreende-se o prestígio dos alegres, dos vivos porta-vozes da risada, da gargalhada lusitana, da gaitada brasileira, o riso largo, sacudido, dobrado, interminável. A estes uniam-se as tradições de valentões, porque andavam à noite, de inteligência pelos versos rabiscados e de insubstituíveis, se tocavam um instrumento musical.

Luís da Câmara Cascudo

Natal em 1864...

Em 1868 era publicado o ATLAS DO IMPÉRIO DO BRASIL, de autoria de Cândido Mendes de Almeida, no qual consta um mapa relativo à então província do Rio Grande do Norte. Encartadas no mesmo mapa, figuram uma planta de Natal e uma topografia do porto¹. Pesquisas procedidas nos levaram a determinar o ano de elaboração do mapa: 1864, quando a província era presidida pelo Dr. Olinto José Meira.

De relance constata-se a existência, em Natal, de dois núcleos urbanos: os bairros da Cidade Alta e da Ribeira. Separando os dois bairros havia um alagado, conseqüência de um baldo, com cerca de 200 metros de extensão, construído na margem direita do Potengi, vizinho à atual Praça Augusto Severo. O alagado achava-se cortado por uma ponte, edificada no ano de 1732. Medindo cerca de 130 metros de extensão, a ponte, de madeira, fora construída sobre duas paredes paralelas, de pedra e cal, medindo cada uma quatro palmos de altura e outros tantos de largo. A ponte foi obra do mestre-pedreiro Antônio Correia, mediante contrato firmado com o Senado da Câmara do Natal (Auto de vereação de 18 de março de 1732)².

No tocante aos Largos e Praças existentes em Natal, o mapa estudado nos dá conta dos seguintes: a **Praça da Matriz**, mais conhecida como Praça da Alegria, hoje Praça Padre João Maria; a **Praça de Santo Antônio**, defronte à igreja do mesmo nome; a **Praça do Palácio**, hoje denominada de Praça André de Albuquerque; o **Largo do Quartel**, por detrás do atual Colégio Winston Churchill, estendendo-se até a Avenida Junqueira Aires de hoje; o **Largo do Rosário**, ao lado direito da Igreja do mesmo nome.

¹ MENDES DE ALMEIDA, Cândido. *Atlas do Império do Brasil*, mapa VIII;

² LIVRO 4º de VERAÇÕES DO SENADO DA CÂMARA DO NATAL – 1721-1735. Auto de Vereações de 18.03.1732.

As igrejas apresentadas no mapa correspondem às de **Nossa Senhora da Apresentação**, de **Nossa Senhora do Rosário**, de **Santo Antônio**, e do **Bom Jesus**, todas elas ainda existentes e em pleno funcionamento.

O mapa de 1864 também focaliza os prédios públicos, em número de onze: o **Palácio do Governo**, na Rua da Conceição, demolido em 1914 para ceder espaço à atual Praça Sete de Setembro; 2 – a **Assembléia Provincial**, que ocupava o 1º andar de um edifício (demolido em 1865), também na Rua da Conceição, no ponto hoje ocupado pelo Palácio Potengi; 3 – a **Câmara Municipal**, cujo prédio foi derrubado em 1911, localizada no terreno hoje correspondente à casa nº 604 da Praça André de Albuquerque; 4 – a **Tesouraria da Fazenda**, cujo edifício foi demolido em 1875. Ficava no local onde hoje existe o Memorial Câmara Cascudo; 5 – a **Tesouraria Provincial**, ocupando o andar térreo do edifício da então Assembléia Legislativa; 6 – a **Alfândega**, na atual Rua Chile, no local onde se encontra a Capitania dos Portos; 7 – o **Atheneu**, no mesmo ponto onde hoje existe a Secretaria Municipal de Finanças, na Avenida Junqueira Aires; 8 – o **Quartel de Linha**, demolido para construção do Colégio Winston Churchill, na atual Avenida Rio Branco; 9 – o **Quartel do Corpo Policial**, no mesmo terreno onde funcionou o Banco Nacional, na esquina da Rio Branco com a Rua João Pessoa; 10 – o **Hospital Militar**, onde hoje fica a Casa do Estudante, na antiga Rua Presidente Passos, atualmente Praça Cel. Lins Caldas; 11 – a **Cadeia**, que ocupava o andar térreo da então Câmara Municipal.

No bairro da Cidade Alta constatamos a presença de diversas ruas e travessas. Estas, que eram orientadas perpendicularmente em relação ao Rio Potengi, atingiam o número de cinco. A primeira dessas travessas, cujo nome não podemos encontrar, correspondia à atual Rua Apodi (trecho estreito), ligando as atuais Avenida Rio Branco e Rua Padre Pinto. Tal travessa correspondia ao limite Sul de Natal. Ficava-lhe paralela a atual Rua Dr. Heitor Carrilho, que se estendia da atual Rio Branco à Rua Santo Antônio. O prolongamento dessa última travessa correspondia à atual Rua Expedicionário Rodoval Cabral, existente no oitão esquerdo da Igreja de Santo Antônio. Em seguida aparece a Rua João Pessoa de hoje, que tinha um curto percurso: da atual Rio Branco à Praça da Alegria. Seguia-se-lhe uma outra travessa, hoje denominada Rua Cel. Cascudo, que também ligava a Rio Branco à Rua da Conceição. Ficava-lhe paralela,

prolongando-se até as proximidades da Igreja do Rosário, uma outra travessa, hoje correspondente às ruas Ulisses Caldas e Dom Pedro I.

No sentido paralelo ao curso do Rio Potengi, verificamos a existência de algumas ruas. A Rua do Fogo, hoje chamada de Padre Pinto, que se estendia da atual Rua Interventor Rafael Fernandes até a travessa existente no oitão esquerdo da Igreja de Santo Antônio. A atual Praça André de Albuquerque também era conhecida como Rua Grande. As casas que formavam o lado Oeste da praça, estendiam-se até a Igreja do Rosário. Entre a Rua Grande e a Rua do Fogo, já se nota um trecho ocupado por casas, embrião da atual Praça João Tibúrcio. Paralela à Rua do Fogo, ficava-lhe ao Nascente a Rua Santo Antônio, que se prolongava desde o Rio do Baldo até a Praça da Alegria. A continuação da Rua Santo Antônio, em direção à Ribeira, era representada pela Rua da Conceição, que principiava na Praça da Alegria, findando-se na atual Rua Ulisses Caldas. Descendo da Rua da Conceição para a Ribeira, havia a Rua do Aterro, também chamada de Rua da Cruz, a atual Avenida Junqueira Aires.

Ao leste das ruas de Santo Antônio e da Conceição, havia a antiga Rua da Palha, hoje correspondente às ruas Gonçalves Ledo e Vigário Bartolomeu. Seguia-se-lhe a Rua do Meio, hoje compreendendo as ruas Vaz Gondim e Dr. José Ivo. Finalmente a Rua Nova, atual Avenida Rio Branco, que assinalava o limite da Cidade, no sentido Leste. Nas mediações da Igreja do Rosário, já havia o embrião das atuais ruas Quintino Bocaiúva e Padre João Manoel.

Ao lado do Quartel de Linha, já tinha princípio a atual Rua São Tomé, antiga Rua do Quartel de Linha. Também existiam casas no chamado Caminho do Dr. Sarmento, correspondente à atual Rua João da Mata, nas proximidades do prédio da Câmara e Cadeia.

No bairro da Ribeira já existiam os quarteirões que delimitam a Praça Augusto Severo de hoje, formando os seus lados Norte e Oeste. Também um trecho de casas, no local hoje correspondente à Travessa Aureliano Medeiros, em cujo

final encontrava-se o prédio da Alfândega. Acompanhando o leito do Potengi existia a atual Rua Chile, antiga Rua da Alfândega ou Rua do Comércio, que terminava à altura do Beco da Quarentena.

Paralela à Rua do Comércio ficava a atual Rua Dr. Barata, que se prolongava pela presente Rua Frei Miguelinho, que anteriormente correspondia à Rua da Tatujubeira. Esta ia até o Beco da Quarentena e Rua Ferreira Chaves (atuais). A Dr. Barata e a Frei Miguelinho eram cortadas pelas atuais travessas Argentina, Venezuela e duas outras, que as comunicavam com a Rua do Comércio. Um quarteirão foi mutilado, por ocasião da abertura da atual Avenida Tavares de Lira, obra concluída em 1919.

Depois da Dr. Barata, seguia-se-lhe a Rua das Virgens, hoje Câmara Cascudo, que se comunicava com aquela, através da atual Travessa México e de uma outra passagem que foi absorvida pela Tavares de Lira. Em seguida vinha a antiga Rua do Bom Jesus, atual Avenida Duque de Caxias, a qual se comunicava com a Rua das Virgens através da presente Travessa José Alexandre Garcia. A Rua do Bom Jesus ligava-se à Rua da Tatajubeira, através da atual Rua Nísia Floresta.

No encarte do mapa, na parte que trata da topografia do Porto de Natal, encontramos o Rego do Forte, nas proximidades da Fortaleza dos Reis Magos. Do outro lado do Potengi, divisam-se os esteiros do Jaguaribe e do Manimbu, além do Rio da Redinha, cuja barra ocorria no local hoje conhecido como Cemitério dos Ingleses. Ao sul do rio existia um Lazareto. Segundo informa o mapa de 1864, naquele ano Natal contava com 5.000 habitantes, o que indicaria a existência de cerca de 1.000 casas residenciais.

Olavo de Medeiros Filho

Natal há 100 anos passados

Como seria Natal há cem anos passados? Quais as dimensões da cidade, topônimos, festas, superstições, costumes, condições gerais de vida da Província do Rio Grande do Norte aí pelos idos de 1872?

Temos agora em mãos um depoimento de valor histórico, que nos permite visão e comentário em torno dos aspectos mais interessantes da nossa cidade, naqueles velhos tempos. Documento que não vimos citado pelos nossos historiadores, mas que tem valor não somente histórico, mas igualmente sociológico e antropológico. Trata-se do capítulo “Natal do Meu Tempo”, do livro “MEMÓRIAS E DEVANEIOS”, de autoria de Lindolpho Câmara, editado em 1938 no Rio de Janeiro. (Devemos ao Dr. Marciano Freire a lembrança de nos permitir compulsar o documento).

Esse Lindolpho Câmara, estamos sabendo agora, era homem probo, ligado à tradicional família Câmara, do Estado, tendo exercido postos os mais elevados no funcionalismo provincial e federal.

Comparando-se os dados históricos de Lindolpho Câmara com os do historiador Manoel Ferreira Nobre, (“BREVE NOTÍCIA SOBRE A PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO NORTE”-1877), vemos que eles se completam e ampliam as informações sobre a época. Ferreira Nobre foi o nosso primeiro historiador. Seu livro já obedece a uma sistemática, atendo-se, preferentemente, aos aspectos político, educacional, administrativo e sócio-econômico da Província. Lindolpho Câmara, embora consigne alguns dados estatísticos da cidade, estende-se mais a respeito de costumes e tradições. Seu depoimento, menos extenso, é mais pitoresco, mais vivo do que o de Ferreira Nobre. Em muitas passagens, escreve com objetividade e graça.

A primeira impressão de Lindolpho Câmara sobre Natal é a respeito da extrema pobreza da população. Em 1870, a cidade contava 12 mil almas. A população total da Província, segundo o censo de 1872, por ele citado, elevava-se a 233.960 habitantes, número quase idêntico ao que nos dá Ferreira Nobre.

Os que aqui nasciam, diz o autor, em face da precariedade do meio, só tinham condições de ser pescadores, roceiros ou soldados de Polícia. O comércio era pobre. Não havia água encanada, nem esgoto, nem luz. Os poucos lampiões existentes, que queimavam azeite de mamona, antes do querosene, não se acendiam nas noites de lua... O 33º Presidente da Província, Henrique Pereira de Lucena, em 1872, pronunciava-se tristemente sobre Natal: “Vila insignificante e atrasadíssima do interior”. Daí o trocadilho da época, sobre Natal: Cidade? *Não-há-tal*.

A respeito da mendicância, Lindolpho Câmara afirma, simplesmente, que não havia em Natal, porque ninguém tinha o que dar... Nesse sentido, evoluímos muito.

Natal constituía-se da Cidade Alta e da Cidade Baixa ou Ribeira. As tradicionais lutas entre Xarias e Canguleiros são mencionadas pelo autor como fato de um século atrás, embora nada tenha visto a respeito. Além dos prédios públicos principais, a casa dos governadores, a Câmara e Cadeia e o Erário, só existiam quase as mesmas igrejas de hoje: a da Matriz, de Santo Antônio, do Rosário e do Bom Jesus.

Os nomes de logradouros e ruas foram quase todos mudados, o que é lamentável, pois eram muito mais bonitos do que os atuais. O Canto do Mangue, por exemplo, era chamado o Canto das Jangadas. E as ruas principais eram a da Tatajubeira, das Virgens, das Laranjeiras, do Fogo, Rua Grande, Praça da Alegria, Rua da Palha, Rua Nova, Rua dos Tocos, Uruguaiana, Beco Novo. Os logradouros mais famosos eram o Baldo, a grande piscina pública, e o cais do Passo da Pátria, onde ancoravam as embarcações vindas do interior. A única devoção popular conhecida era a da Santa Cruz da Bica, hoje decadente. Há referência a uma lagoa de José ou João Felipe, e que deve ser a atual lagoa de Manoel Felipe.

Os dois mercados existentes eram precários: o da Ribeira funcionava debaixo de uma velha Tatajubeira. O da Cidade Alta, à Rua Nova, sob “frondosas gameleiras”. As medidas e pesos usados na época eram a cuia, a vara e a libra. As moedas eram o xexém de 10 réis; dobrões de cobre de 20 e 40 réis; notas de 1\$000 e 2\$000; sendo que unidade era pataca, equivalente a dezesseis vinténs.

Lindolpho Câmara faz uma afirmação importante do ponto de vista financeiro: “Naquele tempo, tudo era barato, menos o dinheiro”. É que a desgraçada da inflação ainda não tinha sido inventada pelos economistas...

Comer e beber

Parece oportuno verificar o que comia e bebia o natalense há cem há anos passados: as frutas, os peixes, os doces, as bebidas, os pratos típicos.

Nos dois mercados, além da feira no Passo da Pátria, encontravam-se várias frutas apanhadas nos sítios e matas em redor da cidade. Um abundantes ainda hoje. Outras, já raras. Por exemplo: eram e continuam abundantes, a mangaba, os cajus, cajaranas. Mas já não é fácil, nos mercados, frutas como a massaranduba, guabiraba, camboins, oitis, ingás de corda, como ele chamava. E outras que até desconhecemos, como as ubais e os guajerus. Todavia, para colher essas frutas, havia que enfrentar os inimigos traçoeiros dos matos: as formigas de fogo, cobras nas moitas e vespas na galhada. As caças mais abundantes na época eram os jacus, inhambus, cotias e tatus.

Diz Lindolpho Câmara que não havia terra com maior abundância de peixes e crustáceos do que Natal daquela época. Trazidos pelas jangadas dos pescadores, enumeravam-se a cavala, o dentão, a cioba, o pargo, a pescada, a bicuda, o dourado, a corvina, o beijupirá e o cação. Nas praias, através dos currais ou da pesca de arrastão, com tresmalhos ou tarrafas, estavam as tainhas, sardinhas, espadas, palombetas, galos, carapebas, carapicus, bagre, baiacu, agulhas e agulhões. Pescados nos mangues e recifes da Fortaleza, lembra os camarões, lagostas, lagostins,

caranguejos, siris e aratus. Outras variedades eram os ouriços, ostras, mariscos, unhas de velho e polvos. De Ponta Negra, apesar da “longitude da travessia”, vinham os xaréus. Quanto à carne verde, o autor informa que eram abatidas duas vezes nos dias comuns e três, do sábado para o domingo e dias festivos, para toda população.

A venda dos peixes, nos mercados, era feita tradicionalmente anunciada pelo eco de um grande búzio, “soprado por sujeito de fôlego e que estrondava pela cidade silenciosa até os seus confins”.

Os pratos típicos mais famosos parecem que eram as “dobradinhas”, “cobiça dos gastrônomos”, diz o autor, feitas com “livros” ou “folhoso”. A propósito desses “livros”, conta uma anedota de certo tipo popular, o negro Moisés, servente ou oficial de justiça, que andava sempre de sobrecasaca e cartola. Ao cruzar com o juiz de direito, sobraçando um “livro” (estômago de boi), indagou a autoridade:

- O que levas aí, é a Bíblia?

Resposta rápida do negro:

- Não senhor, é o Código Penal.

O autor faz referências a outros pratos cuja fama chegou até nós: os mocotós, para as *mãos-de-vaca* ou *panelada*; os miolos, para as fritadas; as tripas e lingüiças.

Das bebidas, só há registro da cachaça de Papari, que ele chama “a deusa dos ébrios”, e a “laranjinha”. Para as pessoas de categoria, havia a “genebra de Holanda”, importada em botijas de barro vidrado.

Já há cem anos certas bebidas se confundiam com remédios poderosos: a genebra era receitada também para cólicas intestinais, defluxeiras, espinhela caída, maus-olhados, sarampo e bexiga recolhida... Hoje, a cachaça corta resfriado e o uísque é bom para o coração...

Em matéria de fumo, o melhor cigarro era o de fumo picado em papel de milho. Só o nome depreciativo chegou até nós: Era o *mata-rato*...

Serenatas e tertúlias

Há cem anos passados, Natal apresentava alguns costumes e tradições que chegaram até nós. Outros, porém, já se diluíram no tempo. Praticamente desapareceram da cidade em crescimento.

Claro que ainda hoje, por exemplo, temos serenatas e tertúlias (estas com outros nomes). Mas os “Cantões”, - de que nos fala Lindolpho Câmara, - já desapareceram. As festas de São João e Natal ainda persistem, embora perdendo sempre o brilho e entusiasmo de antigamente. Sobraram alguns vestígios, mas, estes mesmos, parece que estão fadados a se transformar rapidamente.

Examinemos.

As serenatas, há cem anos atrás, nas noites de lua, eram feitas ao som de violões, flautas, clarinetes e pistões. (Ora, quem sair, nos dias de hoje, com piston e clarinete, pela madrugada, estará muito arriscado a ser levado pela Rádio-Patrolha. A lei do silêncio será logo lembrada, pelo telefone).

Lindolpho Câmara nos fala com tal entusiasmo das serenatas, do seu tempo, que chega a afirmar: “... até as pedras das calçadas se levantavam para ouvir” os seresteiros.

Cantavam coisas assim:

“Linda deidade
chega à janela,
vem ver a lua

como está bela”.

(A lua, coitada, depois que os astronautas estão lá dentro, já está meio desacreditada pelas moças).

Mas frisa o autor que não era só a janela, que se abria, para os seresteiros. Era a porta, para deixar entrar “o bando canoro”. E o trago de vinho do Porto era servido a todos, “em um copo único”.

A tradição do copo único, que já não existe, lembra a do mate gaúcho, servido de igual maneira. Com a divulgação dos princípios de higiene, ninguém mais se arrisca a beber no copo usado até mesmo por uma donzela...

As festinhas familiares de hoje, aniversários, comemorações de qualquer espécie, entre amigos, eram chamadas antigamente de “tertúlias”. Lindolpho Câmara refere que a falta de clubes recreativos na cidade determinava as comemorações caseiras. Parece que esse não era o motivo principal. Hoje, a cidade está cheia de clubes e as festinhas familiares continuam. São as mais gostosas.

Naquele tempo, já se recitava ao som de Dalila, um dedilhado ao violão, que chegou até nós. Alguns conservadores ainda fazem questão de Dalila, para recitar besteira.

Numa dessas tertúlias, há cem anos passados, o autor lembrou distinta dama da sociedade, que a todos encantou interpretando uma melodia e acompanhando-se ao violão. Atualmente, de tanto “encher” a cidade as Maysas Matarazzos e outras vedetes do gênero, é mais aplaudida a dama que não canta e nem toca violão.

Os “Cantões” eram reuniões permanentes de pessoas amigas, nas calçadas de certas residências, para bater papo e falar da vida alheia. O mau hábito de falar da vida alheia é universal e eterno. Mas em Natal, já agora, não se fala apenas em locais determinados. Fala-se por toda parte.

Lembra Lindolpho Câmara o “Cantão” famoso do capitão José Antônio de Souza Caldas, na calçada da sacristia da Matriz. O capitão, que morava defronte, fornecia as cadeiras e a turma se reunia, toda tarde. Era uma roda de Conservadores, diz o autor, o que excluía os Liberais da época.

Sabemos hoje, de raros casos de pessoas distintas de Natal, que ainda se reúnem em cadeiras nas calçadas, para papear. Mas, Deus nos livre de citá-los nominalmente e nem lembrar de quem ali se fala e toda a cidade sabe no dia seguinte...

O perigo maior de sentar na calçada, nos dias atuais, para falar da vida alheia, não é tanto devido à possível repercussão dos assuntos tratados. O perigo mesmo está na passagem dos chamados “playboys”, com suas máquinas voadoras, podendo levar todos nós de roldão, para o bebeléu...

São João e Natal

Duas grandes festas do povo, na cidade, há cem anos passados, eram também o São João e o Natal, afirma o memorialista Lindolpho Câmara.

No São João, acendiam-se as fogueiras diante dos lares pobres ou remediados, para assar o milho verde e as batatas doces. Dentro das casas, armavam-se altares de banquetes, com a efígie de São João no alto. Entoavam-se cantos alusivos à data e na mesa de jantar estavam os pratos de canjica e bolos os mais variados.

Moças e rapazes tiravam sortes, - como ainda hoje, - para saber com quem casavam. À meia-noite, diante do altar, cumpria-se velha superstição: todos deveriam olhar um espelho, para verificar se viam a própria cabeça. (É claro que todos a viam). Mas afirmava-se que, aquele que não a visse, deveria logo mandar encomendar o caixão mortuário... Variante da mesma abusão, que já registramos no passado, mandava que se olhasse para o fundo de uma jarra com o mesmo fim.

Sobre a festa do Natal, o autor refere que saíam às ruas o Bumba-meu-boi, o samba, o maracatu e o batuque.

A referência ao maracatu é curiosa. Sabíamos da existência do tradicional maracatu do Recife, e, mais recentemente, em Fortaleza. Mas nunca tivemos notícia de maracatu em Natal. Pena que o autor não tivesse descrito o folguedo popular.

Nas casas de famílias armavam-se os “vistosos presépios”, a nossa verdadeira tradição latina, hoje praticamente substituída pelas chamadas “árvores de natal”, pagãs e sem qualquer vinculação com a tradição brasileira e portuguesa.

À meia-noite, informa Lindolpho Câmara, serviam-se comidas típicas, algumas “hoje” quase desconhecidas: os pastéis de carne de porco, o chouriço, os doces secos, os sequilhos, as castanhas de caju confeitadas.

Os cordões de pastorinhas invadiam as casas, entoando os cânticos tradicionais:

“Entrai, entrai Pastorinhas,
entrai, entrai em Belém
vinde ver nascido
Jesus, nosso Bem”.

É preciso considerar o comportamento das moças nessa época, segundo refere o autor. O recato era rigoroso: “Não podiam pôr o pé fora do sapato, não podiam cruzar as pernas, nem falar alto, nem comer qualquer iguaria à porta ou à janela, nem olhar para rapazes”. O namoro era considerado indecoroso. As moças só casavam com quem os pais determinavam.

Conta, a propósito, o que se verificou na casa do Dr. Loló, senhor de engenho no Ceará-Mirim. Certo dia, apareceu um sujeitinho para pedir a mão de uma das suas filhas em casamento. Dr. Loló reuniu as meninas, avisou-as antecipadamente de que não deveriam aceitar a proposta e mandou-as para a sala. Falou na presença de todos:

- O Sr. Manuel veio pedir uma de vocês em casamento. Qual a que quer?
- Eu não quero, disse uma.
- Eu também não, disse outra.

Então o Dr. Loló exclamou diante do fracassado pretendente:

- Está vendo Manuelzinho, elas não querem. Não posso satisfazer o seu pedido, embora fosse muito do meu agrado...

Mas, apesar disso, é fora de dúvida que as moças namoravam e casavam, vencendo ou driblando os obstáculos paternos. E havia muitas que fugiam, exatamente como hoje.

Meios de comunicação

Quanto menor a cidade e mais pobre, mais precários são os seus meios de comunicação. Por aí já se tem uma idéia de como seriam os veículos de comunicação na velha cidade do Natal, há cem anos passados.

Das memórias de Lindolpho Câmara, que estamos comentando, destacam-se, nesse sentido, os sinais semafóricos, através do telégrafo ótico da Catedral e o movimento dos carretos à cabeça, em animais e carros de bois.

Esse telégrafo, por meio de bandeiras e cores, montado no alto da torre da Matriz, foi também um dos nossos alumbramentos na meninice. Muitas vezes, foi também um dos nossos alumbramentos na mesmice. Muitas vezes, ficávamos horas esquecidas sentados no telhado de casa, só prá ver os escoteiros mudar as bandeiras coloridas. Mesmo sem entender o significado dos sinais, estamos convencidos, hoje, de que aquele serviço foi, na verdade, a nossa primeira TV a cores.

Temos agora em mãos o folheto intitulado “**CÓDIGO DO TELÉGRAFO ÓPTICO**”, trazendo o Decreto Estadual n.º 156, de 18 de novembro de 1921, do Governador Antônio J. de Mello e Souza, que restabeleceu o serviço semafórico, sob a direção da Associação dos Escoteiros do Alecrim.

Segundo as “explicações”, o telégrafo começaria a funcionar a “um quarto antes do nascimento do sol, terminando um quarto de hora depois do ocaso”. São centenas as convenções, de acordo com o Código Marítimo Internacional, mas

o nosso, da Catedral, só empregava três bandeiras – azuis e vermelhas, quadradas e em forma de quadriláteros, - e três galhardetes.

Entre outras informações, os sinais indicavam a saída e entrada dos navios; se eram de guerra ou transporte; nacionalidade; se estavam passando noutra direção ou vinham ancorar em Natal; se havia enfermo a bordo; se pediam o práctico; nome da embarcação e da companhia de navegação, etc. Havia até um sinal que indicava se o navio batera na “baixinha”, a pedra famosa onde encalharam várias embarcações.

O telégrafo óptico prestou serviço real à população natalense desde o século passado até, talvez, a década de trinta.

Sobre os outros meios de comunicação, convém registrar a observação de Lindolpho Câmara quanto ao nosso primeiro carro de passeio.

Afirma que, há cem anos passados, Natal não dispunha de um só veículo para tráfego na cidade. Tudo era feito a pé ou em animais. E ninguém cogitava de adquirir nem mesmo “uma caleça ou um tilbury”.

Daí, relata coisas incríveis como estas: o Presidente da Província, com o seu séqüito, partia a pé, do Palácio (na Rua do Comércio, na Ribeira), subia a ladeira e vinha abrir a sessão da Assembléia Legislativa na Cidade Alta. Diz ele: “... chegavam esbaforidos, suarentos, que quase nem podiam subir as escadas do edifício...” Finda a cerimônia , tornava pela mesma rota ao Palácio.

Os enterros eram penosos, acrescenta. Todos “chegavam deitando a alma pela boca, menos o defunto“. Os casamentos “eram ridículos”: todo mundo a pé, inclusive os noivos, na frente, subindo e descendo ladeira, dando topadas nas pedras pontudas...

Só nas proximidades da proclamação da República, o Dr. Celso Caldas, médico, adquiriu um carro usado, no Recife, nele atrelando dois cavalos magros. Fazia as visitas aos doentes nesse carro e também passeava, emprestando-o, muitas vezes, para cerimônias oficiais.

Em conclusão: foi esta a imagem que pudemos inferir de Natal há cem anos passados, segundo o depoimento do Dr. Lindolpho Câmara. Era, positivamente, uma cidade pobre, desprovida dos meios mais elementares ao desenvolvimento urbano. De certa forma, refletia a influência do plano nacional. Todavia, nestes cem anos de existência, Natal cresceu e desenvolveu-se muito mais do que poderia imaginar os já nascidos nas primeiras décadas deste século XX.

Daqui a cem anos, isto é, no ano de 2072, o que dirão de nós os nossos pósteros?

Possivelmente, ainda nos considerarão subdesenvolvidos como nós achamos hoje os nossos antepassados do ano de 1872. E assim é a vida...

Veríssimo de Melo

Os Cantões

Um dos costumes mais interessantes de uma parte da população natalense das últimas décadas do século passado e primeiros anos do presente foi à instituição do Cantão, local onde se reuniam grupos de intelectuais, funcionários públicos graduados, políticos e comerciantes.

Diariamente, um grupo de amigos, sem número definido, se encontrava na calçada da residência de um deles, sempre o mesmo, e, colocadas as cadeiras, estava reunido o conclave.

Havia vários Cantões na cidade, cada um com seu feitio próprio, localizados nos dois bairros existentes: Ribeira e Cidade Alta.

Na Cidade Alta, eram bastante concorridos os seguintes Cantões: da Gameleira, o mais antigo e temido pela crítica sempre ferina, situado à Praça da Alegria, atual Praça Padre João Maria. O núcleo do Cantão, a casa de Joaquim Guilherme de Souza Caldas, inspetor do Tesouro, abrigava o “Grupo da Gameleira”, facção do Partido Conservador, liderado pelo Padre João Manoel de Carvalho, três vezes deputado provincial e duas vezes deputado geral (1873-76 e 1886-89). Faziam parte, ainda, do “Grupo da Gameleira”, alusão a maior e mais frondosa árvore da praça, José Bonifácio da Câmara, Francisco C. Seabra de Melo e Manoel Porfírio de Oliveira Santos, figuras exponenciais da política potiguar.

Na antiga Rua Nova, atual Avenida Rio Branco, em residência de Urbano Hermílio, funcionário da Fazenda, existia outro Cantão com a característica de excluir a política de sua discussão, cuidando apenas de arte e literatura. Os freqüentadores habituais eram: Alberto Maranhão, Henrique Castriciano, Manoel Dantas, os irmãos Celestino e Segundo Wanderley, Pinto de Abreu e Pedro Soares.

Outro Cantão bastante freqüentado era o da residência do bacharel e magistrado federal, Celestino Wanderley, na Avenida Junqueira Ayres, de predominância familiar, pois era freqüentado por senhoras e senhoritas. Despontavam neste grupo, João Nepomuceno Seabra de Melo, Juvenal Lamartine e Manoel Coelho, dentre outros.

Na mesma avenida onde morava Celestino Wanderley, existia outro Cantão, o da residência do coronel Gaspar Monteiro irmão do jornalista e político Tobias Monteiro, onde se reunia um grupo pouco numeroso, porém selecionado, destacando-se Westremundo Coelho, Umbelino Melo e Nascimento de Castro. Discutia-se predominantemente a luta política.

Não muito longe dali, na Rua da Palha, atual Vigário Bartolomeu, existia o Cantão da Potiguarânia, nome de um bilhar de Ezequiel Wanderley. Era o cantão mais descontraído da cidade, freqüentado na sua maioria por jovens, que trocavam idéias sobre arte, literatura, jornalismo, tudo, enfim, que no momento atraísse a atenção da cidade. Freqüentavam religiosamente este Cantão: Uldarico Cavalcante, Antônio Marinho, Gothardo Neto, Sebastião Fernandes, Ferreira Itajubá, Pedro Melo, Aurélio Pinheiro, Cícero Moura, Celestino e Segundo Wanderley, José Pinto, Francisco Palma, dentre outros.

Na Ribeira, existiam dois Cantões: o da farmácia do comendador José Gervásio de Amorim Garcia, localizada na antiga Rua do Comércio, atual Rua Chile, e outro nas proximidades do Hotel Internacional, esquina com a Rua do Comércio. Ambos eram eminentemente políticos e tinham entre os seus freqüentadores as figuras de Augusto Leopoldo, Antônio de Amorim Garcia, Francisco Amintas da Costa Barros, membros do “Grupo da Botica”, alusão à farmácia de Zé Gervásio, que sediava as reuniões da facção do Partido Conservador, Cel. Bonifácio Francisco Pinheiro da Câmara, ocorrido no ano de 1884, quando o Partido Conservador do Rio Grande do Norte ficou dividido em duas facções: a do “Grupo das Gameleiras” e a do “Grupo da Botica”.

João Gothardo Dantas Emerenciano

Aspectos Natalenses

Crítica dos Costumes

Um dos mais perniciosos defeitos da vida social natalense é a desconfiança. Tão arraigado é o nosso hábito de falar da vida alheia que na igreja, nas ruas, no teatro, nos bailes, em qualquer parte em que nos achamos, os homens e as senhoras, claramente divididos, parecem pessoas que se conhecem de pouco tempo ou que se detestam mutuamente.

Somos um grupo de indivíduos cuja única preocupação cifra-se em espiar uns aos outros. Povo sem comércio, sem arte, sem literatura, e, por conseguinte, sem intuição clara da vida moderna, a nossa existência parece a de um corpo sem cabeça, sem capacidades volitivas, sem órgãos de sentimento, sem vontade.

Uma sociedade que só tem estômago para digerir as magras sopas do emprego público e olhos, orelhas e dentes, para ver, ouvir e morder, tudo pelo lado mais falso e menos real.

Somos católicos e a nossa igreja é a pior do Estado, supomo-nos letrados e a leitura que mais apreciamos é a de jornais que não primam nem pelo estilo nem pelo decoro; moramos numa capital e não temos aos domingos para onde ir.

Tudo isto está indicando uma doença grave, um estado patológico que precisa ser modificado pela ação regeneradora de tónicos que pelo menos, ponham um paradeiro à devastação do micróbio que nos penetrou até a medula.

O viajante que entrou à nossa barra sente-se, de longe, encantado com as perspectivas da natureza que nos cerca; vê as dunas, os mangues imóveis emoldurando um lado do rio, o perfil dos edifícios distanciados e sente-se atraído por essa visão de aldeia pitoresca, naturalmente cheia de movimento, de graça e de vida.

Mas, a medida que se aproxima vai se sentindo decepcionado: o que primeiro o recebe são umas coisas agachadas, fundos ignóbeis de armazéns antigos, de aspecto sinistro, recordando velhos em ceroula com laços sujos de tabaco às costas arranhadas pelo tempo e pela falta de asseio.

Depois, ao saltar, vai encontrando uma porção de habitantes sonolentos, mal trajados, os braços caídos numa expressão de desalento sorna, os bigodes entrando pela boca, as pernas bambas, de convalescentes que não têm dinheiro para comprar tônicos.

E as casas lembram indivíduos que não cumprem a mais elementar das práticas higiênicas, - que não lavam a cara.

Nem uma senhora na rua, nem um vestido claro, nem um pára-sol encarnado a rir suspenso de uma delicada mão feminina, nem um chapéu de flores rubras sobre uma divina cabeça de mulher, nem um vaso contendo rosas no parapeito das janelas, nem risadas argentinas em boca de criança, nem gritos, nem trotes, nem cavalos, nem assobios de garotas... Nada, nem ao menos a nota cantante do sertanejo que atravessa as vilas do interior suspirando endexas, que falam do lar querido, nem ao menos o rechino dos carros de bois trazendo de longe a messe farta dos roçados em que a coragem do matuto fez florir am terra pródiga e compensadora...

A população, sedentária, não está no campo, a cem metros de distância, em trabalhos rurais; está em casa, nas lojas, nos armazéns, nas repartições onde, como no resto do Brasil, se trabalha pouco.

À tarde as senhoras – coitadas, essas é que pagam a nossa estupidez – aparecem à janela, rapidamente, receiando as más línguas, e os homens, depois de fartos, sem mudar os colarinhos suados do trabalho diário e da quentura da sopa, saem vagarosamente, -- verdadeiros paquidermes – a passos medidos, e sentam-se em modestas cadeiras de junco, onde reunidos em grupos, fazem comentários às ocorrências do dia.

Chega à noite. Dá oito ou nove horas. Dispersam-se, então os grupos e cada um vai para sua casa ou para o jogo – “joguinho baratinho”, para matar o tempo.

Eis a nossa existência. Nem ao menos temos os serões familiares à luz do abajur honesto, a palestra íntima e descuidosa entre pessoas que se conhecem e estimam. Quando dizem, depois dos comentários das prosas dos *cantões*, que “vamos para casa”, não se suponha que vamos fazer um pouco de música ou ler à pequenada uma história encantadora: -- Vamos pura e simplesmente bocejar uns dez minutos enquanto a dona apronta o chá, feito o que, e depois de novamente empanturrados, adormecemos na santa paz do Senhor, não sem aparar primeiro os respectivos calos e executar outras manobras bíblicas e patriarcais.

Ora, isso pode ser cômodo, mas é sobretudo eminentemente animal e vegetativo.

Uma existência destas, sem uma nota de arte, sem flores no jardim e sem frutos no quintal, sem leituras que nos dêem impressões novas, sem a preponderância delicada da mulher, sem música, sem diversões, sem coisa nenhuma – pode fazer engordar a língua, mas estiola a alma e endurece o coração, amolecendo a vontade.

Dáí o nosso riso imbecil em torno dos que trabalham, dos que procuram elevar o espírito acima da terra a terra do vegetar comum.

Daí a nossa falta de iniciativa para tudo, chegando até à aberração de fazermos cálculos sobre a morte de Sicrano, cujo advento provável nos poderá em breve abrir as portas de uma melhor posição na burocracia indígena.

Somos uma sociedade sem grandes necessidades materiais e que por isso mesmo, não trabalha muito. Durante as horas de ócio, que não são poucas, em lugar de procurar distrações mais nobres, divertimo-nos em saborear a pele uns dos outros. E é essa a nossa grande doença ou, antes, é esse o sintoma característico da moléstia que vem de longe criando essa atmosfera de desconfiança que atrofia a nossa vida social em todas as suas modalidades e em todos os seus aspectos.

Vivemos numa sociedade em que não há amigos íntimos, em que não pode haver a confiança, essa dolorosa expansão da alma transbordante de afetos ou de queixas noutra alma que a compreende.

Isso quer dizer que está por fazer a nossa educação moral, cujos alicerces, queiramos ou não têm de ser lançados pela mulher, porque toda a reforma humanitária há de necessidade começar por ela.

O assunto porém, desdobra-se e é pouco o espaço de que disponho na Gazeta. Voltarei.

16.04.1903.

José Braz

A nossa edificação

As vezes temos reclamado dessas colunas aos poderes competentes alguma resolução patriótica, alguma iniciativa séria, no intuito de bem melhorar a edificação da nossa capital, onde de ordinário as habitações, nada confortáveis, se ressentem principalmente de luz, de higiene, de comodidades e sobretudo de beleza e arte.

Não há nada mais feio, nada mais deprimente, para um povo que se diz progredir, do que popularizar uma cidade, tal como a nossa, de ruas tortuosas, de prédios acachapados e sujos, de praças amplas e desertas onde não se encontram sequer esses belos pontos de diversão, tão próprios às sociedades mais ou menos adiantadas, aos núcleos mais ou menos cultivados.

Não há negar que o nosso meio intelectual é progressivo, que, de fato, não envergonhamos a nenhum Estado da República; mas que diremos do nosso meio material e mais precisamente da nossa péssima edificação?

O único ponto de diversão que já de agora, com certa antecedência, vai atraindo as nossas vistas, ávidas sempre de novos prazeres e de novos divertimentos, é o tão falado teatro, “obra prima e assaz decantada” que, em verdade, tem merecido as mais justas e ponderadas críticas, tão somente filhas do bom gosto artístico dos nossos patrícios.

E assim como o teatro são também os edifícios principais que prazeiam a nossa capital.

Não conhecemos estética, não encontramos beleza, não existe arte a predominar em nosso meio que se patenteia uma velharia dos tempos coloniais aos olhos curiosos e sempre exigentes dos nossos contínuos visitantes.

Por mais uma vez temos assistido a espontâneas manifestações estranhas que nesse tocante nos melindra de alguma forma o egoísmo bairrista, mas que, forçoso é confessar, são tão justas e verdadeiras que infelizmente ainda continuam a existir como inabalável afirmativa às nossas dúvidas impensadas e sem razão de ser.

O passeio das ruas, se tal procurarmos analisar, são desiguais e sem ordem: uns são baixos; outros excessivamente altos; e na maior parte, vemos sair da soleira da porta uma tão grande abundância de degraus que melhor utilidade teriam numa casa de arredores de engenho.

Junte-se isto umas ruas visivelmente tortas e sem o alinhamento prescrito pela Intendência Municipal, para quem no presente momento apelamos, e teremos em bela síntese o que é a nossa capital, incontestavelmente muito mal edificada e certamente mais digna de melhor sorte.

Urge, portanto, quanto antes, que os poderes públicos ponham um termo a essa *calamidade* que devasta a belíssima topografia de Natal, estabelecendo, como fazem as repartições congêneres, as principais regras do asseio, da higiene, da comodidade, da arte e da beleza, enfim, pelo menos aos prédios que de ora em diante vierem de se construir, pois desta forma sempre teremos aproveitado alguma coisa, impondo à nossa terra edifícios que no futuro nos sejam úteis e proveitosos, encarados sob o ponto de vista esteticamente artístico.

“Oásis” – maio de 1903

Natal em 1909

Quando da realização da conferência *Natal Daqui a Cinquenta Anos*, em 1909, Natal ainda era uma cidade muito pequena, cuja população se distribuía pelos bairros da Ribeira e Cidade Alta. Os bairros das Rocas e do Alecrim ainda se encontravam em formação. E o Plano da Cidade Nova, que hoje compreende os bairros de Petrópolis e Tirol estava apenas iniciando a sua implementação.

A palestra de Manoel Dantas foi realizada no dia 25 de março, quase um mês depois da palestra proferida por Elói de Souza (1996) – sobre os *costumes Locais* -, que aconteceu no dia 20 de fevereiro. Este, além de proceder à uma avaliação da situação vivida por Natal naquele momento, criou as condições, digamos, psicológicas para a prospecção que, dias depois, Manoel Dantas faria sobre a Natal do futuro.

Em sua fala, Elói de Souza abordou alguns aspectos das relações sociais e dos comportamentos dos natalenses; descreveu a cidade e as contradições da vida urbana. E, ao concluir, constatou que enquanto a velha Natal estava agonizando já se vislumbrava o nascimento de uma nova cidade, que seria construída pelos jovens, e que realizaria *sonhos de bondade e de civilização*. Sonhos estes que, logo em seguida, seriam pintados em cores vivas por Manoel Dantas.

Segundo ele, a Natal que agonizava era uma cidade provinciana, ligada aos folguedos folclóricos e à devoção religiosa. A Natal que nascia trazia a marca do novo e de uma juventude confiante no futuro.

Na visão de Elói de Souza, durante a primeira década do século XX, Natal estava passando por um profundo processo de transição. As transformações abrangiam tanto os aspectos sociais quanto os de comportamento. O espaço físico e as formas da cidade também se transformavam. O momento era difícil pois, segundo o autor, Natal estava perdendo seus costumes mais arraigados, para os quais ainda não encontrava substitutos à altura. Segundo ele, havia uma falta de “vontade na educação dos moços, que dificulta a escolha de novos hábitos, fato agravado pela origem social

das pessoas”. Elói de Souza propunha a universalização do ensino primário, que deveria ser praticado em escolas mistas, o que contribuiria para uma maior sociabilidade e civilidade dos jovens. O estágio de civilização, dizia, só seria alcançado com a formação de *homens válidos e mulheres fortes*.

O autor constatava que, nos primeiros anos do século XX, “os natalenses não dispõem das mais elementares condições de higiene”. Parece que nossos jardins, afirmava, “foram construídos para revelarem a apatia da cidade, a nossa moleza tropical, a falta de cordialidade nas relações pessoais”. As pessoas, de acordo com Souza, assumiam um distanciamento que só se justificaria nas grandes metrópoles como Londres e Paris. Por volta de 1909, a cidade ainda representava uma “amarga tristeza que lhe dá um aspecto soturno e mau”.

Mas este quadro, pouco a pouco, começava a se transformar. A cidade estava sendo limpa e as pessoas se conscientizavam da necessidade de se proteger os jardins e as árvores das vias públicas. “As árvores já podem crescer na santa paz do senhor, e a natureza completará certamente o esforço do homem”.

Elói de Souza, ao mesmo tempo em que lamentava a situação existente se entusiasmava com as perspectivas de mudanças que estavam sendo criadas. Este entusiasmo se justificava pela abertura e calçamento de avenidas da Cidade Nova e pela articulação da Cidade Alta com a Ribeira, através de melhorias na atual avenida Junqueira Aires, onde também se instalava uma linha de bondes; pelo saneamento das áreas alagadiças, na Ribeira e no Baldo, onde foram construídos, respectivamente, uma praça e um balneário; e pela construção *nos morros de habitações amplas e arejadas dominando o vasto oceano*.

Para o autor, tudo isso representava, simultaneamente, *uma visão da agonia do velho Natal* e o nascimento de uma nova cidade. “A cidade desperta do seu sono três vezes secular e eu sinto bem a alegria de ver que a estão vestindo de novo, para a alegria de uma vida nova”.

De fato, nas primeiras décadas do século XX, Natal passou por grandes transformações. Etribada no sucesso da cultura algodoeira, a economia do estado se desenvolvia. Esse dinamismo econômico proporcionava, e ao mesmo tempo exigia, investimento na infra-estrutura e nos serviços da capital e do estado. Nesse período foram construídas as primeiras ferrovias, com a função, principalmente, de transportar algodão do interior do Rio Grande do Norte para Guarapes e, depois, para Natal. A primeira ferrovia, operada pela empresa inglesa *Imperial Brazilian Natal and Santa Cruz Railway Company Ltd.*, havia sido inaugurada em 1883. Em 1906, entrou em funcionamento a Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, e seis anos depois (1912), a Companhia Estrada de Ferro de Mossoró S.A. (Santos, 1998)

Nesses anos, que marcaram a passagem do século XIX para o século XX, Natal foi aos poucos se aparelhando com as inovações que, então, caracterizavam a vida moderna. Já em 1895, a população conheceu o fonógrafo, exposto como uma novidade para a população. Em 1904, foi inaugurada a iluminação à gás de acetileno na Cidade Alta e, em 1906, na Ribeira. Dois anos depois, em 1908, entrou em funcionamento a primeira linha de bondes, puxados por animais, ligando a Cidade Alta à Ribeira. As linhas de bondes elétricos só foram instaladas em 1911, ano em que foi inaugurado o primeiro cinema de Natal, o Politeama. Na ocasião, foi ampliada a rede de telefones, e foi construído um balneário público na praia de Areia Preta; também verificou-se, na ocasião, a construção de uma usina de eletricidade, o que permitiu a substituição da iluminação à gás pela iluminação elétrica.

Completando esse quadro, cabe ainda registrar a criação, em Natal, da Junta Comercial (1900), do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (1902), da Sociedade Agrícola (1905), do Banco de Natal (1906) e, em 1909, do Liceu Industrial. (Santos, 1998) No plano cultural, o governador Alberto Maranhão (1901-1904 e 1908-1913) incentivava as letras e as artes, promovendo recitais, premiando autores e publicando livros. (Santos, 1998-a)

Nas primeiras décadas do século XX, a população de Natal teve um crescimento significativo, passando de 16.059 em 1900, para 30.696 em 1920. Ao longo desse período, foram implementadas diversas ações higienistas, que

contribuíram de modo decisivo para melhorar as condições de vida da população de Natal, ainda muito precárias, conforme constatava Eloi de Souza. Além da praça Augusto Severo na Ribeira e do balneário no Baldo, já citados, também foram realizados melhoramentos, entre 1908 e 1913, nas condições de saneamento e nos serviços de abastecimento de água que, inaugurado em 1882, teve então suas tubulações substituídas; durante o período, quando já ocorria a asseio noturno das ruas, também foi reorganizada a coleta de lixo, tendo sido instalado um forno para sua incineração. Acrescente-se ainda que os fiscais da Inspetoria de Saúde Pública visitavam todos os prédios particulares antes de eles virem a ser habitados (Santos, 1998)

Estes eram os principais elementos que se conjugavam para criar um clima de transformações vivido por Natal, na primeira década deste século. Foi em meio a este ambiente pleno de possibilidades e de expectativas que ocorreram as palestras de Elói de Souza e Manoel Dantas. Ao primeiro coube anunciar a morte da velha Natal e o nascimento de uma nova cidade. Ao segundo coube descrever o formato e as qualidades desta nova cidade. Não, propriamente, como ela pudesse vir a ser na realidade. Mas como a elite intelectual natalense desejava que ela fosse.

Certamente o autor de ***Natal daqui a cinqüenta anos*** tinha consciência da impossibilidade para as muitas previsões que fazia. Eram obstáculos concretos decorrentes das condições sociais e econômicas, não apenas de Natal ou do Rio Grande do Norte, mas do próprio Brasil. Por isso sua narrativa não deve ser lida e interpretada ao pé da letra. Ao contrário, a palestra deve ser entendida como uma alegoria ou como uma metáfora da aspiração de modernização e de modernidade que as elites preconizavam para o futuro de Natal.

Pedro de Lima

Natal daqui a cinqüenta anos*

Creio que todos os senhores e senhoras minhas que o espírito de filantropia condenou a me ouvirem conhecem O BLOCO.

Devo, desde logo, declarar que não se trata do bloco político criado para eleger o conselheiro Afonso Pena; refiro-me ao jornalzinho deste tamanho que conhecido magistrado... perdão! O conselheiro Acácio criou para levar a gente na troça.

Se alguém há que não conheça essa interessante revista do que há de bom e mau em nossa terra – política, folgazã, tagarela e esfuziante - como modestamente se apregoa, lamento sinceramente o infeliz, privado, destarte, da inteligência, da luz, da vida.

Muitas de minhas gentis ouvintes estão a me acenar com o leque ordens que me parecem desencontradas. Curvome, no entanto, submisso – sei eu se à sedução de olhos que matam, se à força imperativa do leque, símbolo da soberania e da graça feminina, cetro da galanteria, quando fechado, asa palpitante na extremidade de uma mão branca, quando aberto - e nessas ordens vejo, ou antes, adivinho a satisfação daquelas que têm obtido as preferências maviosas de “Rosa Veludo” e o despeito encantadoramente fingido daquelas cujos perfis ainda aguardam o **visto** do conselheiro Acácio.

Não preciso apresentar-vos o conselheiro Acácio. Se tivesse surgido dez anos atrás, seria um conselheiro “**fin de siècle**”. Agora, na incerteza de o vermos chegar ao fim da era em que vivemos, podemos crismá-lo um conselheiro **smart, dernier cri**. Não é o tipo simplório e ingênuo, de óculos e balandrau, que serviu de moldura burguesa a Eça de Queiros para as proezas do “Primo Basílio”. Não. O conselheiro da terra obteve a carta com o despontar dos primeiros

* Conferência realizada no salão de honra do Palácio do Governo, em 21 de março de 1909.

pêlos do bigode – naturalmente, por não ter pago o imposto da mercê – traça roupas claras, **panamá** desabado sobre os olhos, flor na lapela, lancha nos hotéis e adora o **flirt**.

O diretor d'O BLOCO não respeita conveniências: leva na troça o vigário da freguesia, o homem da venda e o escrevinhador das **Coisas da Terra**. **Charges** contínuas têm mais de uma vez chegado a mostarda ao nariz desse pacato representante das letras potiguares que, se fosse dado à esgrima e não temesse o art. 307 do Código Penal, já teria inspecionado as banhas do conselheiro... à ponta da espada.

Dentre as várias frioleiras que O BLOCO serve habitualmente aos seus milhares de assinantes, adubadas ou desadubadas de sal e pimenta, vem de vez em quando à baila um pic-nic que aquele honrado jornalista – O Brás Contente – jamais em sua consciência prometeu oferecer, porém nunca dirá que seja pura invenção de algum jornalista desocupado, porque entende que O BLOCO é como Epaminondas da **Artezinha** do Padre Pereira: **adeo veritatis diligens erat ut ne joco quidem mentiretur**.

Tenho, pois, plenos poderes – e quem duvidar desses poderes poderá verificá-los na procuração bastante passada em notas do tabelião Miguel Leandro, se bem que maculada de alguns pecados contra a ortografia do venerando Aulete – tenho plenos poderes, dizia eu, para afirmar que o pic-nic de Brás Contente será tão certo como todos nós irmos para o céu quando for tempo. Apenas para prover ao preparo de uma festa tão interessante, ela se realizará em 1959.

Cinquenta anos de espera não é lá muita demora para os que tiverem a fortuna de saborear os acepipes desse ágape original.

Faço desde já extensivo o convite a todos aqui presentes, senhores e senhoras. Poderão comparecer sem susto, a exemplo do que farei são como um pero, no verdor dos noventa anos.

Não se assombrem os senhores com o número de convivas para uma festa íntima por estarmos aqui, seguramente, mais de 240 pessoas. Antigamente, dizia-se: nas festas íntimas, sentam-se à mesa nem mais de dez, nem

menos de cinco. Mas, a quatro do corrente, não vimos nós um almoço íntimo de mais de cinqüenta talheres, em aprazível vivenda campestre, com mesa lauta em forma de E, banda de música, discursos de arromba e ... cartolas? Estabelecendo a progressão, não é de admirar que, em 1959, 240 seja o número de convivas consagrado para os regabofes íntimos. Não vão agora os senhores fazer espírito chamando de **pic-nic das dúzias** a festa do Brás Contente, que seria, quando muito, um bródio de anciões.

Não riam as senhoritas que apresentam, sedutoras e gráceis, a flexibilidade de um corpo adolescente. Serão majestosas sob o seu toucado de neve e havemos de consagrar ao Amor o **flirt** de cabelos brancos.

Nesta visão do futuro, prescindimos das concepções estreitas da forma e da beleza. Os séculos são instantes na vida dos mundos; e, para apreciar as harmonias da natureza, a idade não influi, porque, como disse o poeta:

Deus fez o astro pra luzir nos ares,
A meiga rola pra gemer na selva,
A borboleta pra brincar na relva,
A branca espuma pra boiar nos mares.

Deus fez o cisne pra vogar nas águas,
O doce orvalho pra banhar as flores,
A meiga esperança pra acalmar as dores,
A onda altiva pra rugir nas fráguas.

Deus fez a águia para voar na serra,
O passarinho pra cantar nos bosques,
A flor mimosa pra enfeitar a terra.

Deus fez a nuvem para os céus azuis,
Deus fez a virgem pra viver de sonhos
Deus fez o homem pra viver de luz.

Parece que já adquiri o direito de livrar a mim e a vós da caceteação do exórdio, mesmo porque os senhores ainda não sabem a que folhas andam. Convidei-os para um pic-nic. Mas onde?

No **Perigo Iminente**

O **Perigo Iminente** é um morro célebre, a leste da cidade, que nem todos os senhores conhecerão pelo nome, porém todos certamente conhecem pelo aspecto imponente.

Adoro os morros que nos circundam como um colar de pérolas, esmeraldas e topázios; são como o prolongamento das espumas do mar, onde as ondinas vêm misturar-se às borboletas que adejam na floresta para celebrarem à luz do sol a festa da natureza.

Minha preferência pelo **Perigo Iminente** justifica-se, porém, porque traz-me a recordação de um dos mais interessantes episódios – a única conquista talvez – da minha vida de jornalista.

No tempo em que agüentava o fardo que passei gostosamente para o costado do meu distinto amigo, Dr. Sérgio Barreto, cheguei um belo dia no escritório da **República** e encontrei o Zé Pinto num dos seus raros momentos de mau-humor, de calça e camisa, sério e solene, dizendo-me logo à queima-roupa, em risco de partir-me as molas da carcaça:

- É meio-dia e não temos matéria; os tipográficos estão dormindo sobre as caixas.

Os senhores, se forem supersticiosos, quando tiverem a crueldade de querer desgraçar um inimigo, basta rogarem-lhe uma praga:

- Permita-me Deus que sejas jornalista no Rio Grande do Norte! E, se quiserem uma praga rigorosa, dessas danadas, que levam para o inferno sem forma nem figura de juízo, acrescentem: “com Zé Pinto na gerência, quando tem falta de matéria.”

- Mas, Zé Pinto, disse eu, não dei ontem matéria de sobra? Parte oficial, Lições de Geografia, e aquelas excelentes transcrições do **Jornal do Comércio**?

- Não dá pra meia-missa. Preciso de um artigo de fundo.

- Um artigo de fundo! ... exclamei com a sensação de um pedaço de céu velho que me caísse na cabeça ... Artigo de fundo a esta hora... sobre que?... Não temos licença de divertir com o **Diário**... Sobre política geral, corpo mole... Engrossamento ao Governador do Estado ou ao chefe do partido, não é dia de aniversário, nem véspera de eleição... Melhoramentos materiais, podem supor que os não temos de sobra... Assuntos literários, não é essa a minha especialidade... Um artigo de fundo!... O pessoal gostará... Não seria melhor uma transcrição?

- Não sei, acrescentou o Zé Pinto com um meio riso sardônico, o pessoal anda “trepando” como o diabo na República, porque, há quatro meses, limita-se ao expediente do governo, “Casos e Coisas”, “Lições de Geografia”, “O que vai pelo mundo”, “Elementos de Poupança”, “Cartas de Paris” fabricadas aqui na redação. Dizem que é o Dr. Pedro Velho embarcar para o Rio, não sai mais um período de matéria redacional.

- Dizem isto os bárbaros? Querem artigo de fundo? Pois vou empanturra-los de artigos de fundo. Mas, Zé Pinto, a esta hora, com este calor, o que poderei eu inventar? Ajuda-me, pelo amor de Deus, lembre-me um assunto, implorei suplicante.

Não sei. O doutor (nesse tempo ainda não éramos compadres) é o redator-chefe, deve saber mais do que eu. Puxe pelo quengo.

- Ah! Já sei.

E lembrei-me que, justamente na véspera ao chegar em casa, encontrara umas roseiras, que cultivava com muito carinho e esmero, inteiramente murchas e destroçadas pelas areias quentes que a ventania forte espalhara durante o dia. E, záz! Escrevi logo no alto da tira, em letras garrafais: PERIGO IMINENTE.

Contei a história do morro situado em frente à Cidade Nova, deslocando-se sob a ação dos ventos rijos, espalhando as areias sobre as ruas como um vasto lençol tenebroso e mortífero. Fui eloqüente; recorri ao Larousse para dar uma descrição do Saara; evoquei casos fantásticos de cidades inteiras sepultadas sob as dunas; falei das erupções do Vesúvio e da Montanha Pelada, lembrando Herculanium, Pompéia, São Pedro de Martinica, e concluí, fazendo um

apelo aos sentimentos humanitários do coronel Joaquim Manuel, benemérito presidente do Governo Municipal, pedindo-lhe lançasse vistas protetoras sobre este perigo iminente que ameaçava a cidade de uma destruição completa.

Efeito da poeira das dunas, borrifada de espuma, ou efeito do calor da frase, ordinariamente sensaborona e insulsa, o fato é que, ao brado de alerta do jornal contra a ação do vento que ameaçava nivelar o cômodo que servia de anteparo ao mar, o presidente do Governo Municipal impressionou-se e, resolutamente, cuidou logo de opor um anteparo ao vento. Cercas, plantações, guardas, postos de vigia, tudo que a ciência dos morros aconselha para a fixação das areias, foi levado ao **Perigo Iminente** para dar combate ao vento. A vegetação surgiu como por encanto, pondo tufos de verdura na careca formidável, que apresenta hoje o aspecto bizarro da cabeça de um deus Pan preparado para as bacanais da mitologia pagã.

Eis porque escolhi o **Perigo Iminente** que, em 1959, será um dos pontos mais atraentes da cidade, com seus cassinos e hotéis monumentais coroados de altos terraços, onde os aeroplanos vêm aterrizar; as estações da estrada de ferro aérea que corre pela crista dos morros até Guarapes, despertando sensações e belezas estranhas; as escadarias de mármore e de granito descendo para o mar e para a planície sob arcadas graciosas de folhagem variegadas, onde canta diariamente a passarada; as casas de campo dependuradas das encostas como ninhos: um misto de progresso e de poesia; a harmonia das coisas; o consórcio do passado e do futuro; jardins suspensos, salpintados das mais belas flores tropicais, evolvendo perfumes para o céu; cenário brilhante, onde, de vez em quando, realiza-se o baile que o poeta assim descreveu?:

D'um rouxinol aos trêmulos harpejos,
Da Casta Diva aos mórbidos palores.

Num cetíneo vergel, bailam as flores,
Ébrias de seiva e loucas de desejo.

Valsam rosas em lânguidos adejos
Dos colibris nas asas multicores;
Borboletas, de artísticos labores,
Seguem sutis os mágicos festejos.

Depois na alfambra delicada e leve,
Uma abelha dourada serve a ceia;
- Favos de mel e lágrimas de neve.

Termina o baile ao despontar d'aurora.
Toda a floresta de prazer pompeia...
Só a saudade no silêncio chora!

É, pois, a este morro, belveder da civilização americana em frente ao oceano, que a gratidão popular, pelo serviço que A REPÚBLICA prestara, crismou com a frase que traduzira os receios do jornalista de antanho, que, em nome do Brás Contente, levarei todos que me agora ouvem para apreciarmos de lá o que é esta cidade no ano da graça de 1959.

Natal já hoje é antiga e será eterna como o mundo, porque nasceu envolta na lenda.

Rezam velhas crônicas que quando Jerônimo de Albuquerque, no intuito de fundar uma cidade cujo nome lembrasse o natalício de Jesus de Nazaré, aproou para estas bandas, apareceu - lhe no convés da caravela que bordejava fora da barra, incerta do ancoradouro, uma criança divinamente bela que lhe apontou o rumo do porto seguro e do seguro abrigo. Vasta floresta cobria o solo rico de selva virgem de ser humano. O índio bravio passava de lado deslumbrado pelos clarões que iluminavam a floresta e amedrontado pelo som de vozes estranhas que estrondeavam como trovões. Havia a tradição de ser ali o paraíso escolhido pelo Senhor para lhe prestarem culto na terra.

E a cidade surgiu nesse mesmo dia, à sombra da Cruz, em honra do Senhor. Desencadearam-se, porém, as paixões indomáveis. O ódio, a vingança, a cobiça, substituíram, a virtude, a paz e o amor; o sangue derramado tingiu de rubro o solo virgem; as árvores da floresta caíram feridas de morte pelo fogo e o machado destruidores; o homem deu caça ao homem. Veio um dia o furacão, encrespou as ondas e cavou o fundo do mar, donde tirou um lençol de areia alvíssima com que envolveu a cidade do Senhor como num sudário. Ao longe, de mar a mar, ciclopes de areia ficaram velando a execução do castigo.

Mas a semente plantada na terra dantes abençoada foi medrando, foi medrando, e travou-se, dentro em breve, a luta da vida que desponta contra a areia do deserto que asfixia. A pouco e pouco, formaram-se os oásis, onde o homem nasceu, cresceu, viveu, amou e morreu. Mas, sempre intensa e forte, sem tréguas e sem mercê, a luta da semente que quer medrar no deserto de areia que a quer matar, até o dia em que a criança, que guiara a bordada da nau de Jerônimo de Albuquerque, bradou do alto do **Perigo Iminente**.

O' tu, cidade bendita, que soubeste viver sob o sudário de areia, sem blasfemar a vida;

O' tu, que escreveste a primeira epopéia da coragem guerreira de Felipe Camarão;

O' tu, que engendraste a alma forte de Miguelinho e o espírito varonil de André de Albuquerque;

O' tu, que presidiste a eclosão da atividade industrial de Juvino Barreto e da caridade cristã de João Maria;

Tu, que foste o berço onde se aninhou o sonho alado de Severo e a crisálida donde partiu o gênio criador de Pedro Velho;

Tu, que Auta de Sousa purificou com a prece imaculada de seus versos e Segundo Wanderley enalteceu com os arroubos de sua inspiração; - **Surge et ambula!**

E a cidade caminhou a passos de gigante. Natal, continuam a chamá-la oficialmente os forasteiros de toda parte que aqui vêm admirar a metrópole do oriente da América. **Rainha das dunas**, denominam-na os poetas que não

precisam mais de **habeas-corporis** preventivo para cantar a realeza, mesmo numa cidade, tão apagadas se acham já no coração do povo as vagas reminiscências dos tempos da monarquia.

Para irmos ao **Perigo Iminente**, há somente a dificuldade da escolha nos meios de transporte: tubos pneumáticos, aeroplanos, tramways e ascensores elétricos. Muitos preferirão, nesse dia, o **calcante pede**, para se recordarem com saudade das delícias antigas da Ferro-Carril, com seus **pregos** e seus horários.

O **Natal-Palace**, com seus terraços e jardins suspensos, abrangendo uma área de alguns quilômetros quadrados, apresenta constantemente uma animação extraordinária. Na véspera estourou pela primeira vez na estação monumental da praça Augusto Severo o trem da estrada de ferro transcontinental que, partindo de Londres, passa o canal da Mancha, percorre a Europa e o norte da Ásia, atravessa o Estreito de Behring, corta a América do Norte, galga o cimo dos Andes, desce pelos campos gerais de Mato Grosso e Goiás, segue o Vale do S. Francisco, paira sobre a Cachoeira de Paulo Afonso - uma fantasmagoria através das luzes de miríades de lâmpadas elétricas - e vem terminar em Natal. Milhares de passageiros fizeram esta viagem sensacional à volta do mundo em estrada de ferro, vendo num relance povos de todas as raças; tendo, de hora em hora, a impressão de todos os climas, observando, como num caleidoscópio monstro, a obra de todas as civilizações. Nesse mesmo dia, no vasto porto que se constituirá anos antes adiante dos arrecifes, por meio de dois molhes gigantescos, partindo, um, da ponta do Morcego, outro da ponta do Genipabu, como dois braços enormes querendo apertar num amplexo hercúleo as ondas revoltas do mar alto, o transatlântico **Cidade do Natal**, palácio flutuante de 40.000 toneladas, lançou ferro, despejando nos cais, ruas e parques milhares de passageiros que vão encher o trem transcontinental na torna-viagem, recebendo os milhares de passageiros que acabaram de fazer a travessia sensacional.

Muitos anos antes, já a estrada de ferro Pan-Americana, com o seu ramal de La Paz a Natal, desembarca semanalmente na cidade a multidão cosmopolita que os negócios e o esnobismo levam a percorrer os sertões da América.

O ponto de atração, o conforto de toda essa gente são os morros e as dunas alvas, a espaços cobertos de verduras, onde a vaga vem espriar-se de mansinho com uma carícia voluptuosa de amante saciada. Os poetas do mundo inteiro têm cantado o efeito mágico desses luares que derramam sobre a terra e sobre o mar a luz branca de uma suavidade diáfana, que penetra as almas, sem cansar e sem ferir.

Nos hotéis e nos cassinos, teatros ao ar livre servidos pelo telefone e a fotografia à distância, exibem telas luminosas, as óperas e as outras peças de efeito que a esta mesma hora entusiasma as casas de espetáculo de Paris, Londres e Nova York.

Não quer isto dizer que Natal só possua esta espécie de arte mecânica. Não! O “Teatro Carlos Gomes” reconstruído e aumentado sob os planos de um jovem arquiteto norte-rio-grandense que vem de conquistar o primeiro prêmio na Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro, tendo no vestíbulo a estátua de Segundo Wanderley a guiar a barca da fantasia, empunhando o cetro da Arte sobre o pedestal da crença, é constantemente visitado pelas maiores celebridades artísticas, e a ópera uma jóia da arquitetura num dos lados da praça Pedro Velho, é afamada nos grandes centros musicais do mundo.

Agora mesmo, na temporada lírica cujas entradas são disputadas a peso de ouro, uma diva que todos consideram maior que Patti, tem ali sua corte triunfal de rainha onipotente da arte.

Dos terraços do **Natal-Palece** a vista espraia-se sobre a imensidade do oceano pintalgada dos canos fumegantes de centenas de vapores que cruzam as águas do porto em todos os sentidos e sobre a planície, coberta do casario, onde as torres dos edifícios e as chaminés das usinas parecem braços erguidos para o céu num desafio a forças desconhecidas.

O bairro das Dunas, cingido graciosamente pela avenida Beira-Mar, concentra a atividade do porto e formigueja de uma população cosmopolita; marinheiros, caixeiros viajantes, agentes de negócio, bufarinheiros, vagabundos, operários, gentes de todas as raças. Docas, armazéns de depósitos, estaleiros, cais providos de guindastes elétricos, restaurantes,

cafés-concerto, bares, bazares, dão-lhe o aspecto de uma espécie de pandemônio onde se ostentassem os esplendores e as misérias da civilização. No centro desse bairro, sobre um pedestal de granito em forma de algodoeiro, ergue-se a estátua de um grande homem tocando a máquina do progresso, vestido de S. Vicente de Paulo, desse cuja ação eficaz na expansão da cidade todos recordam agradecidos pelo impulso que souberam dar à primeira fábrica que determinou entre nós o movimento industrial, sendo ao mesmo tempo uma escola prática de solidariedade social e de caridade cristã.

A Ribeira, cortada em xadrez de ruas, praças e avenidas, é o bairro do alto comércio, da Bolsa, dos grandes estabelecimentos bancários. O “Banco do Natal”, com o seu capital de mais de cem mil contos, pode construir, na avenida Tavares de Lira, um edifício soberbo que atesta a sua prosperidade. Os mostradores dos bazares imensos ostentam, numa exibição fantástica, as mais variadas mercadorias, destinadas a despertar a cobiça ou prover as necessidades de gente que por ali passa num vai-vem contínuo. Num dos ângulos da praça Augusto Severo, admira-se o palácio d’REPÚBLICA, com seus vinte andares, donde saem diariamente as três edições disputadas pelos seus milhares e milhares de leitores. No alto desse edifício, num mostrador enorme, que, à noite, a eletricidade ilumina de cores caprichosas, são exibidas, de minuto em minuto, as notícias de última hora que vão chegando de todas as partes do mundo pelo telégrafo sem fio e as linhas especiais. Nós, que estamos no Natal-Palace, podemos ir acompanhando no mostrador d’REPÚBLICA, a discussão calorosa em que a esta hora se empenham, na Haya, os membros do Parlamento Mundial para a votação do orçamento geral dos Estados Unidos da Europa e da América, proclamados dois anos antes. Olhada assim do alto, numa noite clara em que as estrelas cintilam como diamantes, a cidade parece reclinada sob um dossel luminoso que às vezes se agita como ondas procelosas.

A avenida Potengi vai acompanhando as sinuosidades do rio, passando já além da ponta do Periquito, num afã de conquista.

Na Cidade Alta, trava-se a luta da resistência entre o passado e o presente. O aborígine quis opor à invasão do progresso o dique de suas tradições; porém, dia a dia, as casas se transformam, as ruas se alargam, a vida circula, impetuosa, febril, dominadora.

A Cidade Nova, com suas avenidas e seus parques sombreados, é o bairro da aristocracia, a cidade artística, onde a riqueza impressiona pelo luxo e o bom gosto das construções. Ao centro desse bairro, a praça Pedro Velho - o cérebro para onde convergem as manifestações da vida urbana - é dominada por uma estátua colossal do Gênio, subjugando com uma mão firme a hidra do mal e apontando com a outra para uma placa de cristal onde o Destino escreve esta legenda: - **Façam o progresso que eu mantenho a ordem.**

Perdida entre grandes árvores, numa paz serena e calma, onde os asilos para toda a sorte de doentes e vencidos da vida põem um tom de doce recolhimento, a praça Pio X, onde o sentimento católico exulta na imponência da catedral, abriga a estátua de um padre vestido de uma alva, branca como a pureza das bênçãos que ele soubera conquistar, cravejada de lágrimas agradecidas que luzem como estrelas, tendo num baixo relevo, a figura de uma criancinha que se agasalha nas dobras de uma batina.

Além do Baldo, o Alecrim, o grande bairro operário, conservou sua primitiva denominação poética em homenagem ao monumento dessa “cotovia mística das rimas” que pelos séculos adiante jamais perderá a força embriagadora do seu lirismo divino, no horto de arminho, onde as almas dos humildes e dos simples vêm aprender com ela a sonhar, com essa que o poeta viu dormindo eternamente entre lilazes, boiando na corrente das mágoas como um lótus de extintas primaveras.

E além, transpondo o Morro Branco em busca de Ponta Negra, trepando os morros para os lados do sertão, dobrando a ponta do Peixe Boi, lingando-se a Guararapes - o burgo industrial - ameaçando Macaíba, fazendo de Pitimbú a cidade de campo, com suas hortas e seus vergéis. Natal, arremessa-se pela terra a dentro, conquistadora, indomável.

Do outro lado do Potengi, cortado de pontes, surge uma cidade imensa, ou antes, estendem-se filas de armazéns, oficinas, docas, casas de negócios, albergues, estalagens, casas de campo. É Natal que se atira nos braços do sertão, conquistado pela Estrada de Ferro Central. Ali vêm as gentes do interior, queimadas pelo sol, porém confiantes do seu valor, fortes na sua riqueza. A seca desapareceu, ou por outra, o homem venceu a seca, neutralizando-lhe os efeitos. A Estrada de Ferro Central foi a primeira etapa dessa luta homérica. De vez em quando o sol ainda apresenta os reflexos violáceos que parecem clarões de morte; os campos são varridos pelo “alísio”; as nuvens correm pelo céu como frangalhos; a água seca no leito dos rios; porém o homem sabe aproveitar a riqueza acumulada nos açudes e vai buscar no centro da terra a água fertilizante.

Em, 1915, quando o sucessor do conselheiro Afonso Pena, atendendo aos reclamos imperiosos dos nossos representantes, resolveu mandar construir o açude “Gargalheiras”, o resultado dessa obra foi tão assombroso que determinou a organização de um poderoso sindicato de capitalistas norte-americanos para a exploração de grande açudagem.

Nosso eminente representante Dr. Elói de Sousa, no exercício do seu cargo de sub-secretário de Estado para os negócios da seca, visitando um dia o “Gargalheiras” ficou impressionado com um interessante fenômeno meteorológico que se observava naquelas paragens. A leste dos municípios de Currais Novos, Acari e Jardim, formando a linha de limites com a Paraíba, corre uma serra baixa, espécie de degrau do planalto da Borborema. As nuvens condensaram-se neste planalto em “torres” de formas caprichosas, as descargas elétricas romperam o bombardeio da atmosfera em fogo, a chuva, caindo, inundou os campos, a avalanche caminhou, impelida pelo vento, na direção de leste a oeste. Mas, ao chegar à serra da fronteira, tudo se enovelou numa massa informe que o alísio, soprando com fúria incrível, carregou para muito longe, deixando as encostas da serra sem uma gota d’água. S.Exa. compreendeu que aquela terra, a mais assolada pela seca, podia muito bem ser convertida no anteparo da seca. Com efeito, na época dos grandes cataclismos que modificaram a crosta terrestre, as águas romperam quatro boqueirões por onde penetram no Rio Grande

do Norte, vindo da Paraíba: Aba da Serra, Bico d'Arara, Ermo e Boqueirão. Corrigir estas quatro soluções de continuidade na montanha era há muito indicado como meio eficaz para dar combate à seca. As obras foram planejadas e executadas. Dentro de dois anos, barragens colossais haviam fechado aquelas passagens que se escancaravam como partes de uma grande muralha de resistência violentamente rompida. Formaram-se deste modo quatro lagos artificiais bastante extensos e profundos, cujas águas, com as do Gargalheiras foram se infiltrando pelas terras, foram se desviando pela irrigação, de maneira a converter quase todo o Seridó num vasto brejal, onde as culturas produzem com a exuberância da seiva excepcional do xisto argiloso que cobre as terras aráveis daquela zona. Notou-se então que as chuvas tinham-se tornado mais freqüentes, quase periódicas, e que o alísio não atirava mais as nuvens de roldão pela encosta da serrania abaixo. Os açudes haviam formado uma zona de evaporação permanente e contínua, que repelia o alísio, fechando para uma grande parte do sertão a porta sinistra da seca.

Natal alegra-se com estes resultados, porque é o escoadouro dos produtos do sertão.

E, nas outras terras que a Estrada de Ferro Central liga a Natal, nos vales do Potengi, do Ceará - Mirim, do Açú, do Mossoró, os poços de irrigação determinam uma frescura constante das várzeas e uma exploração sistemática do solo.

Nesta parte da cidade, do outro lado do rio, acumulam-se ainda os depósitos de minerais que as jazidas riquíssimas do sertão produzem aos milhões de toneladas. E, para os lados da Redinha, fica o empório da indústria da pesca alimentada pelas importantes pescarias do canal de S. Roque.

No espaço ocupado agora pelas ruas que vão do Baldo às Rocas, corre a grande avenida central da - **Via Sacra da Liberdade** - espécie de panteon dos heróis riograndenses que derramaram seu sangue por uma conquista qualquer do espírito humano. Numa das extremidades, a estátua do Camarão, símbolo da impavidez do índio afrontando o conquistador, porém subjugado afinal pela civilização e pela fé. Na outra extremidade, a estátua de André de Albuquerque, personificando a posse definitiva do solo na luta pela independência. Ao centro, a figura épica de

Miguelinho, emergindo de um vulcão, “onde consagra em rútilos altares, o vinho do Direito e o pão da Liberdade, trazendo na fronte augusta, unvida de pesares, o sereno palor dos místicos luars e a calma de Jesus na noite da traição”.

A Via Sacra da Liberdade cruza com o parque Augusto Severo, onde se ergue, monumental e imponente, a gare internacional em frente ao monumento do grande aeronauta, que se assemelha a um ninho donde voa uma águia, as asas espalmadas, como um pátio majestoso da Paz.

Foi pelo ano de 1920, na quinta ou sexta presidência do meu nobre amigo, coronel Quincas Moura, que a cidade tomou seu primeiro impulso, como um gigante que estremece. S. Exa. compreendeu que era tempo de agir. E, ao sopro de sua vontade enérgica, a cidade antiga sepultou-se na sombra de uma recordação do passado, para ceder o lugar à Natal moderna, bela e radiante, com suas avenidas, parques e praças, com suas árvores, muitas árvores, sombreando o asfalto e oxigenando o ar. Todos os serviços municipais foram reorganizados. Dinheiro não faltava porque o estrangeiro disputava a colocação de seus capitais nas obras de melhoramentos duma cidade que se destinava a ser uma das maiores metrópoles do Novo Mundo. O Haussman desse renascimento morreu como um triunfador ao colher os primeiros louros da vitória e descansa em soberbo mausoléu - atestado eloqüente da gratidão popular - no Campo Santo, que ele havia mandado reconstruir, belo solene e majestoso, como o templo artístico da Morte. Além do Alecrim, o Campo Santo, com suas avenidas de monumentos funerários, onde o cipestre chora noite e dia a música dorida de saudades pungentes, é um ponto predileto de passeio, onde todos se sentem presos na corrente de afetos passados para o céu. O cuidado, o asseio, o bom gosto que se nota na cidade dos mortos dá a medida de como este povo sabe honrar os que ali foram descansar das agruras da vida.

Parece-me de bom alvitre ficar aqui nessa descrição pálida e sem arte dos esplendores da nossa capital dentro de meio século.

Receio que muitos dos senhores não me acreditem e quero deixar margem para algumas surpresas.

O soldado valente e ponderado muitas vezes retira-se antes de esgotada a munição.

Eu iria longe nesta viagem em busca do futuro, mesmo porque teria a vantagem de impingir-vos o que me visse ao bestunto, sem medo de contestação. A este senhor que fita-me com os olhos incrédulos, a este outro que sorri com ares de mofa, direi que se Natal não for a cidade que tenho descrito, aguarde-se para tirar a prova em 1959.

Por agora, se me quiserem contestar, todas as objeções serão precipitadas. Como precipitado é o desejo manifestado por aquele outro senhor sentado ali ao lado, que mais de uma vez quis desertar da conferência em busca do **Perigo Iminente**.

Tudo, por hora, não é mais que uma fantasia do meu espírito.

Há pouco passou sobre nossas cabeças o rufo de um corpo marchando de encontro ao vento. Pensaram talvez minhas gentis ouvintes no aeroplano que as conduzirá ao pic-nic. Não foi. Era a borboleta que levava na sua asa dourada o sonho alado de muitas que agora acordam para a vida, vendo-a pelo prisma da Quimera e da Ilusão.

Demos tempo ao tempo, e ainda nos restam cinqüenta anos para cuidarmos dos nossos negócios e envelhecemos à espera desses melhoramentos.

Os senhores hão de ter notado que fui um tanto otimista.

Paciência!

Quem ama o feio, bonito lhe parece.

Demais, não faltarão jornalistas de oposição para afirmar, por dever de ofício, que vamos em regresso e que, daqui a cinqüenta anos, Natal será um montão de ruínas.

E, por falar em jornalista, não quero terminar sem um furo de reportagem a respeito das palestras que pontuarão espiritualmente o jubileu do convite que acabo de fazer-vos, embora me arrisque a alguns **reparos** do “João Alves”.

“Zeferino Arruda” cantará uma dessas canções célebres que transformaram o palco da comédia política num seio de Abraão e “Rosa Romariz”, com seu temperamento de artista através de uma sensibilidade feminina, dirá como, à

sombra do cajueiro amigo, gerou-se a saudade forte dos coqueiros da Limpa, vibrando, ao descer sobre a terra a sombra do crepúsculo, o **aboio** que resume em si toda a poesia da terra sertaneja. “Brás Contente” lembrará aquela página das **Coisas da Terra** em que celebrou o desaparecimento da última jangada que se foi de mar a dentro, levando nas dobras da vela, branca como a alma do jangadeiro que a tripulava, séculos de força e resistência nos quais se retempera no mar a energia do povo que reconstruiu a cidade das dunas. “Gil Pimpão” e “Lulú Capeta” carpirão mágoas das muitas mágoas causadas nos corações que feriram, pedindo ao “Policarpo Feitosa”, como pedirão também vossas mercês, que, nos seus estudos da **vida potiguar**, a par do capítulo sobre a “influência do feijão no desenvolvimento dos povos”, não deixe de tratar do efeito da neurastenia no povoamento do solo. “Trancredo Solidão”, comungará ali mesmo a “hóstia sangrenta de um sol poente”, que lhe provocará uma indigestão de **santelmos**, da fixidez de versos imperecíveis, e “Oscarino D’Erbal” contará, em estrofes candentes, as peripécias de sua “viagem ao inferno” para confabular com Enrico Ferri. Muitas outras coisas espirituais disseram ainda os intelectuais, inclusive a história da rapiocagem, que o “Sales Barradas” & tal... pontinhos. A nota sensacional, porém, serão as pazes do “Y”, com a Igreja, convertendo os padres e adorando as freiras.

Há uma falha sensível nessa palestra sobre as grandezas da terra porque nada disse quanto ao progresso intelectual, as bibliotecas, e as escolas, os estabelecimentos de ensino, o aperfeiçoamento da nossa cultura, a elevação moral da nossa civilização, nesse meio século que vai correr. Faltam-me dados para entrar em assuntos de tamanha magnitude, nos quais não é lícito dar largas à fantasia. Parece-me no entanto certo que, a esse tempo, para consolo de nossas aspirações e satisfações da vaidade indígena, teremos, quando menos, uma Faculdade Livre de Direito.

Não sei se, a todos sorri este apelo ao tempo, esta visão do futuro. Quando lá chegarmos, seremos velhos e a velhice, dizem uns, é a eterna matadora de ilusões. Para as senhoras, então, a velhice é um verdadeiro purgatório.

Não penso assim. A mocidade tem o encanto da beleza, mas a velhice possui a majestade da sabedoria.

Não sei o que mais poesia encerra, se o viço dos anos em flor nas ondas revoltas da paixão, se a calma serenidade da vida bem vivida, no largo tranqüilo do repouso.

Poucas pessoas se regozijam, quando vêm chegar à velhice, que, no entanto, a outras aparece como o porto de paz e de abrigo onde às tormentas da mocidade vão perder-se nos reflexos opalinos de um belo pôr de sol.

A velhice que não pode mais brilhar deveria ser a eterna chama interna que todos possuímos, um sol que tudo funde e tudo amadurece, para, em redor dela, como em redor de uma vasta lareira, todos que sofrem, todos que trabalham, todos que vivem, todos que amam, todos que combatem, todos que vencem e todos que são vencidos viessem igualmente se aquecer.

Disse um dia Carmem Silva, a rainha da Rumânia que teve a ventura de cingir a tiara da realeza da inteligência e do amor, que na sua infância, indo um dia visitar uma senhora idosa, encontrou-a sentada, toda banhada pelos raios do sol nascente, lendo na sua grande Bíblia; voltou-se para ela com um sorriso tão radiante que se espalhou por toda sua existência como a única coisa digna de inveja neste mundo.

Felizes os que têm no coração um sorriso semelhante para poderem chegar ao fim da jornada, como numa claridade resplandecente, afim de, desembaraçados dos laços terrestres, contemplarem face a face à felicidade eterna.

Desculpai-me minhas senhoras e meus senhores, se, por ventura, ao findar, derramei em vossos espíritos um sentimento de melancolia que poderá disfarçar delicadamente o cansaço desses minutos passados a ouvirem-me. Não devo abusar da vossa benevolência e bom é que terminemos nossa palestra.

Perlustrei o campo vasto da fantasia, vareei o futuro com a sede de um desejo patriótico, vi através da névoa do Sonho uma cidade gigante, tal qual a desejaria no exagero do meu devotamento pela terra que é o sacrário do meu amor. A pátria de meus filhos. Tempo é que de lá da asa deste sonho, volva olhos ao passado, onde dormem talvez esperanças mortas e ilusões perdidas.

Que olhos poderia eu escolher se não esses que o poeta cantou nas últimas estrofes que brotaram do seu cérebro luminoso e que vos convido a ouvir, no sagrado recolhimento de uma prece entoada à memória daquele que viverá eternamente na veneração dos amigos e no amor de seus filhos.

Conheço uns olhos de certa dama
Que não são pretos nem são azuis,
Porém, que gozam de vasta fama,
Olhos brejeiros, olhos tafúis.

Não são oblíquos, nem circulares
São duas gemas de raro cunho,
Têm o mistério dos verdes mares,
Nas noites frias do mês de junho.

Neles descubro, neles se ostenta
A luz incerta dos arrebóis;
Conforme o sonho que os acalenta,
São dois escolhos ou dois faróis.

Olhos brilhantes, olhos pacholas
As vezes cautos, às vezes francos,
Lembrando um tango de castanholas,
Um par travesso de saltimbancos.
Olhos de círios contemplativos
Quando se fitam no branco altar,
Olhos ladinos, Olhos furtivos,
Somente feitos para enganar.

Olhos capazes de toda empresa
Que vibram dardos no coração,
Olhos que ferem por natureza,
Olhos que matam por distração.

Olhos que traem desejos vagos,
Sutis promessas, altos arcanos,
Que têm a calma dos mansos lagos
E a tempestade dos oceanos.

Estranhos olhos, olhos que cegam,
Quer no castigo, quer no perdão,
Olhos abertos que tudo negam,
Olhos fechados que tudo dão.

Quando estes olhos assim diviso
Ao prisma róseo da fantasia,
Não sei, confesso fui indeciso,
Se são de Aspásia, se de Maria.

Manoel Dantas

A administração Omar O'Grady (1924-1930) e a modernização urbana de Natal

Os recentes estudos sobre a história urbana e urbanística de Natal têm procurado desvelar os seus processos de construção e constituição do espaço urbano, os seus agentes transformadores, os planos, o ideário de modernização, os avanços técnicos, enfim, a influência de todos estes fatores na conformação do seu território, do seu “espaço real vivido”¹.

Dentro desta perspectiva, os anos compreendidos entre a Proclamação da República - que, no Rio Grande do Norte, marcou o início da ascensão da oligarquia Albuquerque e Maranhão, liderado por Pedro Velho - e o final da década de 1930 podem ser analisados à luz do processo de “desconstrução da Natal colonial”; ou seja, o período que assistiu a passagem da cidade oitocentista para uma outra, moderna, capitalista.

Obviamente, o século XIX não abarcava mais o período colonial brasileiro; contudo, é nele que estão impressas as marcas dos séculos anteriores, da época da dominação portuguesa. Se em cidades como o Rio de Janeiro este processo de transformações se iniciou no primeiro quartel do *oitocentos* (com a vinda da Corte Portuguesa, em 1808, e a Missão Artística Francesa, em 1816), em Natal, São Paulo e Santos, por exemplo, o que chamamos “desconstrução da cidade colonial” ocorreria de forma decisiva a partir dos últimos anos do século XIX e nas primeiras décadas do XX: as reformas nos centros urbanos, nos portos, a abertura de avenidas, a expansão horizontal e o início da vertical, entre outros fatores, concorreram para a estruturação de uma nova “imagem da cidade”, suplantando aquela herdada do período colonial.

Um dos momentos mais importantes deste processo, para compreender a atual cidade do Natal, foi empreendido na década de 1920, no período delimitado pela administração do engenheiro Omar O'Grady (junho de 1924 a outubro de 1930)². Tão repleto de significações e complexidades que Câmara Cascudo, em seu livro “História da Cidade do Natal”, pôde afirmar que O'Grady havia tirado Natal de sua letargia setecentista e a “pousado”, finalmente, no século XX. A

afirmativa, forte e emblemática, referia-se a uma das quatro grandes obras realizadas no período da administração O'Grady (1924-1928): o calçamento da Av. Junqueira Ayres, a ladeira íngreme e único acesso então entre os dois bairros originários da cidade.

“O antigo aterro colonial foi lentamente sendo substituído por pedras soltas, empedrado, trilha, calçada, paralelepípedo. Várias vezes o aclive foi rebaixado. A história termina quando o prefeito Omar O'Grady venceu o barro, tirou as pedras e vestiu a ladeira com o calçamento que resiste a tempo, água e esquecimento”³.

A obra começou a pôr fim no distanciamento e isolamento entre os bairros da Cidade Alta e Ribeira, característicos da conformação colonial da cidade, que tanto tempo perdurou. “A possibilidade de comunicação imediata, fácil, barata, aproximou os dois núcleos de população”. Punha-se fim aos gritos de guerra. “Xarias e Canguleiros morreram. Ficou o Natalense...⁴”.

As outras três grandes obras que marcaram este período foram: a reforma do Cais Tavares de Lyra, o calçamento e o aformoseamento da Praça Augusto Severo e da Avenida Atlântica (atual Getúlio Vargas), inseridas em um modelo de modernização que tinha nas obras de pavimentação o signo palpável de progresso⁵. Este sentido de progresso, que tenta materializar os anseios despertados pela vaga modernista que atingira Natal e pelas possibilidades de crescimento criadas com o advento da aviação comercial, encontrou respaldo na figura do engenheiro e administrador O'Grady⁶.

Filho do canadense, de ascendência irlandesa, Alexander James O'Grady e da potiguar Estefânia Alzira Moreira O'Grady, o prefeito Omar O'Grady nasceu em Natal, a 18 de fevereiro de 1894. Após fazer o primário e terminar os seus preparatórios no Atheneu Norte-rio-grandense, embarcou para Chigaco, EUA, no início da década de 1910, para cursar Engenharia pelo Illinois Institute of Technology. Formou-se em 1917 e, apenas em 1920, retornou ao Brasil para trabalhar nas Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, IFOCS. Em 1923, foi contratado pela firma inglesa Norton Griffith and Company para o cargo de superintendente na construção da barragem do Acarape, Ceará. Casado com Isabel Dantas, primogênita de Manuel Dantas - que havia sido recém-nomeado pelo presidente do Estado José Augusto (1924-1927) à

Intendência Municipal de Natal, Omar O'Grady retornou a cidade para ocupar um dos cargos de intendente. Com o falecimento prematuro do seu sogro, O'Grady assumiu a presidência da Intendência em junho de 1924, cargo que ocupou até outubro de 1930.

Os primeiros quatro anos da administração foram o ensaio da sua formação americana na forma de gerir a cidade. O discurso pelas contas equilibradas do município frente à exigüidade das rendas (embora a sua administração tenha sido acusada de diversas irregularidades pelo governo de interventores que assumiu em outubro de 1930⁷), o controle total sobre o espaço urbano, submetendo todas as atividades às restrições e regulamentações da Intendência (por exemplo, a concessão de licenças para os horários de abertura de lojas, para construção, reforma e remodelação das casas, para a compra e venda de imóveis, etc.), o controle social, cadastrando os ambulantes e reprimindo terminantemente a mendicância, a limpeza pública, o embelezamento da cidade e, principalmente, a ênfase na melhoria das condições de tráfego nas vias urbanas, com a pavimentação à macadame pixado, paralelepípedo, e a drenagem das águas pluviais (num modelo de urbanização extensivo ao automóvel como também o foi, de certa forma, o Plano de Avenidas formulado pelos engenheiros Prestes Maia e Ulhôa Cintra para São Paulo em 1930), são os aspectos que caracterizaram os primeiros quatro anos da gestão de Omar O'Grady. Preparavam, assim, as bases para a proposição de um *Master Plan* que pudesse configurar Natal como “Caes da Europa”⁸.

Em janeiro de 1929, Juvenal Lamartine renomeou Omar O'Grady para a Intendência e assumiu com este a tarefa de preparar Natal para o “futuro grandioso” que adviria de sua fundamental posição geográfica para a aviação comercial. Para tanto, foi elaborado o Plano Geral de Sistematização, de autoria do arquiteto greco-italiano Giacomo Palumbo⁹, este seria o arremate da administração de Omar O'Grady, o fecho das iniciativas desenvolvidas durante mais de cinco anos em prol da modernização da cidade, articulando e incorporando as obras realizadas às propostas inseridas no Plano.

O plano trazia, já nos termos do seu contrato elaborado por Omar O'Grady em abril de 1929, elementos inovadores à forma de gestão do município, embasados nas experiências recentes do urbanismo moderno, abarcando a

cidade como um todo: o macro-zoneamento funcional (que implicaria numa divisão sócio-espacial segregada), a proposição de uma comissão do plano da cidade, de inspiração norte-americana, para garantir a sua continuidade (independente das sucessões administrativas) e a participação da população (embora ainda de forma muito restrita), a reestruturação do sistema viário (com o aumento dos acessos entre a Ribeira e a Cidade Alta) e a preocupação em torná-lo exequível (com a aprovação da Taxa de Benefício em junho de 1930, através das Resoluções n.ºs. 318 e 319, vulgarmente conhecida como “imposto do calçamento” baseada no benefit assessment americano).¹⁰

Portanto, mesmo com todas as críticas ao processo de “desconstrução da cidade colonial”, aos seus aspectos segregadores e elitistas, no Brasil e em Natal, em particular, não podemos negar a importância do engenheiro Omar O’Grady para o estudo e a compreensão da história da Cidade do Natal. Mesmo corrigindo, retificando, calçando ruas, a remodelação de Natal nos anos 20 baseava-se na estrutura existente da cidade, no aproveitamento da topografia, numa visão global da cidade. Embora não queiramos fazer uma apologia deste processo nem irrelevar seus aspectos negativos - muito ao contrário, este era um quadro muito diferente daquele que irrompeu a partir de meados da década de 1940, disperso, fragmentário.

George Alexandre Ferreira Dantas

¹ Veja-se, principalmente, Ferreira (1996), Oliveira (1997), Costa (1998), Dantas (1998) e Santos (1998).

² Os outros dois períodos (ou melhor, momentos-chaves da “desconstrução da Natal colonial”) seriam as reformas urbanas realizadas no segundo mandato do governo estadual de Alberto Maranhão (1908-1913), durante a longa gestão do intendente municipal Joaquim Moura, e as obras capitaneadas pelo Escritório Saturnino de Brito, na segunda metade da década de 1930.

³ Cascudo (1999, pág.149)

⁴ Ibid. pág. 149 e 235.

⁵ Cf. O'Grady (1929) e Dantas (1998).

⁶ É interessante observar que, ao chegar na então Cidade da Parayba (hoje João Pessoa), vindo das suas incursões etnográficas por Natal e interior do Rio Grande do Norte - em companhia de Câmara Cascudo , dentre outros - , Mário de Andrade lamentava que a capital paraibana não tivesse um Omar O'Grady que pudesse lhe equiparar a Natal. Cf Andrade (1983).

⁷ Sobre as acusações, Cf, Dantas (1998, pág. 96-98) e A República (nº 83, 148, 151, 159, 192, do primeiro semestre de 1931); as acusações foram julgadas improcedentes , como pode ser lido n 'A República de 09 e 14 de janeiro de 1932.

⁸ Cf. Dantas (1998) e Alecrim(1957), para uma visão mais detalhada dos anos da administração Omar O'Grady.

⁹ Cf. Miranda (1999) e Dantas (1998) sobre as proposta do Plano.

¹⁰ A Taxa de benefício regulava as contribuições dos proprietários para a pavimentação nas zonas central e urbana. O jornal A República, em junho de 1930 (nos dias 08, 10, 14 e 17) trouxe artigos intitulados "Em prol da Cidade" que discutiam e defendiam a necessidade de Taxa para as obras de modernização da capital potiguar (Dantas, 1998, pág 109-116).

Natal

A cidade do Natal nasceu, como Jesus Cristo, no dia 25 de dezembro. Benzeu-a mão de jesuíta e lindou-a pulso de fidalgo. Padre Gaspar de Samperes, o engenheiro da Fortaleza dos “Santos Reis Magos” teria sido o indicador do sítio da cidade, a duas milhas da foz do Potengi, o rio de água verde, Rio Grande dos colonizadores, **Fluminis Grandis** dos cronicões batavos e sempre “Potengi” para os potiguares, **barbari potengí vocant, informava Barlaeus**.

Jerônimo de Albuquerque, pelo pai, fidalgo de secular prosápia, orgulhava-se de vir, no sangue brasileiro, de um legítimo soberano das matas pernambucanas, o tuixáua Ubiráubi, Arco-Verde invencido e romântico. Assim a Cidade do Natal teve, em seu berço, um brasileiro para fundá-la e um padre para benzê-la.

A cidade nasceu num platô de colina. Hoje é a praça Jerônimo de Albuquerque. Outrora foi a Rua Grande, a praça da Matriz. Aí residia Deus no altar da capelinha de palha e barro e, posteriormente, nas alturas do século XVIII, os capitães-mores, chefes do executivo. Apesar do nome, a “cidade” ia devagar. Ainda em 1611 a Igreja não tinha portas. Para sua humildade corriam as pilhérias até de informadores papalinos, como Frei Luís de Santa Tereza que, em 1746, escrevia à Santa Sé:

A civitati Natali, seu “non tali” (ut attenta ejus tenuitate per jocum dicitur”... Ainda em meados do século XIX, era corrente o trocadilho: - **“Cidade do Natal? Não-há-tal!”**.

Também o sentimento de seu tamanho nunca influenciou no espírito de sua coragem e orgulho. Os natalenses sempre foram bairristas. Até de mais. O presidente Dom Manoel de Assis Mascarenhas trouxe um criado ilustre de nome Paraíso e esse aristocrático rebento de Mascarillo achou Natal uma cidade demasiada minguada para seus vãos. Deu para falar de Natal. Sucedeu que seu amo ofereceu festa. Aproveitaram a festa e deram uma surra de pau no mestre Paraíso para ensiná-lo a gostar da cidade.

Queixando-se ao amo, Paraíso obteve essa máxima: - **diante do pai todo filho é lindo**. E Paraíso ficou achando Natal uma lindeza. Creio que não seria bonito a Natal de 1838, mas tivemos como Casimiro José Morais Sarmiento, presidentes de província que deixavam a cidade com saudade. **Quem bebe água da bica e come mangaba do tabuleiro, não esquece Natal**. Naturalmente não esqueceu e a cidade fez dele deputado-geral. Mas, isto é outra história...

Primeiro município cujos limites compreendia todo território, Natal é atualmente senhora de 42.600 habitantes, com a população global de 52.000 almas. A superfície será, aproximadamente, de 250 quilômetros quadrados. A zona do patrimônio municipal abrange uma área de 43.560 quilômetros quadrados, com seus marcos delimitadores. O município tem quatro povoações. Ponta Negra, Pirangí, Pium e Pitimbu. Seus rios perenes são Pitimbu, Cajupiranga e Jiqui e suas lagoas principais têm nomes de Jiqui, com dois quilômetros de extensão, Custódia com um, e Parnamirim, com meio quilômetro. Ficam, respectivamente, no vale de Pitimbu, Pium e Cajupiranga. A produção reduz-se aos canaviais de Cajupiranga com seus sete engenhos e as mandiocas do Baixo Pium e Cajupiranga.

Os limites do município de Natal são: Leste, Oceano Atlântico, com 28 quilômetros, começando da Fortaleza dos Santos Reis Magos até a barra do Pirangi. Sul, rio Pirangi, com dois quilômetros e correndo até o rio Pium, com seis quilômetros. Oeste, rio Jiqui, rio Cajupiranga até a ponte do Taborda, na rodovia Natal-S. José de Mipibu. Norte, segue o rio Potengi até o quilômetro 12, daí, pela rodovia que desce até o quilômetro 22 da Estrada de Ferro Great Western, cruzando a ponte do Taborda.

Sua população ainda guarda um ar de família e de parentesco. A colônia estrangeira não se pode fazer notar pelos hábitos e notamos, depressa, quando alguém assimila costumes alheios à tradição e os macaqueia, convicto da notoriedade cômica. Ainda vemos cadeiras na calçada, prosa na farmácia e carta anônima de paternidade conhecida. As heranças coloniais que o Rio de Janeiro, ao puxão da sociedade cosmopolita ou que se diz, relega para os

arrabalde, Natal ostentá-os com maior ou menor amor. O cinema trouxe novidades e os rádios notícias mas a vida social se locomove num ritmo que não é possível dizê-lo vertiginoso. Graças a DEUS as nossas “Gretas Garbos” e Glabers são inofensivos. Não há estação emissora de rádio. Só resta ao natalense, quando quer educar-se com a Favela, Morro do Pinto, Viúva, Saúde e circunjacências civilizadas, ligar para uma estação carioca. Querendo ouvir música que não faça a apologia do malandro e do “sustentado”, tem que procurar gente de longe.

O avião celebrizou Natal. Levou-a para todo Mundo. Aqui desceram nomes que fazem desmaios nas almas sensíveis. Aqui ronronaram esquadrilhas e bojos espelhantes de dirigíveis sonoros. O natalense habituou-se a ver dezessete toneladas em vertical sobre sua cabeça. E raramente dobra o pescoço para admirar acrobacias e piruetas. Já viu demais...

Há trinta anos passados a cidade se dividia em Ribeira e Cidade Alta. Os moradores da primeira eram Canguleiros e os da segunda Xarias. O limite do raio de ação era a fábrica de tecidos, hoje uma prensa, em mão da Samba, a quem Deus guarde. Passar o limite era meter-se em pau. Hoje Xarias e Canguleiros desapareceram. Apareceram outros motivos para a briga.

Cidade de quatro diários, com imprensa desde 1832, passa às vezes sem outro órgão além de “A REPÚBLICA”, veterana, sisuda e acolhedora, fundada em 1889, na monarquia. Seu fundador, Pedro Velho, era professor de História no Ateneu e inspetor de saúde. Os monarquistas não o demitiram mas, quando se viu Governo, nunca esqueceu de arredar dos empregos quem pensava às avessas. No jornalismo faltou-nos o jornal de informação. O natalense, por convicção e ausência de coisa melhor, tem a doença política. Vive deduzindo, das notícias de aniversário ou viagens, asperesas ou carícias incabidas. Sempre foi assim. Antigamente, quando viviam os Conservadores e Liberais, o gosto ia a tal ponto que na própria Matriz se separavam e guardavam posições de restrito partidário. Os Conservadores ficavam no corredor do norte e os Liberais no do sul. A razão era histórica. Antes da denominação Conservador e Liberal, os dois possuíam as alcunhas de Nortistas e Sulistas. Na presença de quem os unira para a

eternidade, os natalenses respeitavam a divergência. Alguns morreram convencidos da existência de um paraíso conservador ou de um inferno liberal.

Mas a cidade cresce assustadoramente. Onde cacei, com espingarda de chapéu-de-sol, cotias e jacus, sobem palacetes e rodam os autos. O Baldo, logradouro clássico, é uma praçuela deliciosa. A Solidão, Tirol, é bairro de gente rica e que sabe viver. Lá no cimo está o Aéreo Clube, que não é mais Aéreo e sim Clube, mas suas festas não dão saudades às do Tijuca Clube. Até fins do Alecrim, arrabaldes de pobres, estendem-se ruas claras e alegres, povoadas e álacres. A Cidade Nova, com suas avenidas cortadas em ângulos retos, abrem perspectivas de uma cidade de verão como sonhariam os urbanistas do Sunlight. Infelizmente reponta no natalense o ódio às árvores. Ama ele o limpo, os espraiados escampos e convidadores de corrida. Uma a uma caem as velhas árvores cheias de histórias. Cidade cuja operosidade dos prefeitos conseguiu, relativamente a sua densidade demográfica, a maior área pavimentada do norte, Natal, sem árvores, fica cada vez mais quente. Suas árvores de sombra foram substituídas pela grama, pelos canteiros coloridos, pelos crótons ornamentais. O sol bate de chapa, rindo daquele desafio a sua onipotência tropical. Natal pede áreas ensombradas, parques de árvores feias mais imensas de folhagem. É moléstia velha porque, há cem anos, derrubavam matas e matas junto a Natal, fazendo fugir as fontes e esconder-se o manancial.

Mas, com o sol e calor, Natal fica mais visível e luminosa. As Docas facilitam as decidas e os automóveis são renovados cada ano. Breve-breve um Grande-Hotel ambientará visitantes de todos os tamanhos e, daqui a umas semanas, um passeio ao monumental Mercado Público dará a impressão de trabalho e seqüência do prefeito, que é meu colega de Ateneu e patrono de futebol.

Não tem fábricas porque a capital é menor que a capital em 1745. As pequenas indústrias locais, alvejadas pelos grandes produtores no livre jogo do mercado, sucumbem, tristemente. Terra do algodão, não temos uma fábrica de tecidos. As indústrias beneficiadoras da malvácea são entretanto, modernas e eficientes.

A vida intelectual é inferior a 1910. Nenhuma revista literária, nenhuma seção nos quatro jornais. Fundou-se a Academia Norte Rio Grandense de Letras a que se confiou o milagre da ressurreição espiritual. Os meninos do Ateneu, há mais de ano, instalaram uma Academia de Letras do Ateneu, com uma revista e vários acontecimentos literários, júris, conferências, estudos dos patronos. Há poucos dias absorveram Calabar. A Academia Assu, a grande, anuncia revista e promete trabalhos. Eu, entre meus defeitos, tenho o da credulidade. Acredito. Acabou-se.

As associações culturais são várias. O Instituto Histórico publica revista de raro em raro. Escreve para ficar e é natural que demore. Cada número vale, realmente, pelos silêncios Matéria farta e documentada. À frente continua Nestor Lima, cujo nome é inseparável do Instituto. A Associação de Medicina e Cirurgia é outro assombro para mim. Uma noite, consultando livros do Instituto, levou-me Raul Fernandes, presidente preclaro, para assistir a sessão. Aprendi, com as comunicações e debates, o que não seria possível em vinte livros. A sociedade de assistência social, contra a lepra, a favor da criança pobre, tem em Varela Santiago o Padroeiro clássico e devotadíssimo. Um passeio em Petrópolis mostrará dois edifícios que honram Natal e todos os seus homens. É o hospital Miguel Couto e a Maternidade de Natal, prédios que afirmam materialidade à tenacidade invencida do grande Januário Cicco. O Instituto de Música, sob o ritmo do maestro Waldemar de Almeida, merecia, ele sozinho, todo um registro pelos valores revelados e pela educação musical intuitiva, moderna e maravilhosamente feita. O movimento educacional segue aceleradamente. Escola Masculina de Comércio, Escola Feminina de Comércio, Colégio de Nossa Senhora das Neves, Colégio Marista, Colégio Pedro II são os paradigmas.

A obstinação vitoriosa do bispo Dom Marcolino conseguiu o Seminário S. Pedro, grande, imponente, impressionador em sua simplicidade eloqüente, e também o Dispensário Sinfrônio Barreto onde a mendicância encontra socorro. O apoio dos poderes públicos não tem faltado a nenhum empreendimento.

Falta, é verdade, uma Biblioteca Pública. Dos Estados do Norte nós somos a exceção.

Também, para atenuar, assistimos a instalação da rede de esgoto e de água, plano de proporções financeiras acima dos orçamentos. É o maior serviço com que uma administração pode dotar o seu Estado. Cria a base real de uma cidade, afastando a guerra implacável das endemias. Sob o égide de Saturino de Brito trabalham os herdeiros de seu nome e de sua técnica. Ataca-se o adversário em seu reduto, na intimidade de seu antro, no âmago de sua periculosidade latente.

Natal possui suas lendas, suas assombrações e suas credices. A Padroeira chegou em séc. XVIII, dentro dum caixão, boiando na água quieta do rio, na manhã de 21 de novembro. Encalhado o caixote, aberto depois, viram o vulto da Santa, Nossa Senhora do Rosário, que se chamou da Apresentação por se ter apresentado nesse dia. Está no altar-mor da Matriz. É pequena, humilde, doce, abençoada e sua mãozinha de onde pendem o terço de ouro. Num letreiro que envolvia a Santa, lia-se: - **Onde esta Santa chegar, nenhum inimigo vencerá...**

Assim têm sido com tantos inimigos que vieram e virão. Mas é impossível melhor defesa, desde de que ela repousa na profundidade, das tradições e na doçura do Passado longínquo.

Verdade é que a Pedra do Rosário, onde Nossa Senhora chegou, serve hoje de suporte a um cano de óleo da Air France. Mas a pedra não ficou sagrada pelo contacto. A culpa não é da Santa e sim dos devotos.

Numa história velha dizem que São Bonifácio era levado nas procissões que duravam horas e horas. Os portadores da imagem, por cansaço ou orgulho, paravam muito e o padroeiro regressava tardiamente ao seu nicho. Numa vez, pagando promessa, organizado o préstito, com banda de música e irmandades, o orago, das alturas do trono enfeitado, voltou-se para o povo. Estupefação, assombro, pavor. São Bonifácio, descendo a mão serena, sossegou:

Não é nada. Vocês perdem tempo e eu estou velho.

Pois a mão na cimeira do palanquim e concluiu:

Vocês não têm fé. Têm hábito. Continuem, mas façam a procissão sozinhos.

E saltou do andor.

Em Natal, cada ano, Nossa Senhora da Apresentação, processionalmente, passa seguida de milhares e milhares e milhares de fieis desobedecedores de seus divinos preceitos. Mas a Santa Senhora ainda não desceu do andor nem abandonou o altar onde é venerada. Coração de mulher e de mãe sempre é maior que de Santo solteiro. A bondade, ou a paciência de Nossa Senhora, é maior que a tolerância de São Bonifácio.

Por isso é que Natal ainda tem Padroeira.

Luís da Câmara Cascudo

Nota: Muitas das informações corográficas, **pela primeira vez impressas**, devo-as a obsequiosidade do eng. Otávio Tavares, diretor das Obras Públicas Municipais. O diretor do Expediente da Prefeitura, sr. Mario Eugênio Lira, teve a bondade de fornecer-me a relação dos presidentes da Intendência de Natal que, a partir de 1926, ficou denominada Prefeitura, com seu dirigente nomeado pelo Governo. A relação é a seguinte:

Joaquim Inácio Pereira, 1.º presidente no regime republicano, Fabrício Gomes Pedrosa, 1890-95, João Avelino Pereira de Vasconcelos, 1896-98, Olímpio Tavares, 1899-1901, Joaquim Manuel Teixeira de Moura, 1902-13, Romualdo Lopes Galvão, 1914-17, Teodósio Paiva, 1918-22, José Lagreca, 1923, Dr. Manoel Dantas, 1923.

Os prefeitos foram: - eng. Omar O. Grady, 1924-30. Farm. Pedro Dias Guimarães, Prefeito revolucionário, sob as administrações do dr. Irineu Jofili e princípios da do ten. Aloísio Moura; eng. Gentil Ferreira de Souza, administrações dos interventores Aloísio Moura e Herculino Cascardo; Capitão Sandoval Cavalcanti, na interventoria Bertino Dutra; eng. Aníbal Martins Ferreira, na interventoria Bertino Dutra; eng. Miguel Soares Bilro, na interventoria Mário Câmara, e o atual Prefeito, eng. Gentil Ferreira de Souza, no Governo Rafael Fernandes.

Ordenamento urbano nos anos 30

A época em que o Rio Grande do Norte era governado pelo Interventor Dr. Rafael Fernandes Gurjão, algumas praças da cidade do Natal sofreram mudanças para facilitar as vias de acesso de veículos.

Em outubro de 1935, o Engenheiro Gentil Ferreira de Souza foi convidado pelo Interventor Rafael Gurjão para assumir a prefeitura da cidade, cargo que o experiente burgo mestre já havia exercido entre junho de 1930 a junho de 1931. Ao assumir o governo da cidade, o chefe da municipalidade natalense tornou emblemático o período de sua administração pela realização de obras como o Mercado Público da Cidade Alta (hoje localizado o Banco do Brasil); a construção do novo Matadouro, retirando a matança anti-higiênica que existia na Rua da Misericórdia; Inauguração em 11 de julho de 1936 da Praça Carlos Gomes, e tantas outras obras que testemunham esta gestão que transformou a cidade do Natal em um local agradável para se viver.

Percebendo que o número de veículos já estavam provocando congestionamento na cidade do Natal, Gentil Ferreira procurou encetar algumas obras que permitisse facilitar o tráfego, abrindo ruas e avenidas; alargando outras, em parte ou totalmente, ao mesmo tempo em que algumas praças foram reduzidas para permitir o surgimento de ruas. A Praça Pedro Velho, que ocupava uma grande área, foi reduzida em 1936, criando-se duas partes separadas por uma artéria para o acesso de veículos. Esta artéria, criada através do Ato nº 35, do Prefeito Gentil Ferreira, foi identificada no Ato como “Nova Rua”. As duas partes da praça dividida tiveram a seguinte destinação. Uma foi reservada para a construção de residências. A outra foi ajardinada com quadras esportivas separadas por uma construção onde se localizava um bar e sorveteria conhecido por “avião”, além de um parque infantil com apetrechos para exercícios e diversões. A praça passou a ser o local preferido para a realização de retretas e festas públicas. A Praça Augusto

Severo, foi reduzida no ano de 1937, em sua parte central, quando foi aberta uma passagem para carro, ligando a Av. Junqueira Aires com a Av. Duque de Caxias. Na mesma oportunidade, foi realizado o alargamento da Rua Juvino Barreto, permitindo o acesso entre a Ribeira e a Cidade Alta, descongestionando assim o fluxo dos automóveis que diariamente ali trafegavam. A Praça Leão XIII, teve a sua denominação transformada em José da Penha, através do Ato nº 5, do Prefeito Interino Pedro Dias. Esta praça sofreu diminuição de sua área após a construção do Grande Hotel que se localizava a sua frente, o qual foi inaugurado em 13 de maio de 1939. A redução foi de fundamental importância, por permitir o prolongamento a Av. Tavares de Lira, até a Av. Rio Branco, facilitando assim o fluxo de caminhões e automóveis naquela artéria. Nesta praça existia uma bomba de gasolina da “Atlantique” inaugurada pela firma M. Martins & Cia.

Estas mudanças nas praças de Natal, ocorridas na segunda metade dos anos 30, trouxeram, além da transformação visual da cidade, um grande avanço no seu desenvolvimento pela supressão dos obstáculos que impediam a locomoção dos veículos existentes, facilitando assim o fluxo dos automóveis e outros meios de transportes utilizados na época, fazendo com que a cidade caminhasse mais rápida através desses acessos, os quais são utilizados até os dias de hoje.

Manoel Procópio de Moura Júnior

Urbanismo

Quantos vêm pela primeira vez à cidade de Natal, são unânimes em lhe acentuar a beleza da topografia, com seus morros, suas praias, suas amplas avenidas, os bairros, muito bem situados, e as construções evidentemente melhorando, dia a dia, em seu padrão. O impulso maior de seu progresso data, porém, de 1933; a partir de quando, na Interventoria Mário Câmara, sendo Prefeito da capital o engenheiro Miguel Bilro, não só se intensificou a pavimentação, a paralelepípedos, da cidade, como novas artérias foram abertas, entre as quais se destaca o prolongamento da avenida “Deodoro da Fonseca” . Três excelentes prédios para grupos escolares foram também construídos nessa época, às expensas do Estado; foram eles o “Isabel Gondim”, no bairro das Rocas, e o “Alberto Torres”, no de Petrópolis, ambos inaugurados solenemente a 19 de março de 1935, e o “João Tibúrcio”, no bairro do Alecrim, o maior desta capital, que teve a sua festividade inaugural no dia 14 de abril daquele ano.

Desde então, a área de pavimento a paralelepípedos cresce ano a ano, dando à cidade um aspecto agradável, tendo ainda a vantagem de corrigir os graves prejuízos decorrentes da erosão, uma vez que a cidade se acha situada sobre um maciço arenoso. O prefeito Gentil Ferreira de Souza, na Interventoria Rafael Fernandes, também muito fez nesse sentido, como se constata dos seguintes informes, além do que realizou no triênio anterior: em 1939, foram calçados perto de 26 mil metros quadrados; em 1940, nada menos de 23.320 e em 1941, área também vultuosa. As praças “Pedro Velho”, “7 de Setembro”, “André de Albuquerque” e “João Maria” foram totalmente remodeladas, cujos pisos, de pedra irregulares, foram substituídos. Os antigos leitos da avenida “Getúlio Vargas” e do largo do “Hospital Miguel Couto” desapareceram, dando lugar ao novo pavimento, também a paralelepípedos. Outras praças foram construídas, como a “Pedro II” e a “Gentil Ferreira”, no bairro do Alecrim. Novos jardins surgiram na cidade, como sejam os das praças “Pedro Velho”, “7 de Setembro”, “Augusto Severo” e “André de Albuquerque” , embora a sua conservação

esteja a exigir melhores cuidados por parte da Prefeitura. Na praça Pedro Velho, além de um artístico coreto, de um “bar” em forma de avião, de um campo de basquetebol e outro de voleibol, funciona um Parque Infantil, ponto de reunião das crianças, em dias de domingo e feriados. Dois grandes e excelentes mercados públicos foram, igualmente, construídos: um na Cidade Alta e o outro no Alecrim. O cemitério público foi reformado pela Prefeitura, de 1933 a 1940, de acordo com um plano preestabelecido, sendo duplicada a sua área e dividido sistematicamente em ruas retangulares, convenientemente calçadas e designadas por nomes de Santos, com as respectivas placas. Infelizmente ainda não foi possível a realização dos trabalhos finais e instalação do amplo e moderno Matadouro da Capital em face da situação internacional, que levou o prédio a ser destinado a outros misteres. Será um notável melhoramento para a cidade.

Atualmente, esta capital tem 200 logradouros públicos, que se acham, assim, distribuídos pelos seus bairros e subúrbios: **Cidade Baixa** (Ribeira) – 31: 2 esplanadas, 2 avenidas, 3 praças, 14 ruas, 1 beco e 9 travessas; **Cidade Alta** – 58: 3 avenidas, das quais uma, a “Rio Branco”, se estende até a Ribeira e outra, a “Deodoro”, até Petrópolis; 12 praças, 34 ruas, sendo que uma destas, a “Apodi”, vai até o bairro do Tirol, e outra a “Ocidental”, até à Cidade Baixa; 2 becos e 7 travessas; **Petrópolis** – 18: 4 avenidas, 2 praças e 12 ruas; **Tirol** – 11: 4 avenidas, todas elas se estendendo aos bairros de Petrópolis e Lagoa Seca, e 7 ruas; **Alecrim** – 35; 2 avenidas, indo a “Alexandrino de Alencar” até a Lagoa Seca; 2 praças, 28 ruas e 3 travessas; **Rocas** – 12: 1 avenida, 1 praça e 10 ruas; **Praia do Meio** – 8: 2 praças e 6 ruas, uma destas, a “Pinto Martins”, alcança o bairro de Areia Preta; **Areia Preta** – 4: 1 praça, 1 rua e 2 avenidas, que vêm desde a Praia do Meio; **Lagoa Seca** – 5: 2 avenidas, que vão até o “Carrasco”, duas ruas e a estrada “São José”, que abrange o Tirol, o Alecrim e o Carrasco; **Carrasco** (subúrbio) – 18: 10 avenidas, além de 4 que vêm de outros bairros, e 8 ruas. Dos 200 logradouros mencionados, 66 são pavimentados a paralelepípedos, 14 de pedras irregulares e 2 de macadame simples; 9 são ajardinados e 31 arborizados; 176 iluminados à eletricidade; 102 servidos de água potável canalizada; 42 de esgotos pluviais e 92 de esgotos domiciliares.

O serviço de bondes e de luz elétrica, pública e particular, foi inaugurado em Natal a 2 de outubro de 1911. Atualmente pertence a respectiva usina à Companhia Força e Luz Nordeste do Brasil, que comprou o antigo acervo ao Estado e se encontra em sua exploração, inclusive do serviço de telefones, desde outubro de 1929, sem que tenha, até hoje, introduzido os melhoramentos que se foram imprescindíveis, de acordo com o grande surto progressivo que, ininterruptamente, a cidade vem alcançando. Por isso, são gerais os clamores e queixas que, por toda parte, surgem contra a C.F.L.N.B., já pelo péssimo serviço de telefones, já pela deficiência e irregularidade de horários dos meios de transporte, exclusivamente de bondes velhos.

O serviço de limpeza pública e domiciliária é feito administrativamente pela Prefeitura, que dispõe para isso de caminhões apropriados e carroças, sendo o lixo incinerado, em forno elétrico, remodelado em 1942.

Encerrando este capítulo sobre urbanismo, não podemos deixar de consignar, com uma referência especial, o magnífico serviço de esgotos de Natal, executado, conjuntamente com o de água, pelo Escritório Saturnino de Brito, mediante contrato feito pelo Interventor Mário Câmara, em 1935, e mandado realizar pela Interventoria Rafael Fernandes. Esse modelar melhoramento foi inaugurado a 13 de maio de 1939, garantindo à população natalense, não só uma excelente água captada de poços profundos, com todos os elementos essenciais para o uso humano, como sejam esterilidade microbiana, presença dos elementos minerais normais, limpidez e sabor agradável, como também dotando a cidade de um perfeitíssimo serviço de esgotos, com aparelhagem moderna para a depuração.

Um outro importante melhoramento com que foi beneficiada esta capital, está na construção, pelo Estado, em magnífico local, do “Grande Hotel”, também inaugurado a 13 de maio de 1939, cuja exploração vem sendo feita por um particular, mediante contrato, sem rendas para os cofres estaduais, embora tenha ele custado ao erário potiguar a importância de Cr\$ 1.607.856,00.

Anfilóquio Câmara

Os americanos em Natal

A Segunda Guerra Mundial, que durou de 1939 até 1945, recebeu a adesão do Brasil em 1942, tendo como razão principal o torpedeamento de navios brasileiros no Atlântico Sul. E Natal como ponto mais perto da África, se apresentava como local ideal para um “trampolim”, como depois foi chamada, para atingir os nossos inimigos na Europa e no Japão.

Em 1941, chegou o primeiro “olheiro” americano, o Sr. Marshall Jamison que veio, viu e gostou do local, tendo a ocupação de Parnamirim começado com a chegada da primeira Fortaleza Voadora em nossa terra. Nossa base passaria então a ser usada pelas forças do Exército, Marinha e Aeronáutica dos Estados Unidos da América do Norte.

E nasceu logo o grande entendimento entre os dois países. O ministro da guerra, no momento o general Eurico Gaspar Dutra, chegou a se referir a isso pela imprensa do sul do país. Começava assim aquele auxílio mútuo, que iria até o fim do conflito, na maior base militar do mundo, superada em tamanho, só depois, na Ilha de Guam, hoje ocupada pelos Estados Unidos, na guerra contra o Japão.

No dia 28 de janeiro de 1943, o presidente Vargas encontrou-se com o presidente norte-americano, Franklin Delano Roosevelt, em Natal, quando foram ratificados os célebres acordos entre seus respectivos governos, tendo ambos visitado a cidade e a base de Parnamirim, demoradamente.

Natal, uma cidade pequena, com 40 mil habitantes, na época, conservadora e recatada, recebeu um impacto extraordinário com a chegada daquele povo jovem, sadio e barulhento. Era uma menina recatada que arranjava um namorado “escolado”.

No convívio diário entre visitantes e os brasileiros de Natal houve antes outras influências estrangeiras, que os potiguares receberam de outras nações, como os comerciantes alemães, funcionários consulares, italianos, sírio/

libaneses, que os natalenses chamavam de turcos, os franceses da Latécoère, os ingleses e os judeus de várias nacionalidades.

E agora chegava uma nova injeção a cidade, com as tropas e os civis americanos que aqui vieram em missão de guerra e de trabalho, mudando nossa vida de maneira espetacular, transformando os nossos costumes, vestimenta, comidas, bebidas, comportamento, linguagem, religião, praias e usos diários.

As roupas tradicionais dos natalenses, paletó, gravata e chapéu foram, pouco a pouco, mudadas para calça cinza e camisa esporte que, na época, tomou o nome de “sileque”. Começaram a usar mais verduras, influência dos “gringos”, como eram chamados os americanos, pelos natalenses e, todo dia, ia um avião até o Rio de Janeiro trazer alfaces, tomates e outros produtos hortigranjeiros. Era o avião das verduras, como chamavam em Parnamirim e é introduzida a coca - cola, fabricada na própria base.

O comportamento dos jovens também sofre mudanças. A informalidade dos yankees é imitada pelos rapazes da terra, que se tornam mais abertos, imitando beber líquidos na boca da garrafa, sentar no meio-fio para esperar os coletivos, botar os pés nas cadeiras, nos bares e outros comportamentos que alguns tradicionalistas da cidade discordavam e criticavam. A linguagem também começa a receber palavras novas, como “táxi”, “my friend”, “yes”, e “ok” e “senorita” para todas as mulheres da terra sem distinção de classe, “godeme”, palavra que significava “danado”, entre os soldados

A grande batalha entre católicos e protestantes começa a diminuir, quando a igreja da base, recebia ao mesmo tempo, em horários diferentes, a missa católica, o culto protestante e os rituais judaicos. As praias da cidade, onde só ia aos domingos ou sob prescrição médica, foram invadidas pelos soldados que iam de manhã, de tarde e de noite, havendo até a criação de uma praia particular, no fim da Areia Preta, batizada Miami pelos americanos. Os clubes passaram a abrir todos os sábados, para festas oferecidas ao povo natalense, com excelentes orquestras de civis e militares yankees. Abriu-se um cassino atrás do Grande Hotel, na Ribeira, com todos os jogos tradicionais e uma boa

banda onde brasileiros e americanos dançavam e se divertiam fraternalmente. No distrito da luz vermelha, foi instituído o exame periódico das mulheres para evitar doenças venéreas, com a criação de um documento que era chamado **love card**, por alguns engraçados da cidade, freqüentadores da “noite”.

A cidade, os transportes, os bares, estavam sempre cheios de soldados. O comércio multiplicou suas vendas e muitos comerciantes enriqueceram, junto com os motoristas de carros de aluguel. Os aluguéis subiram e comerciantes de meias de seda, perfume Channel e relógios de pulso, nunca venderam tanto.

Os preços subiram com o uso do dólar como moeda oficial na cidade, especialmente nas casas noturnas, o que era uma realidade. Não se pedia mais cerveja nos bares e sim “bia” (de beer, cerveja). As ruas viviam cheias de jeeps e caminhões o que aumentou extraordinariamente o trânsito na capital.

Além das festas semanais, nos clubes natalenses, incluindo o Hípico, recém-fundado, onde confraternizavam natalenses ricos e yankees havia o mais perfeito entendimento. Os americanos tinham seus clubes, além de excelente cassino, dentro da base, onde brasileiros eram convidados e circulavam figuras do cinema hollywoodiano, do show-business e outros. Na cidade havia 2 clubes. Um na praça Augusto Severo, onde é hoje a firma Limarujo e o outro no fim da avenida Getúlio Vargas. Eram denominados, respectivamente, de USO cidade e USO praia. Nestes clubes os visitantes bebiam, e dançavam com as moças da terra, filhas das famílias mais “pra frente”, numa camaradagem, como se tudo já tivesse sido ensaiado.

Muito usado no esforço de guerra, era o jeep, invenção dos americanos, viatura segura e fácil de dirigir que resolvia quase todos os problemas de transportes.

As moças de Natal, que só iam às festas acompanhadas de um membro da família, com a chegada dos rapazes de fora, mudaram de vida e aderiram a informalidade dos “gringos”, no uso de roupas mais leves e o costume de beijar os amigos no meio da rua, o que era um verdadeiro escândalo antes da guerra. E também os pais exigentes, começaram a permitir a saída das filhas, assim como, oferecendo “festinhas” em casa aos amigos das meninas.

Os comerciantes mais sabidos botaram moças bonitas para atender no balcão e atrair os novos fregueses e muitos ficaram ricos, mesmo agindo honestamente. Que foram explorados, todos sabiam, inclusive eles, mas davam pouca importância ao assunto, pois muitos sabiam que não voltariam da guerra. Abriam-se cursos de inglês em Natal e também de português para os americanos, na ânsia de melhor se comunicarem com os amigos do norte. Nos bares gritava-se “bia”, “Tom Collins” (gin com tônica), coca-cola e também chocolate gelado que os natalenses nunca tinham visto e o “whiskey” era pedido “on the rocks” (sobre o gelo puro).

E assim viviam, sob o mesmo teto, natalenses e adventícios. A cidade se modificava rapidamente, na rua Dr. Barata, durante o dia, podiam ser vistos generais de 4 estrelas, a bela artista de Hollywood - Kay Francis – exibindo sua silhueta sensual, o rei da Arábia, o comediante Joe Boca Larga e Buster Gordon. E ainda a viúva de Chiang Kai-Shek, os soldados comprando meias de seda, perfumes Channel e relógio de pulso e os militares confraternizando nos bares que os judeus de Recife abriram para ganhar o dólar fácil.

Policimento

O policiamento da cidade, por incrível que pareça, era feito por apenas dois jeeps com 4 homens em cada um. Era a Polícia do Exército, os famosos M.P's. Um jeep ficava no Grande Ponto, com telefone pronto para atender e outro no Grande Hotel, na Ribeira. Havia uma obediência total dos soldados soltos pela cidade e nunca se ouviu falar em qualquer incidente entre eles. Assisti uma vez, um exemplo da sua eficiência. Num dia de festa no Aéro-club, como membro da diretoria, sou chamado ao bar, onde estava havendo uma “confusão”. Um oficial da Marinha, estava embriagado, quebrando copos e chamando nome feio ao dono do bar. Cheguei, vi o tamanho da “fera” – uns 2 metros de altura e, calmamente telefonei para o Grande Hotel. Dentro de exatamente 10 minutos, os M.P's chegaram, falaram baixinho no ouvido do militar e tudo foi resolvido sem barulho.

Grande Hotel

O Grande Hotel teve papel importante no tempo do conflito. Eu chamava de quartel-general dos americanos. Vivia sempre cheio. Na varanda do bar, onde eles ficavam, bebendo, conversando e dizendo piadas uns com os outros, podia-se ver, do lado de fora, na calçada, uma enorme côrte de vendilhões e todo tipo de comerciante improvisado. Ali havia de tudo: macacos, sagüis, corujas, papagaios, periquitos e, até carneiros, vi um dia. Havia também vendedores que ofereciam, desde a renda do Ceará até facas de ponta de Campina Grande. No meio da rua, havia também cavalos e burros para alugar aos cowboys improvisados, que exibiam suas qualidades de bons montadores. Era uma palhaçada pois, a maioria tendo bebido, não se agüentavam bem na sela, caía e aí era uma gritaria, apupos e assobios. Um bom divertimento. No bar, sentados do lado de fora, vi vários artistas do cinema como Buster Crabbe, Bruce Cabot, Joel McCrea, a estrela Martha Ray e outras estrelas menores.

Os visitantes confraternizavam com os natalenses nas suas festas tradicionais. No dia 7 de Setembro, todos os anos, formavam vários pelotões da tropa americana, na comemoração de nossa festa maior da independência, o que dava um brilho todo especial ao evento, deixando o povo alegre e feliz. No carnaval, que nenhum deles conhecia e muitos nunca tinham ouvido falar nesse folguedo brasileiro, era uma loucura. Entravam nas danças de rua, pulavam, imitando os natalenses, cantavam, gritavam e tentavam dançar o “passo Pernambuco”, o que provocava divertimento e alegria principalmente para as crianças. Há até a historia de um oficial que esteve na avenida Rio Branco, todos os dias e, na quarta feira de cinzas apareceu e perguntou, vendo a rua às escuras: “Porque não mais Cecília?” (referia-se ele a uma marcha vitoriosa daquele ano).

E chegou a partida. Foi uma manhã de tristezas e de lágrimas quando o governo dos Estados Unidos mandou um navio para levar os corpos aqui sepultados de volta para a sua pátria. Foram mais de 50 ataúdes, cobertos com a bandeira nacional e embarcados no cais do porto, num ambiente de tristeza para as namoradas, os amigos e o povo em geral que durante toda a ocupação pacífica de Natal, tinha aprendido a conviver com a tropa aliada e passado, na sua

quase totalidade, a estimá-los. Toda Natal, num gesto de alta significação para o moral da guerra, estava ali se despedindo de seus amigos do norte. Felizmente, o impacto não foi total pois, o resto da tropa foi saindo paulatinamente. E a cidade também se transformou. Aquele barulho esfusante desapareceu. Voltamos aos nossos costumes do passado, é verdade, mas toda nossa alma estava mudada. Uma nova mentalidade se inseriu na velha cidade dos **Reis Magos**, pensando em quantos não mais voltariam a sua pátria de origem.

Protásio de Melo

Natal que Manoel Dantas não viu

A cidade do Natal, no ano de 1959, estava longe de ser a “metrópole do Oriente da América” que Manoel Dantas (1867-1924) previu na sua histórica conferência *Natal daqui a cinqüenta anos*, proferida no salão nobre do palácio do Governo do Estado, no dia 21 de março de 1909, e que segundo o poeta Jota Medeiros constitui o marco do Futurismo, antecedendo o manifesto de Marinetti.

Com uma população de aproximadamente 167.202 habitantes distribuídos em doze bairros – Santos Reis, Rocas, Ribeira, Cidade Alta, Petrópolis, Tirol, Alecrim, Lagoa Seca, Lagoa Nova, Dix-Sept Rosado, Quintas e Mãe Luiza – Natal apresentava insuficiência urbanística caracterizada pela modéstia das edificações, precariedade da malha viária, transportes coletivos obsoletos e, sobretudo, ausência de indústrias.

A administração do município, que tinha 489 logradouros públicos (avenidas, ruas, travessas, praças e vilas), era coordenada por três secretarias (Finanças, Negócios Internos e Jurídicos, Viação e Obras) reunindo vinte e seis repartições. Tinha o suporte da Companhia Força e Luz Nordeste do Brasil, Serviço de Água e Esgoto de Natal, Serviço de Limpeza Pública e o Serviço de Transportes Coletivos que supervisionava as doze linhas de auto-ônibus (Rocas/Matadouro; Jaguarari; Petrópolis/Grande Ponto; Tirol/Grande Ponto; Circular; Lagoa Nova/Alecrim; Avenida 4; Avenida 10; Rocas/Igapó; Grande Ponto/Praça Augusto Leite; Circular via Alexandrino de Alencar; Natal/Parnamirim) e treze linhas de auto-lotação e micro-ônibus, considerados coletivos de primeira categoria, atendendo no horário das 5 às 22 horas com pequenas modificações no percurso realizado pelos auto-ônibus que funcionavam das 5 às 24 horas.

A educação era ministrada por oito estabelecimentos de ensino superior (Escola de Engenharia, Escola de Serviço Social, Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuarias, Faculdade de Direito, Faculdade de Farmácia e Odontologia, Faculdade de Filosofia, Faculdade de Medicina, Instituto Filosófico São João Bosco); quatorze cursos

secundários (Colégio Imaculada Conceição, Colégio N. Senhora das Neves, Colégio Santo Antônio, Escola Doméstica, Escola Industrial, Escola Normal, Escola Técnica de Comércio Alberto Maranhão, Escola Técnica de Comércio de Natal, Escola Técnica Visconde de Cairu, Ginásio São Luiz, Ginásio 7 de Setembro, Instituto de Educação do Rio Grande do Norte, Seminário e Instituto Batista Bereiano, Seminário Menor de São Pedro); cento e sessenta escolas mantidos pelo Governo do Estado e noventa e oito “escolinhas” mantidas pela Prefeitura, além de vinte e um cursos particulares.

O sistema de saúde tinha o atendimento de trinta e seis estabelecimentos (hospitais, casas de saúde e ambulatórios) sendo o principal deles o Hospital Miguel Couto, atual Hospital Universitário Onofre Lopes.

O cemitério do Alecrim continuava a ser o nosso único Campo Santo, “onde o cipreste chora noite e dia a música dorida de saudades pungentes”.

A inexistência de supermercado forçava a população a fazer suas compras nos quatro mercados (Cidade Alta, Alecrim, Quintas e Ribeira) e nas mercearias e bodegas.

O lazer era feito nos vinte e cinco clubes recreativos existentes, no Teatro Alberto Maranhão, e nos cinemas, Rex, Rio Grande, Nordeste, São Luiz, São Pedro, São Sebastião, São João e Potengi, além do passeio de barco a motor e a vela até a praia da Redinha, com saída do porto flutuante do Canto do Mangue.

Os jornais “A República”, “Diário de Natal”, “Jornal de Natal”, “O Poti”, “Tribuna do Norte”, e as estações de rádio, Cabugi, Nordeste, Poti e Emissora de Educação Rural, disputavam os leitores e a audiência da população que tinha poucos divertimentos.

Afora os equipamentos e serviços citados existiam em Natal, “no ano da Graça de 1959”, dez bancos, três bibliotecas, nove cartórios, seis consulados, doze cooperativas, dez agências de correios e telégrafos, treze hotéis, seis pensões, quarenta e sete templos católicos, vinte templos protestantes, dezessete centros espíritas, quatro lojas maçônicas, oito “praças” de automóveis de aluguel, trinta e um sindicatos, nove agências de transportes fluvial

(Natal/Redinha), vinte e uma agências de transportes rodoviário e a Rede Ferroviária do Nordeste, que fazia o tráfego com municípios dos Estados do Rio Grande do Norte e Paraíba, além da cidade do Recife.

João Gothardo Dantas Emerenciano

Fontes: Natal daqui a cinquenta anos, de Manoel Dantas, Fundação José Augusto/Sebo Vermelho, Natal 1996; Guia da Cidade do Natal de J.A. Negromonte e Etelvino Vera Cruz.

Denominações indígenas da cidade do Natal e das praias do Rio Grande do Norte

Afirma a Enciclopédia Barsa que no Rio Grande do Norte, eram numerosíssimos na região os silvícolas das raças tupi (os potiguares) e cariri (paiacus, paiins, monxorós, pegas, caborés, icozinhos, panatis, ariús, janduís). Entretanto, informa ainda que o apresamento, a miscigenação, as doenças importadas e o extermínio à mão armada os dizimaram rapidamente. Um censo de 1844 registrou pouco mais de seis mil indivíduos. Os dados do IBGE no final do século passado, mostram-nos uma estimativa otimista, registrando uma população de 300 mil indivíduos descendentes dos nativos em todo o território nacional.

De acordo com o tupinólogo Orlando Bordoní, a grande penetração realizada pelos índios que povoaram as Américas, aconteceu através do estreito de Bhering, ultrapassando o estreito do Panamá, chegando ao Brasil. O idioma Tupi, guarda em seu vocabulário palavras da família lingüística indo-européia, além das línguas semítica, malaio-polinésia e sino-tibetano, comprovando esta migração para a América a 15.000 anos A.C..

Os livros “Dicionário - A língua tupi na geografia do Brasil” de Orlando Bordoní, e, “Tupi língua asiática”, de Luiz Caldas Tibiriçá, tratam do relacionamento do Tupi com línguas do velho mundo, dando-nos a convicção desta grande viagem dos homens que povoaram as Américas. De uma vasta quantidade de palavras, daremos apenas alguns exemplos como prova dessa teoria:

Em Grego e Tupi: Koré significa filho; Mani-Koré, Neto. Em Japonês e Tupi: Aino significa barbado, com pêlo; Saikió, lugar no oeste. Em Malaio e Tupi : Ké, significa machado; Ngoi, afluente; Cuá, cinta, foz; Burú, ponta; Iruady, mel fino. Em Árabe e Tupi: Nadigibe, significa galante; Indié, pronome; Perim, passo. Em Chinês e Tupi: Pé, significa

Caminho; Nan, Sul; Tong, Leste; Gobi, Deserto, Bambu, com a casca. Em Sumeriano e Tupi : Ara significa Tomar, colher; Arara, Aurora, o nascer do dia; Cá, Quebrar.

Estas palavras e muitas outras que não foram exemplificadas embasam a possível migração, levando-nos a admitir que seria quase impossível se não tivesse havido essa penetração, que os indígenas brasileiros, habitantes do coração das florestas, empregassem em seus idiomas, palavras com a mesma fonética e o mesmo significado dos idiomas supra mencionados. Daí a importância da língua indígena, que nos dá uma prova do surgimento do homem americano e da sua descendência indo-europeu.

Atualmente utilizamos os termos indígenas sem nos preocupar com os seus significados, enquanto nossas cidades estão turgenciadas dessas designações, muitas já incorporadas ao nosso idioma oficial. Entretanto, quando a inteligência infantil, nos cobra os significados, das nossas praias ou de nossos bairros, é que despertamos para o nosso desconhecimento com relação aos nossos topônimos indígenas.

Os fatores determinantes da preservação do idioma nativo está na população indígena remanescente, nos etinólogos que estudam a história dos povos indígenas e sem dúvida, nas toponímias dos acidentes geográficos e dos logradouros de todo o Brasil.

No Livro Denominações Indígenas dos Logradouros de Natal, destacamos os significados das denominações indígenas que nomeiam as avenidas, ruas, vilas travessas, praças, conjuntos habitacionais e bairros da cidade do Natal. Na oportunidade colocamos um apêndice destacando as Praias do Rio Grande do Norte com nomes indígenas, o que fazemos agora quantificando ainda todas as ocorrências de nomes indígenas, existentes nos bairros de Natal, apresentando, além disso, os significados dos conjuntos com características de bairros da nossa cidade.

A cidade dos Reis Magos, conta hoje com 36 bairros, muitos deles ostentando esses termos brasílicos e guardando dentro dos seus limites, uma quantidade curiosa de ruas que trazem denominações indígenas. Alguns bairros se mostraram pródigos nestes termos, mais acentuadamente da raiz Tupi-Guarani. São os seguintes os bairros aqui destacados pelas quantidades de espaços públicos com estas designações.

O bairro Potengi aparece com o surpreendente e expressivo número de 217 logradouros com denominações indígenas, seguidos dos bairros: Pitimbu, com 85; Neópolis com 80; Lagoa Azul com 79; Pajuçara, com 62; Ponta Negra com 50; Cidade da Esperança, com 38; Nossa Senhora da Apresentação, com 31; Nordeste, com 26; Lagoa Nova, com 24 e, Igapó, com 22; Os demais bairros, oscilaram entre zero e 14 logradouros com nomes indígenas.

É de bom alvitre destacar que entre os bairros e conjuntos habitacionais da Cidade do Natal que guardam em seus limites topônimos indígenas, muitos são também nomeados com esses termos brasílicos. Por um dever de obrigação, vamos apontar os seus significados, esclarecendo que os termos entre parênteses se referem aos étimos indígenas. Daí: Guarapes - “nos tambores” de (Guarará = tambor + pé = nos) ou “caminho dos guarás” de (guarás, o guará + rape = forma substantiva de caminho); Igapó - “água que invade” de (yg-apó); Pajuçara - “o fole” de (peyu = sopro, soprar + çara = que, o que); Pitimbu - “chupar imbu” de (piter = chupar + imbu = fruto do imbuzeiro); Potengi - “rio do camarão” de (potim = camarão + gi = gy = rio) ou “rio do fumo” de (petingi). Os conjuntos que se confundem como bairros e guardando em seu topônimo denominações indígenas são: Pirangi - “rio vermelho” de (piranga = vermelho + y = água, rio) ou “rio das piranhas” de (pira-y); Gramoré - “água amargosa” de (guamaré) ou “rio do guamá (peixe coelho)” de (guamá-r-y); Jiqui - “aquele em que se entra (é o covo para apanha peixe)” de (y-iké-i); Panatis - “O riacho das borboletas” de (panáty = pana - ty); Serrambi - “próprio de orelha” (é a concha branca, que os índios faziam ornamentos, brincos), de (cer-namby).

Quanto às praias, existem no Rio Grande do Norte 30 com denominações tupi, cujos significados são quase totalmente desconhecidos de nós potiguares (comedores de camarão). Dentre estas trintas, existem duas que repetem a designação nativa. Pirangi (Pirangi do Norte e Pirangi do Sul) e Tibau, (Tibau e Tibau do Sul). Quanto as demais, resolvemos listar por ordem alfabética, informando os seus significados e seus étimos. Por ser assim esclarecemos: Caiçara significa “cercado de estaca e ramagem; o tapume; a paliçada”, de (caá = mato, folhagem, + içara = yçara = haste, esteio, pau a pique); ou “o que incendeia, o que se queima ou arde, o calcinado, o incendiário” de (caí = queimado, calcinado + çara = partícula pospositiva). - Cajueiro, Do - “árvore frutífera da família das Anacardiáceas, originalmente brasileira”. Hibridismo de (aka’iu = caju, + o sufixo português eiro). O seu fruto, o caju significa “o pomo amarelo de chifre”, de (a) ca = chifre + ajú = ayú = o pomo amarelo). - Camapum - “o seio erguido, crescido, formando mamilos”, de (camambu); ou “estalo do peito”, de (cama = peito de mulher + pú = estalo). Esta tradução explica-se em razão do fruto, quando verde, com a armação da casca, tem o feitio do peito da mulher, e estala ao bater-se sobre algum objeto. - Camurupim significa “ter a cabeça dura, rija”, de (acamoro-pim). - Caraúbas - “fruto de casca amarga”, de (carú-mbá) ou “fruto de casca negra” de (caraú-mbá) ou “a árvore cascuda, o tronco áspero, a haste espinhosa”, de (cará = (a)cará = cascudo, escamoso + ubá = yba = árvore) ou ainda, “forte, resistente”, de (cará-iba) e finalmente, “o acará dourado” de (acará = o peixe + yuba = dourado). - Carnaubinha - Diminutivo português de Carnaúba que significa “a árvore caraná, escamosa, áspera, rugosa”, de (caraná-iba) ou de (carnayba), nome de uma palmeira da qual se extrai a cera dita de carnaúba. - Cunhaú, Barra Do - “mulher preta, negra, africana”, de (cunha-u por cunha-uma) ou “rio da mulher”, de (cunhã = mulher + u por y = rio) e finalmente “rio do feijão bravo”, de (cunhã = feijão bravo + u por y = rio). - Genipabu - “comer jenipapo”, “onde se come jenipapo”, de (jenipab-u) ou “água do jenipapo”, de (genipapo (mudado o p em b) = fruta + ú (abreviatura de hu) = água). - Graçandu - Segundo Emanuel Cândido do Amaral, Professor de tupi antigo, Graçandu não é palavra indígena. Entretanto podemos fazer uma analogia, partindo do pressuposto de que Graçandu seja um hibridismo originário dos seguintes étimos (Graça corruptela portuguesa do verbo Grassar = desenvolver-se; alastrar-se,

propagar-se + andu = um tipo de feijão), então Graçandu significaria “onde se propaga ou se desenvolve o feijão andu”.

- Guaraira - “filhotes de Guaraí” de (guarai...espécie de peixe + ira...que é o diminutivo para animais). - Jacumã - “leme, o timão”, de (já-cumam = ya-cumã) ou “o monte dos jacus”, de (jacu = yacu = a ave jacu + mã = monte). - Mangue, Porto Do - “brejo de água salgada” (à borda do mar) de (picum = ape'kü). - Maracajuú - “o rio ou a bebida dos maracajas”, de (marakaiá + u) ou ainda “o que grita como maracá” de (maracá + já ou yá = um dos tempos do verbo aé = dizer, falar). - Maxaranguape, Da Barra de - “enseada dos massarás” (armadilha de peixes), de (massará + guá). Sendo corruptela de (moçarãguápe), significa: “no vale de escorregar”, de (moçarã = escorregar, deslizar, desprender, soltar + guá = vale, baixada, seio + pe = é a preposição em, que). - Mirim, Porto - “Pequeno”. - Pernambucozinho, Diminutivo português da palavra Pernambuco que significa “o furo do alagamar”; “o canal do arrecife” de (paraná = lagamar, rio semelhante ao mar + buço = (m)buca = furo, buraco, brecha). - Perobas - “a casca amarga” de (ipê = árvore de tronco revestido de casca grossa + roba = amargo). - Pirangi - (do Sul e do Norte) “no rio das piranhas”, de (pirã-gi-pe) ou “rio vermelho”, de (piranga = vermelho + y = rio). - Pitangui - “o rio das pitangas”, de (pitang-y) ou “rio vermelho”, de (pitan-gi). - Pititinga - “a pele muito alva ou prateada”, de (py-ti-tinga). É uma espécie de sardinha. - Pium - “o que come a pele”, de (pi'ü). - Punaú, De - “rio das borboletas” de (puná-u). - Sagi, Do - “rio dos uças (caranguejos)”, de (uça-gi). - Sibaúma - é uma corruptela de sibaúna, que significa “a concha preta; molusco de água doce”, de (tambá-una) ou “árvore de corda” de (camaíba) ou “a testa ou frente negra”, de (sibá = cybá = testa, frente + una = negro). - Tabatinga, Da Barra de - “o barro branco ou argila branca”, de (taba = tauá = barro, argila + tinga = tynga = branco) ou “aldeia branca”, de (taba = aldeia + tinga = branca). - Tibau, (Tibau do Sul) - “no meio da água (ilha fluvial)”, de (ty = água, rio + bau = no meio de) ou “entre águas ou entre rios”, de (ty-paú). - Upanema - “lagoa fétida”, de (upa (ypaba) = lagoa + nema = fedor, fedida, fedorenta) ou “lagoa ruím, sem peixes”, de (ypa(ba) = lagoa + nema = ruim).

As traduções aqui contidas, a exceção da Praia de Graçandu, foram compiladas de vários pesquisadores que as estudaram a partir da variação das representações gráficas dos seus étimo, entre tantos destacamos: Orlando Bordoni, Oberdam Masucci, Theodoro Sampaio, Francisco da Silveira Bueno, J. Romão da Silva, Paulino Nogueira, Luiz Caldas Tibiriçá, além dos norte-rio-grandenses, Luís da Câmara Cascudo, Olavo de Medeiros Filho e José Narcélio Marques Sousa.

Esperamos que este texto sirva para o melhor entendimento dos significados indígenas dos topônimos que nomeiam os bairros e conjuntos da cidade do Natal e as praias do Rio Grande do Norte, cujas citações fazemos ao acaso, sem nos dar conta da sua real correspondência em nosso idioma oficial, nem da sua inegável importância para a história do homem americano e para a cultura da terra de Câmara Cascudo.

Manoel Procópio de Moura Júnior

Zona de preservação histórica

Desde o Decreto Municipal, de 13 de fevereiro de 1888, que reviu quase toda a nomenclatura de Natal, persiste um descaso com o nosso patrimônio público e uma afronta à memória cultural da cidade.

O assunto, tratado exaustivamente por Câmara Cascudo, nas Actas Diurnas, e Hélio Galvão no ensaio Aspectos da Evolução Urbana e Demográfica de Natal, continua a ser alvo de discussão; tendo, recentemente, a arquiteta Jeanne Fonseca Nesi externado opinião com relação a uma política de valorização cultural: “(...) A memória cultural da Cidade seria resgatada, se nas placas indicativas dos logradouros públicos fossem também colocadas todas as suas antigas denominações. Realizando esse resgate na zona de preservação histórica de Natal, que compreende os primitivos bairros da Cidade Alta e Ribeira, parte da memória cultural da Cidade estaria assegurada. Dar-se-ia um enorme prazer aos antigos habitantes, ao lembrar os antigos topônimos, existentes no tempo de sua infância e juventude. Além do mais, seria prestada uma relevante homenagem a todas aquelas pessoas ou fatos históricos, que em algum momento do passado significaram muito para a história do Rio Grande do Norte”.

O alheamento das autoridades para com a nomenclatura urbana de Natal teve, nas últimas quatro décadas, um aumento significativo devido ao crescimento da cidade e a falta de uma política de planejamento cultural.

Finalizando, relacionamos nomes de logradouros dos bairros da Cidade Alta e Ribeira e seus antigos topônimos:

Cidade Alta:

- Avenida Junqueira Aires (Rua do Aterro, Subida da Ladeira, Ladeira da Cruz, Rua Conselheiro João Alfredo);
- Avenida Rio Branco (Rua Nova);
- Praça André de Albuquerque (Rua Grande, Rua da Cadeia, Praça do Palácio, Praça da Matriz);

- Praça Dom Vital (Praça Gonçalves Ledo, Praça do Rosário);
- Praça das Mães (Square Pedro Velho);
- Praça Padre João Maria (Praça da Alegria, Praça da Matriz);
- Praça João Tibúrcio (Praça das Laranjeiras, Praça Pedro II);
- Praça Tomáz Araújo (Praça do Estudante);
- Rua Adelaide Moreira (Travessa Princesa Isabel);
- Rua Coronel José Pinto (Travessa Acre);
- Rua Quintino Bocaiúva (Rua do Rosário);
- Rua Gonçalves Dias (Rua da Capoeira);
- Rua Coronel Cascudo (Rua Rui Barbosa, Rua Duque de Caxias);
- Rua Cussy da Almeida (Rua da Esperança);
- Rua Domingos Sávio (Bica da Telha; Rua Bela Vista);
- Rua Doutor José Ivo (Beco da Lama);
- Rua Felinto Manso Maciel (Rua Upanema);
- Rua Felipe Camarão (Rua do Quatorze);
- Rua General Osório (Rua do Sebo, Rua Idaeto de Freitas, Rua Uruguaiana);
- Rua Gonçalves Ledo (Rua da Palha, Rua 21 de Março);
- Rua João da Mata (Rua Cabugi);
- Rua João Pessoa (Rua do Sarmiento, Caminho da Saúde, Rua Aquidaban, Rua Visconde de Inhomirim, Rua Coronel Pedro Soares);
- Rua Letícia Cerqueira (Rua Danilo);
- Rua José de Alencar (Rua da Estrela);

- Rua Major Newton Leite (Travessa Pium);
- Rua Misericórdia (Rua da Salgadeira);
- Rua Padre Calazans (Travessa Capió);
- Rua Padre Pinto (Rua do Fogo);
- Rua Passo da Pátria (Ladeira do Porto);
- Rua Ponciano Barbosa (Rua do Cajueiro, Rua Extremoz);
- Rua Presidente Passos (Rua da Salgadeira, Rua da Misericórdia);
- Rua Princesa Isabel (Rua dos Tocos, Rua Alegre, Rua 13 de Maio);
- Rua Professor Zuza (Rua dos Preguiçosos, Rua Jerônimo de Albuquerque);
- Rua Ulisses Caldas (Travessa do Correio de Natal);
- Rua Vaz Gondim (Rua do Meio, Rua de Maria da Luz, Rua Felipe Camarão);
- Rua Vigário Bartolomeu (Rua da Palha);
- Rua Voluntários da Pátria (Rua do Meio, Beco da Lama).

Ribeira:

- Avenida Duque de Caxias (Campina da Ribeira, Rua do Bom Jesus, Rua 25 de Dezembro, Rua Sachet);
- Avenida Rio Branco (Rua Nova);
- Avenida Hildebrando de Góis (Avenida do Porto);
- Cais Tavares de Lira (Cais 10 de Junho, Cais Pedro de Barros);
- Esplanada Silva Jardim (Rua da Praia);
- Praça Augusto Severo (Praça da República);
- Praça José da Penha (Praça Bom Jesus, Praça Leão XIII);

- Rua Avelino Freire (Rua Coronel Pedro Soares);
- Rua Câmara Cascudo (Rua das Virgens, Rua Senador José Bonifácio, Rua Coronel Bonifácio);
- Rua Chile (Rua da Praia, Rua da Ribeira, Rua da Alfândega, Rua Tarquinio de Souza, Rua do Comércio);
- Rua Dr. Barata (Caminho da Fortaleza, Rua Correia Teles);
- Rua Ferreira Chaves (Rua de João Guedes, Rua Formosa, Rua da Tamarineira);
- Rua Ferro Cardoso (Rua do Jacó);
- Rua Frei Miguelinho (Rua da Tatajubeira, Rua 13 de Maio);
- Rua General Glicério (Rua Santo Amaro);
- Rua Henrique Castriciano (Rua do Sul);
- Rua Juvino Barreto (Beco do Tecido);
- Rua Sachet (Rua do Norte);
- Travessa Maestro Alcides Cicco (Rua do Teatro);
- Travessa José Alexandre Garcia (Travessa México);
- Travessa Venezuela (Beco do Antônio Idalino, Travessa do Medeiros);
- Travessa Quarentena (Beco da Quarentena, Rua das Donzelas).

João Gothardo Dantas Emerenciano

Fontes: “Guia da Cidade do Natal”, organizado por J.A. Negromonte e Etelvino Vera Cruz. Natal, 1958; “História da Cidade do Natal”, de Luís da Câmara Cascudo, 2ª Edição, Rio de Janeiro; Civilização Brasileira; Brasília: I.N.L.; Natal; UFRN, 1980; “A Tamarineira da Rua Apodi”, de José Nicácio Sobrinho (A Juriti, Set/Out. de 1974); “380 Anos de História Foto-Gráfica da Cidade de Natal 1599-1979”, de João Maurício Fernandes de Miranda. Natal: Editora Universitária, 1981; “Travessa Venezuela”, de Jeane Fonseca Nesi (O Poti, 03/06/94); Respondendo... de Luís da Câmara

Cascudo (Acta Diurna), In: A República, edições de 09.04 e 12.06 de 1940; entrevista com senhora Leda Jácome, proprietária da “Vila Lustosa”, na Cidade Alta.

Presidentes das ruas numeradas do Alecrim

O Alecrim, quarto bairro da cidade do Natal, têm como confinantes de sua área urbana os seguintes segmentos: Riacho do Baldo, Rua Olinto Meira, Rua Jaguarari, Av. Bernardo Vieira e a Via Férrea até encontrar a Riacho do baldo, neste último trecho podemos ainda destacar a Rua Pereira Pinto e a Base Naval. Antes de se chamar Alecrim, esta área teve várias denominações. Primeiro foi *Refoles*, partindo do pressuposto básico de que os piratas e mercadores franceses vinham freqüentemente extrair o pau-brasil e outros produtos, e sempre usaram o rio Potengi como ancoradouro para seus navios. O corsário *Jacques Riffault*, no Século XVI, atracou por inúmeras vezes em nosso rio, fazendo com que aquele local passasse a se chamar *no ponto da Nau do Refoles* ou apenas *Refoles*. Depois, no Século XIX, chamou-se *Alto de Santa Cruz*, topônimo batizado pelo Coronel Reinaldo Lourival, filho do reconhecido poeta Lourival Açucena, com a aprovação do vigário João Maria Cavalcanti de Brito (Padre João Maria); Na primeira década do século XX, o bairro foi denominado “*Cais do Sertão*”, em razão dos imigrantes que vinham do interior e acampavam naquela área; E finalmente, passou a se chamar Alecrim, através do Decreto da Intendência Municipal de Natal, datado de 23 de outubro de 1911 e oficializado em 30 de setembro de 1947, na administração do Prefeito Silvio Piza Pedroza.

Um bairro não é apenas uma área delimitada por um decreto ou um conglomerado de antigas casas e ruas que labirintam seus acessos. O bairro antes de tudo, tem a missão de contar a história do crescimento da cidade e do próprio lugar. Entretanto, os topônimos de suas ruas provocam, as vezes, indagações relacionadas aos seu significado ou aos nomes das personagens ali homenageadas. Mesmo acreditando na frase de Gene Flower de que “*Os homens que merecem monumentos não precisam deles*”, o Alecrim, quando eternizou em suas artérias, notáveis que transitaram na política administrativa do Rio Grande do Norte, nos remiu de séculos de história potiguar.

Quando o Presidente da Intendência Municipal (Prefeito de Natal), Dr. Omar O'Grady, contratou o arquiteto Giacomo Palumbo, para fazer o *Plano Geral de Sistematização da Cidade de Natal*, solicitou, ao mesmo tempo, ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, a época presidido pelo Dr. Nestor dos Santos Lima, que relacionasse vultos históricos para nomear as avenidas já traçadas e numeradas de 1 a 18. Dentre as figuras arroladas, estavam incluídos, levando em conta a liturgia do cargo, cinco Presidentes da Província do Rio Grande do Norte, como eram denominados os Governadores do nosso Estado no período colonial e durante o império. Portanto as avenidas de 1 a 5, confinadas nos limites do bairro do Alecrim, passaram a ter as seguintes denominações: Avenida 1, *Presidente Quaresma*, em homenagem a Basílio Quaresma Torrão, que Governou de 1833 a 1836; Avenida 2, *Presidente Bandeira*, em homenagem a João Capistrano Bandeira de Melo, que Governou de 1873 a 1875; Avenida 3, *Presidente José Bento* em homenagem a José Bento da Cunha Figueiredo Junior, que Governou de 1860 a 1861; Avenida 4, *Presidente Sarmiento*, em homenagem a Cassimiro José de Moraes Sarmiento, que Governou de 1845 a 1847; E a Avenida 5, *Presidente Leão Veloso*, em homenagem a Pedro Leão Veloso, que Governou de 1861 a 1863.

As demais avenidas e ruas numeradas receberam o nome de tribos indígenas ou de outras pessoas ilustres, entretanto, sem negar a importância de cada denominação, os topônimos das outras ruas numeradas ficam aqui ocultados, porque buscamos registrar apenas as artérias que tiveram denominações de Presidente da província na época colonial e do império. Esperamos, deste modo, responder as indagações de uma considerável parcela da população natalense, que curiosamente se interroga com relação às avenidas numeradas, de 1 a 5, do bairro do Alecrim: Presidente de que?

Manoel Procópio de Moura Júnior

Tendências da ocupação urbana de Natal

Com a entrada em vigor do novo Plano Diretor de Natal houve um frenético desenvolvimento de novos empreendimentos imobiliários, que estão sendo analisados pelo IPLANAT.

Um segundo fator, não menos importante, que ajudou a fomentar o mercado imobiliário natalense, foi o advento do Plano Real, que aqueceu enormemente o mercado.

Estes fatos nos levam a reflexões sobre o desenvolvimento e tendências dos principais equipamentos urbanos de Natal.

As cidades, como fenômenos urbanos, apresentam situações complexas e intrincadas em sua evolução e desenvolvimento.

Numa primeira etapa, quando a cidade ainda é jovem, as atividades de seus cidadãos concentram-se no centro, em razão da grande maioria dos serviços encontrar-se nesta região: serviços públicos, igrejas, atividades sociais, comércio e etc.

Nesta etapa, também as residências estão próximas ao centro, em razão da proximidade e conveniência geradas.

Numa segunda etapa, quando então a cidade começa a crescer, inicia-se o processo de formação de bairros, onde, em geral, uma atividade ofertante de emprego (normalmente uma indústria) é instalada no local, atraindo novos moradores. Começa, nesta etapa, o que poderíamos denominar de fenômeno de radialização da cidade, onde os bairros passam a gravitar radialmente em relação ao centro.

Na etapa seguinte – terceira, os bairros passam a ser ocupados por determinada parcela de serviços que se encontra no centro, ainda que de uma forma muito menos numerosa e ainda deficiente.

Na quarta etapa, que é exatamente a que está vivendo Natal, os bairros passam a ofertar uma gama praticamente completa de serviços a seus habitantes, sendo que, em muitos casos, o habitante não necessitaria sair do seu bairro para realizar compras, ir à escola, usufruir de serviços públicos, etc.

A evolução das cidades traz enorme desafio para o setor público e para os empresários imobiliários.

O desafio do setor público é acompanhar e levar serviços (água, energia elétrica, telefonia, pavimentação, etc.) às áreas pioneiras e em desenvolvimento. E isto, em geral, é bastante deficiente, devido a sabida falta de recursos a níveis federal, estadual e municipal.

Portanto, o desafio essencial do setor público é administrar a escassez e priorizar a oferta de serviço.

Neste caso, inexistente o risco financeiro e há a presença de risco político (alianças, compromissos, votos na próxima eleição, etc.).

Já para o setor privado, representado pelos empresários imobiliários, o desafio é o de desenvolver, empreender e implantar produtos imobiliários que tenham dois atributos fundamentais: serem adequados e estarem adaptados à determinada faixa de público almejado, e que tenham condições de preço e de pagamento também adequadas a este público, em razão da virtual extinção dos mecanismos oficiais de crédito imobiliário.

Portanto, o desafio essencial dos empresários imobiliários é o adequado e planejado desenvolvimento de bens imobiliários que encontrem as reais necessidades de demanda. Para o empresário, a realidade dos desafios é exatamente a oposta do poder público: há a presença - forte - do risco financeiro.

Este fato nos remete de volta às raízes do “boom” imobiliário de Natal: com tantos projetos desenvolvidos e em análise no IPLANAT, certamente vários, muitos até, não terão o fôlego suficiente para serem lançados e implantados por não estarem sintonizados com as reais necessidades dos consumidores ou por terem preço e condições de pagamento inadequados.

Sobreviverão aqueles que estão em consonância com a realidade de Natal, e dentro das tendências de profissionalização e aprimoramento do mercado imobiliário.

Retomemos, agora, o que dizíamos sobre a quarta etapa de crescimento das cidades, que atualmente está sendo vivida por Natal.

Algumas evidências para perceber a existência desta etapa na cidade:

- a importância relativa do centro da cidade está cada vez menor, tendendo-se a uma forte deterioração;
- forte expansão e crescimento de bairros relativamente distantes do centro (os extremos da zona norte e sul foram as duas regiões de maior crescimento em Natal entre os Censos de 1980 e 1991);

Uma outra forma de visualizar estes fenômenos, é através da oferta de varejo nos bairros, em impressionante expansão:

- implantação de dois dos principais supermercados de Natal na Zona Norte, em 1994 (Nordestão e São José).
- desenvolvimento do Via Direta Outlet Center na Salgado Filho, que irá gerar até o final deste ano um novo tipo de oferta de produtos; e
- desenvolvimento de um complexo imobiliário em Ponta Negra pelo Grupo Capuche; neste complexo, de mais de 100 mil m² de terreno, haverá três diferentes destinações imobiliárias: 108 terrenos para residências horizontais; 4 torres com 160 apartamentos e um centro comercial com 4.500 m² de área de lojas.

Eugênio Foganholo

Que pretendemos, afinal, comemorar?

Preparam-se os governos do Estado e do Município, as instituições culturais e de educação, as associações, a Igreja, os clubes de serviços e, por extensão, praticamente são despertados vários dos setores ativos da sociedade norte-rio-grandense para o que deverá ser a grande festa comemorativa do Quarto Centenário que, a exemplo de São Paulo e do Rio de Janeiro, teremos que comemorar antes que se encerre o presente milênio. Sobre o assunto, o eminente acadêmico Diógenes da Cunha Lima, presidente da ANL, já tomou algumas iniciativas e vem se pronunciando na Imprensa, no Rádio e na Televisão.

Há, porém, a questão principal a ser debatida publicamente, o que entendemos iniciar com este modesto artigo, pois nos parece que não foi definido até agora o que afinal se pretende comemorar: se o Quarto Centenário da conquista da Capitania e atual Estado do Rio Grande do Norte, ou se o Quarto Centenário de fundação da cidade do Natal que, segundo alguns dos nossos historiadores teria surgido dois anos depois que as forças chegadas com Manuel Mascarenhas Homem, a mando do governador geral D. Francisco de Sousa, efetuaram a conquista do Rio Grande, expulsando daqui o francês contrabandista e pacificando as tribos por estes levantadas.

O ideal, a nosso entender, seria que as comemorações do Quarto Centenário se desenrolassem ao longo de 1997, vez que a esquadra de seis navios e cinco caravelões adentrou o Potengi na manhã de 27 de dezembro de 1597, cuidando imediatamente os seus tripulantes da construção de defesas de paus de mangue e barro com que se preveniram dos ataques mortíferos dos arcabuzeiros franceses em número de cinquenta, e de infinitas hordas de guerreiros indígenas, que não lhes deram trégua.

Este, a nosso entender, é o grande momento a ser comemorado, pois corresponde a saga épica de quase dois anos, durante os quais as forças da conquista tiveram que se desdobrar para levantar as paredes do Forte enraizado no recife da praia, conquistar as cacimbas de água salobra com que se dessedentavam, manter à distância o inimigo e

dar início à construção dos primeiros abrigos ou moradias que foram, afinal de contas, os embriões da povoação depois chamada orgulhosamente de cidade.

É bom que recordemos que as pazes, obtidas somente a partir da participação dos padres catequistas na negociação com os indígenas, foram conquistadas dezoito meses após a chegada de Mascarenhas, sendo comemoradas na Paraíba a 11 de junho 1599, com a participação da maioria dos Potiguares e chefes das forças de conquista, como Manuel Mascarenhas, Feliciano Coelho e Alexandre de Moura, para citar apenas os de maior importância político-administrativo no momento, e também dos religiosos, entre os quais o franciscano Bernardino das Neves, profundo conhecedor da **língua geral**, e o padre Francisco Pinto, futuro mártir dos Tocarijus da Ibiapaba.

Quanto à cidade do Natal, que nem sempre teve este nome, muito ainda se precisa saber para se fixar a data de fundação, tida como 25 de dezembro de 1599. incerto também é o nome do seu fundador, que mais parece ter sido Mascarenhas Homem ou João Rodrigues Colaço do que Jerônimo de Albuquerque, como até alguns anos atrás pretenderam nossos historiadores. É verdade que o nome **Cidade do Natal** já consta do **auto de repartição das terras** (do Rio Grande) em fevereiro de 1614, como observa Câmara Cascudo. No entanto – e ainda Cascudo que adverte – “houve nome anterior deixando vestígio na história e cartografia erudita: Cidade dos Reis”.

Informando por seus irmãos de hábito Frei Bernardino das Neves e Frei João de São Miguel, que testemunharam o início da colonização do Rio Grande, Frei Vicente do Salvador, que em 1627 escreveu a primeira História do Brasil, registra o seguinte: “feita as pazes com os potiguares, como fica dito, se começou logo a fazer uma povoação no Rio Grande uma légua do Forte, à qual chamam Cidade dos Reis”.

No livro da **Razão do Estado do Brasil**, do sargento-mor Diogo de Campos Moreno, há um mapa de João Teixeira fixando, em 1612, o nome de Cidade dos Reis. O Marquês de Bastos escrevendo em 1654, chama Natal de Cidade dos Reis, O Janvier de 1782, chama-a Natal los Reys ou Rio Grande. O Zurniri, de 1709, registra Natal los reys. No Guilher Sanson, de 1679, é Natal ò los Reys. O Vougnody, corrigido por Lamarche, registra Natal los Reys ou Rio Grande. O Lapier de 1814, cita Ciudad Nova ou Natal. Decide-se pela última na edição de 1820. Melchior Estácio do

Amaral, escrevendo sobre o naufrágio da nau **S. Mago**, diz que a cidade chamava-se Santiago, tinha três casas de pedra e cal. Southey faz referência à cidade informando que a mesma fora fundada com a denominação de Santiago, passando posteriormente a chamar Três Reis. Curiosamente ele também informa que João Rodrigues Colaço foi o encarregado de fundar o Forte dos Reis Magos, no que comete equívoco. Colaço foi apenas o primeiro governador do Forte, porquanto o primeiro capitão - mor da capitania do Rio Grande.

Durante o domínio holandês, a cidade passou a se chamar New Amsterdam, Nova Amsterdam ou simplesmente Amsterdam, conforme Cascudo. Joan Nieuhof, contemporâneo dos fatos, cita que a cidade acima do Rio Grande chama-se Amsterdam e é de pequena importância. Em 1817, Aires do Casal escreve na **Cosmografia Brasilica** que o nome da cidade era Natalópolis.

Os holandeses George Marcgrave e Johannes Vingboons chamaram-na de Natal.

Natal foi fundada numa data especial, já determinada ou escolhida, ou nasceu com a conquista, o Forte e as lutas iniciais da colonização? À falta de um consenso, o melhor é considerá-la nascendo com a conquista, que vai de dezembro de 1597 às pazes com os indígenas em junho de 1599.

O nome dado a cidade homenageia, sem dúvida, a data comemorativa do nascimento de Jesus de Nazaré, o Salvador de toda a humanidade. Talvez não se refira, no entanto, ao natal de 1599, supostamente entendido como sendo aquele em que foi a cidade fundada, mas ao de 1597, quando adentraram o Potengi as forças conquistadoras vindas de Pernambuco sob o comando do capitão general e governador Manuel Mascarenhas Homem, a quem de início tudo ficou subordinado no Rio Grande e a quem devemos indubitavelmente a conquista e, por extensão, a cidade.

Nilson Patriota

A dúvida sobre o fundador de Natal*

Partir para o traçado e definição, enquanto personagem, do fundador da cidade do Natal exige atenção e uma revisão bibliográfica apurada das fontes que se referem a este tema. Delineando o problema, podemos vislumbrar os três constantemente citados candidatos a autores do evento em discussão. O primeiro, Jerônimo de Albuquerque, é o fundador tradicionalmente aceito e referenciado. O segundo, Mascarenhas Homem, é assim acreditado em razão da hierarquia (era então capitão-mor de Pernambuco, isto é, das terras que mais riquezas traziam para a Coroa) e das funções régias que recebeu, dentre elas, a de fundar uma cidade. E, por fim, o fundador teria sido o primeiro capitão-mor da capitania nascente do Rio Grande, João Rodrigues Colaço, hipótese defendida pelo pesquisador Moreira Brandão, ao buscar, nas entrelinhas dos documentos descobertos nas primeiras décadas do século XX, novas respostas para a dúvida da fundação.

Iniciar a análise requer uma atenção apurada: são três os prováveis fundadores e uma infindável bibliografia que, pelo caráter cíclico, dificulta o encontro de respostas mais esclarecedoras. Quem estaria, pois, mais próximo da verdade? Homem, Rodrigues e Albuquerque. Três candidatos e poucas certezas.

O processo de entendimento da fundação é complexo e envolve muitos fatores. Analisando a narrativa de Frei Jaboatão, já no século XVIII, percebe-se que a fundação da cidade está acompanhada de texto referente à biografia de Jerônimo de Albuquerque: pela proximidade, confundem-se, embora o religioso, tal qual Frei Vicente em 1627, não informe enfaticamente quem teria sido o fundador de Natal. Já entrando no século XIX, o Padre Aires de Casal,

* Artigo adaptado da monografia “**Natal, quem há de ser teu venturoso fundador**”, 1º Prêmio do Concurso Nacional – Prêmio Luís da Câmara Cascudo, instituído pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHG-RN), abordando o tema da Fundação da Cidade do Natal.

nitidamente se baseando nestes dois textos anteriores, mescla as informações e então deixa expresso que o fundador de Natal teria, de fato, sido Jerônimo de Albuquerque. Estava lançado o que Moreira Brandão classificaria como “asserção dos historiadores modernos”. A estes relatos, acrescenta-se ainda o do Visconde de Porto Seguro, Adolfo de Varnhagen, o pai da historiografia brasileira.

Já no século XX, novos documentos e narrativas surgem e dão início a uma série de questionamentos acerca do fundador de Natal. O Padre Serafim Leite publica a carta do Provincial Pero Rodrigues, documento contemporâneo aos fatos, que dá luz à uma nova hipótese lançada por Moreira Brandão Castelo Branco em 1950: teria João Rodrigues Colaço governado já em 1599 e sido, portanto, o fundador de Natal? Seus argumentos se apresentavam conclusivos e embasados, a ponto de Câmara Cascudo, poucos anos depois, igualmente deixar registrado em seu livro **História do Rio Grande do Norte** que acreditava ser procedente a opinião de Castelo Branco.

Contudo, em face da ausência de algum outro documento mais expressivo, Brandão conclui seu texto afirmando: “devendo, pois, Colaço ter sido o fundador”. O uso do devendo deu margem a que surgissem novas interpretações, uma vez que o autor deixara, dessa maneira, a questão em aberto. Sua hipótese estava lançada, todavia outros preferiram se valer da fragilidade do “devendo” para se deterem em outra opinião. Cascudo, que em 1946, na **História da Cidade do Natal**, havia timidamente declarado ser Albuquerque o fundador e, conhecendo a opinião de Moreira Brandão, afirmou ser Colaço; no seu livro **Nomes da Terra**, lançado em 1968, expressa nova opinião onde acredita ter sido Manoel de Mascarenhas Homem o responsável pelo feito da fundação, pois, segundo o mesmo, “ele continuava interessado no cumprimento das ordens reais”, nas quais estava expressa a fundação da cidade. Então, a cidade passa a contar com três hipóteses. E a de Mascarenhas Homem parece ganhar novo impulso quando, em 1979, Hélio Galvão faz um longo estudo e assim afirma ser o que realmente aconteceu. O autor utiliza os argumentos da autoridade de Mascarenhas Homem e o fato de Colaço ter assumido o cargo de capitão-mor somente em janeiro de 1600, ao menos oficialmente.

A dúvida então é a seguinte: Colaço já governava em 1599, entretanto o alvará de nomeação somente o investiria “regiamente”, “oficialmente” no cargo em 1600. Este alvará, documento de suma importância para o entendimento destes detalhes, somente foi publicado em 1973 por Tarcísio Medeiros, tendo sido Olavo de Medeiros Filho quem primeiro atentou para os seus detalhes, já em 1991. Poder-se-ia dizer, se Colaço somente em 1600 passa legalmente a assumir o cargo, que não há motivos para se fundamentar a idéia de que o mesmo teria fundado a cidade, pois à época não teria autoridade para cumprir as ordens régias. Entretanto, o Alvará de Provisão, expedido de Lisboa e assinado por Felipe II, deixa claro que se há igualmente de recompensar Colaço pelos préstimos já exercidos naquela função em data anterior ao documento.

Das provas documentais existentes, as mais conclusivas são aquelas que apontam Colaço já exercendo a função de capitão-mor antes de 1600, quando recebeu o alvará de nomeação. Analisando estes dados, a conclusão que se chega, sob esse enfoque, análise e ponto de vista, é esta. As proposições de ser Albuquerque e Homem são falhas ou, a este nível, bem mais incompletas e menos fundamentadas. Uma se vale de interpretações, muitas vezes, errôneas, do que se processou, bem como de compilações livres posteriores. A outra, por sua vez, parece assemelhar-se ao caso de, o autor não acreditado nem em um nem em outro argumento, prefere lançar mão deste último, por eliminação.

João Rodrigues Colaço é, pois, o fundador de Natal.

Valério Augusto Soares de Medeiros.

Natal 400 anos (1599/1999)

Quem fundou a cidade do Natal? De imediato, sabe-se que esta província teve três denominações topológicas em sua origem: Cidade dos Reis, Cidade de Santiago e Cidade do Natal. Quem a denominaria com esses nomes naquele tempo? Somente aí já se implicaria muitas indagações sobre o seu possível fundador. Assim, a dimensão dessa questão deixa uma resposta ainda mais cheia de mistério ao povo potiguar.

Todos os documentos históricos daquele período remoto são obscuros quanto ao nome do seu provável fundador. Nada registrado. Apenas vagas inferências dedutivas. Todos os historiadores do assunto são unânimes em afirmar que o fundador teria que ser o “capitão-mor” vigente na época. Três capitães-mores governaram aquele período tenebroso de informações para a confusão geral: Jerônimo de Albuquerque, Mascarenhas Homem e João Colaço. Qual deles seria o fundador? Teria que ser apenas um deles? Por que não os três juntos?

Todo o consenso histórico, antigo ou moderno, parte de um ponto de vista em comum: só quem poderia fundar a Cidade do Natal era “um capitão-mor”, por motivos óbvios; era o comandante geral. Noção mais digerível pela lógica hierárquica e clássica. Daí a possibilidade avaliativa e dedutiva de uma dessas personalidades ser o fundador desta cidade. Este consenso determinaria o nome do fundador através do tempo.

Portanto, como toda a sociedade precisa de um herói ou mito para sobreviver, Natal não poderia ficar isenta deste viés: os meios oficiais asseguram o nome de Jerônimo de Albuquerque que era o mais mastigável. A cidade, assim então, meio dorminhoca, engoliu-o até hoje como o seu fundador, apesar de alguns protestos.

Bianor Paulino

400 anos não muito bem contados

Quatro séculos de alegria e sofrimentos, história e esquecimento; comemoração consciente ou uma jogada de marketing turístico?

Há cinco anos atrás, não me lembro ter visto os nomes de Natal, Câmara Cascudo ou Rio Grande do Norte tão exaltados pela imprensa; atualmente um desses nomes obrigatoriamente deve estar presente em qualquer frase da mídia potiguar. Será que a comemoração dos tão esperados 400 anos de Natal provocou uma mudança tão grande e repentina nos “papa-jerimum”? Por que de repente falar sobre Natal virou moda? Publicações com a temática “Natal” e/ou “RN” aumentaram consideravelmente nesses anos, isso é louvável, mas resta saber se é apenas um modismo circunstancial ou se o interesse do potiguar em saber mais sobre sua história é uma realidade latente. Minha preocupação está em querer saber se a euforia contagiante da PRÉ-festa vai durar no PÓS- festa.

É óbvio que ver o nome da nossa cidade estampado nas manchetes de jornal, bem como fazendo parte do carnaval global, infla nosso ego, deixa-nos atordoados; afinal, como diria o nosso maior folclorista, Natal é uma província.

Mas o natalense sabe realmente algo sobre a história da sua cidade? A resposta é NÃO. Se o natalense soubesse um pouco sobre a história de Natal, veria que essa comemoração dos 400 anos tanto poderia ser feita em 1999 como no ano 2000. Tudo porque não se comprovou historicamente que Natal foi fundada no dia 25 de dezembro de 1599, a data é incerta, pois a única certeza que se tem é que Natal foi fundada entre 25 de dezembro de 1599 e 06 de janeiro de 1600. Outra polêmica acontece quando se afirma que o fundador de Natal teria sido Jerônimo de Albuquerque, quando na verdade há 3 possibilidades: Manuel Mascarenhas Homem, João Rodrigues Colaço e Jerônimo de Albuquerque. Porém, na hora de festejar, ninguém quer lembrar os dados históricos, então incertezas são tidas como verdades, porque o que vale é a festa, o que vale é ser enredo de escola de samba, o que vale é o dinheiro que vai entrar na cidade e no Estado.

Na situação atual, devemos parar e pensar o que temos para comemorar nesses 400 anos. Tivemos em nossa terra a presença de franceses, holandeses e portugueses, e ... o índio, onde está o índio nessa comemoração? A história do RN, que hoje é tão comentada, será que está preservada ou segura? Aqueles que tiverem interesse em conhecê-la, podem confortavelmente entrar no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte ou nos arquivos públicos e sentir prazer em consultar os documentos que contam a nossa história? Novamente a resposta é NÃO. Nem o governo e nem a prefeitura parecem se importar com o nosso Instituto Histórico, é uma situação lamentável ver os documentos corroídos pelas traças e alguns literalmente se “esfarelando”, mas é bonito ver que algumas pessoas que lá trabalham, mesmo sem quase nenhum reconhecimento e verba, amam a história do RN e tentam preservá-la da melhor maneira possível.

Podemos nos lembrar dos projetos de restauração empreendidos na Ribeira, na antiga Catedral, na Capitania dos Portos (atual Capitania das Artes), das reformas no Forte dos Reis Magos, entre outros projetos. Porém, convenhamos que é muito pouco, pois não adianta só mudar a aparência externa, não é uma camada de tinta que determina o valor histórico de um prédio. O que está faltando é justamente a consciência histórica, a consciência de patrimônio histórico, ou seja, valorizar e preservar tudo o que diz respeito à história da nossa cidade. É por esse ângulo que estou questionando a comemoração dos 400 anos de Natal.

Uma comemoração digna dos 400 anos da cidade do Natal somente vai ocorrer se o natalense tiver a conscientização do que ele está comemorando, se ele sentir que, junto com a cidade, também faz parte da festa. Porque apenas trazer artistas paulistas, cariocas e baianos, promover shows e enfeitar Natal com propaganda, não vai caracterizar sua memória histórica.

Milena Azevedo

Natal 400 anos depois

A cidade do Natal comemora no dia 25 de dezembro de 1999 o seu Quarto Centenário de Fundação.

Tudo começou no chão elevado e firme da Rua Grande (atual Praça André de Albuquerque) em 1599.

A igreja de Nossa Senhora da Apresentação presidia o crescimento do que, impropriamente, se chamava cidade, pois a população vivia em sítios e granjas próximas ao núcleo de fundação.

Agraciada com uma posição geográfica privilegiada, próxima aos continentes africano e europeu, o primeiro marco de ocupação portuguesa foi a Fortaleza dos Reis Magos em 1598. Era o passo inicial para criar a futura cidade. Essa posição lhe valeu títulos como Esquina do Mundo e Trampolim da Vitória.

A cidade teve, por muito tempo, crescimento lento. Em 1901, a primeira forma de Ordenamento Urbano ou Plano Polidreli criou a Cidade Nova (atuais bairros de Tirol e Petrópolis) e abriu a Avenida Oitava (Hermes da Fonseca). Mas, foi o Prefeito Omar O' Grady (1926) quem retirou Natal do século XVIII e a encarrilhou no século XX, na opinião de Cascudo.

Muito tempo depois, na década de 40, Natal sofreria transformações radicais no seu crescimento com o advento da II Guerra Mundial e a presença de tropas estrangeiras em solo potiguar.

Nesse período, a cidade torna-se conhecida mundialmente pela instalação de uma base aeronaval em seu território. A partir de então, começam a chegar pessoas dos mais diversos pontos do Estado, do país e do exterior. Quebra-se a rotina provinciana; inicia-se uma nova era lembrada, obrigatoriamente até hoje, na história local. Data dessa época, a ligação entre a cidade e as bases área e naval; abre-se "A Pista" para facilitar o abastecimento e a mobilização

de tropas envolvidas no conflito. Valorizam-se, com isso, os terrenos às margens da estrada Natal/Parnamirim, possibilitando o povoamento dos bairros de tirol e Petrópolis. A construção da estrada de ferro também direcionou a expansão para o sul do município, dando início ao surgimento de localidades como o Carrasco. A cidade começava a tomar impulso no seu crescimento.

Na década de 60, ergue-se o primeiro conjunto habitacional: a Cidade da Esperança. Essa década, também, foi marcada pelo aparecimento dos primeiros núcleos favelados. Nos anos 70, diversos conjuntos habitacionais começaram a surgir na periferia e na década seguinte uma verdadeira “febre” de conjuntos residenciais consolidam o crescimento da cidade do Natal.

Para atestarmos o reverso do que ocorreu nos primeiros anos da ocupação do espaço urbano natalense, basta observarmos que, em 1940, Natal tinha apenas 09 bairros. Vinte anos depois, a cidade passaria a ter 12, em 1970 tinha 15 bairros e chega aos anos 90 com seus 35 bairros tecnicamente delimitados e as suas 27 localidades, distribuídos em 04 Regiões Administrativas: Norte, Sul, Leste e Oeste. Esse crescimento vem sendo disciplinado através de Planos Diretores, Instrumento da Política Urbana, conjuntamente com o Código do Meio Ambiente.

Em 1999, aos 400 anos de existência, Natal já apresenta uma população de 688.955 habitantes. Está interligada ao Nordeste e demais capitais do país por uma rede de rodovias e ferrovias. Como sede do Governo do Rio Grande do Norte, concentra boa infra-estrutura e equipamentos urbanos; possui atividades industriais em seu entorno e, no seu núcleo, razoável rede de órgãos da administração pública e de serviços privados.

Presenteada pela natureza com uma bela paisagem e pela hospitalidade de seu povo, ingressamos na chamada era da “Vocação Natural” da cidade: o turismo que a cada ano, se intensifica. Nossa cidade já aparece como um dos principais destinos turísticos do Nordeste brasileiro. Temos o ar mais puro das Américas, um litoral de belas e agradáveis praias, dunas, recifes, lagoas, um maravilhoso e romântico pôr-do-sol sobre o Potengi, além do longo período ensolarado (mais de 300 dias) por ano, que nos valeu o título de “Cidade do Sol”. O Parque das Dunas é outro referencial a nosso

favor, considerado que é, um dos mais importantes parques urbanos, o segundo do Brasil, com uma rica e variada fauna e flora abrigando espécies da devastada Mata atlântica, que nele ainda se encontra em estado de preservação. Tudo isso encanta até o mais exigente visitante.

O turismo trouxe em sua esteira mudanças inevitáveis. Cresceu o número de empregos, os meios de hospedagem, tendo recebido 737.367 hóspedes segundo dados de 1995, o setor de serviços e de entretenimento. Precisamos disso, é claro. Por outro lado, em grandes proporções crescem os problemas. Com ele, intensificou-se a migração, Recebemos gaúchos, paranaenses, pernambucanos, paulistas e até cariocas, atraídos pela qualidade de vida que a cidade ainda é capaz de oferecer. Que sejam bem vindos, e que nos ajudem a somar esforços no sentido de continuarmos mantendo essa qualidade de vida e bem estar.

Com o aumento da população torna-se fundamental que se busque o desenvolvimento sustentável, o equilíbrio ambiental. Com isto ganharmos todos, reduzimos a poluição em suas mais diferentes formas.

Preocupados com os aspectos positivos, (os recursos financeiros capazes de gerar (US\$ 532.894.967,26 em 1995), não nos esqueçamos dos aspectos negativos que podem interferir na atividade turística. Já temos 66 favelas, parte delas ocupando áreas de dunas e mangues, necessitando de ações por parte dos poderes público e privado, visando conter esse avanço. A especulação imobiliária já ocupa áreas de relevante valor paisagístico, tendo como negativo o encobrimento do Farol de Mãe Luiza, um dos nossos cartões postais, em nome da lucratividade empresarial.

Além da riqueza natural, temos um povo bom, gentil e acolhedor, que se envaidece com os elogios de quem sabe reconhecer os valores da nossa terra.

Na Política, deram relevo ao nosso Estado figuras como Padre Miguelinho, um dos líderes da Revolução de 1817, Café Filho, único filho da terra potiguar a assumir à presidência da República até hoje; Djalma Maranhão, defensor das causas populares e idem, das manifestações culturais do seu povo.

Na cultura, figuram nomes como Ferreira Itajubá, Jorge Fernandes, este último, precursor do movimento modernista na poesia local. E o mestre Luís da Câmara Cascudo, o representante mais significativo do nosso panorama intelectual. Cascudo, quem melhor retratou a vida do nosso povo, a quem conheceu profundamente no contato diário e que amou tanto a terra onde nasceu que se recusou deixá-la por diversas oportunidades. Muitos outros filhos também dignificaram sua terra em diferentes setores de atividades.

Infelizmente, exemplos como esses ainda não foram devidamente assimilados. Ainda falta muito para se poder afirmar que o natalense tenha orgulho de sua história, das suas raízes, do seu sotaque, enfim, do que ele é verdadeiramente. Muitos são os hábitos estranhos à nossa realidade que se incorporam, rapidamente ao, nosso cotidiano, contribuindo para a descaracterização cultural do nosso povo.

Esperamos que na data que ora comemoramos seja dada oportunidade às crianças natalenses, através da escola, de conhecer melhor à sua cidade, terem orgulho de ser natalense e tentar manter o que ainda resta das nossas referências culturais.

Assim poderão compreender profundamente os problemas que aqui ocorrem, já que no futuro, será sua tarefa de geri-la. A produção e divulgação de conhecimentos é tarefa imprescindível para que o cidadão possa estar em condições de acompanhar as transformações que se processarão cada vez mais rapidamente no próximo milênio.

Um bom começo, penso, seria estudar Natal na escola, incentivar o amor à pátria, o orgulho à sua terra, às suas origens e tradições, hoje e nos anos posteriores às comemorações do Quarto Centenário. Quem sabe, assim os cidadãos do futuro celebrariam os 500 anos da cidade de maneira mais enfática, com quem realmente faça parte da sua história. Tais festejos poderiam ser compatíveis com a força que tem tal acontecimento, e não **timidamente** como ora se vê. Seria uma festa do seu povo, dos seus artistas, para todos aqueles que nos visitam, mas, principalmente, para nossa gente.

Desejo que no século XXI possa ser revertido o velho ditado de que “Santo de casa não faz milagres” e que o natalense de todas as idades possa vencer o desafio do próximo milênio, impedir a degradação desenfreada de uma das mais belas cidades do mundo, mesmo 400 anos depois.

Paulo Venturele

Notas sobre a Cidade do Natal

1599 – Fundação da Cidade do Natal no dia 25 de dezembro.

1600 – O Capitão-Mor João Rodrigues Colaço concede aos Jesuítas a primeira data de terra no sítio da Cidade.

1608 – O Governador do Recife D. Diogo de Menezes informa a Sua Majestade – no dia 04 de dezembro – sobre Natal: “A povoação que está feita não tem gente”

1612 – O Sargento-Mor Diogo de Campos Moreno no “**Livro que dá razão do Estado do Brasil**” situa a nascente povoação natalense: “Tem pobrememente acomodados até vinte e cinco moradores brancos”.

1627 – “A povoação é muito limitada a respeito dos moradores estarem e morarem nas suas fazendas, onde muito deles têm suas casas mui nobres”, afirmou Domingos da Veiga, morador de Natal.

1628 – “Natal tinha uma Igreja e oito casas” conforme o depoimento de um grupo de índios em Amsterdam, redigido por Hessen Gerritsz.

1630 – “A cidade contava entre trinta e cinco e quarenta casas de barro e palha, os habitantes mais abastados vivendo nos sítios apenas vindo na cidade aos domingos”, segundo relata Adriano Verdonck – enviado das autoridades de ocupação holandesa – no documento “**Descrição das Capitanias de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande**”.

1634-44 – Gaspar Barléu, cronista do Conde Maurício de Nassau informa ser “A vila de Natal de aspecto triste e acabrunhada pelas ruínas e vestígios de guerra”.

1639 – Adriaen Van Der Dussen no “**Relatório sobre as capitanias conquistadas no Brasil pelos holandeses**” informa que a capitania “já teve uma cidadezinha chamada Cidade do Natal, situada a légua e meia do Castelo Keulen rio acima, mas totalmente arruinada”.

1673 – O Capitão-Mor Antônio Vaz Gondim e os Oficiais da Câmara pedem uma esmola a sua majestade, para a construção da matriz, visando fixar a população: “Acabando-se a igreja se povoaria a cidade”.

1722 – O Capitão-Mor José Pereira Fonseca em carta enviada a El-Rei, no dia 07 de abril, relata que Natal “Tem apenas trinta casas e os arredores eram mato fechado”.

1729 – João Maia Gama – no relatório de inspeção as capitanias – informa que “a cidade é fundada em um alto e ainda que muito areento, contudo com terreno capaz e levado dos ventos e tem cinqüenta para 60 casas e muitas mais perto da cidade porque a mais gente vive nas suas fazendas”.

1732 – Construção do Pelourinho.

1746 – O Bispo de Olinda Dom Frei Luiz de Santa Tereza em relatório apresentado a Santa Sé, diz que Natal é “tão pequena que além do título de cidade, igreja paroquial e poucas casas, nada tem que represente a forma de cidade. Da cidade de Natal não-há-tal como por brincadeira se diz”.

1777 – Domingos Monteiro da Rocha, Ouvidor da Paraíba, informa que o povoado da Cidade do Natal tinha quatrocentas braças de comprimento por cinqüenta de largo com 118 casas.

1810 – Henry Koster, viajante inglês autor do livro “**Viagem ao Nordeste do Brasil**” informa que três ruas convergiam para a praça da matriz, inexistia calçamento e a população era em torno de seiscentos ou setecentos habitantes.

1813 – Inauguração do Quartel de Companhia de Linha.

1844 – A Lei Provincial nº 118, de 09/11/1844 delimitou o quadro da cidade: do Baldo à Gamboa de João da Costinha e da margem do rio até a Estrada Nova depois Rua da Aurora; O censo apresenta uma população de 6.454 habitantes.

1846 – A resolução 140 aprovou o contrato feito para o aterro do rio Salgado (Potengi).

1847– Plano Topo-Hidrográfico realizado pelo capitão-tenente F.J. Ferreira.

1852 – A Câmara Municipal proíbe a construção de casas cobertas de palhas, capim ou junco nas principais ruas da cidade.

1855 – A Resolução nº 323, de 02 de agosto de 1855 autorizava ao Presidente Passos a construir um cemitério concluído no ano seguinte.

1856 – Inauguração da feira pública criada pela Lei Provincial nº 74, de 11.11.1841.

1870 – O art. 24 da Lei 635 autorizava o Presidente contratar o abastecimento d'água da capital.

1878 – Inauguração do telégrafo elétrico no dia 04 de agosto.

1892 – Inauguração do primeiro mercado público no dia 07 de fevereiro.

1901 – Criação do bairro Cidade Nova através da Resolução Municipal nº 15, de 30.12.1901.

1902 – Inauguração da primeira fábrica de gelo no bairro da Ribeira no dia 28 de janeiro.

1903 – A Intendência Municipal inicia a colocação das placas de ágata com os nomes das ruas e praças da cidade.

1904 – Início da execução de projetos de urbanização e paisagismo de autoria do Arquiteto Herculano Ramos: Inauguração do Teatro Carlos Gomes no dia 24 de março.

1905 – Inauguração do primeiro trecho iluminado a gás acetileno no bairro da Ribeira em 27 de junho.

1906 – Inauguração do primeiro trecho iluminado a gás acetileno no bairro da Cidade Alta em 15 de novembro.

1907 – Início de perfurações de poços respondendo pelo abastecimento da cidade até 1938.

1908 – Circulam os primeiros bondes à tração animal (burros) da Companhia Ferro-Camil inaugurando o primeiro trecho da Rua Silva Jardim à Praça Padre João Maria.

1911 – Criação do quarto bairro da cidade – Alecrim: Inauguração da iluminação elétrica na cidade e residências particulares: Instalação do primeiro telefone de Natal na residência da Sra. Sinhá Galvão: Inauguração do serviço de bondes elétricos no dia 02 de outubro, circulando até 1955; Inauguração do primeiro cinema – Politeama – no dia 08 de

dezembro: Demolição da antiga cadeia pública na Praça André de Albuquerque e instalação da Casa de Detenção no Monte Petrópolis.

1915 – A empresa Força e luz estende o serviço de bondes até a praia de Areia Preta.

1916 – A ponte metálica sobre o Rio Potengi é entregue ao tráfego no dia 20 de abril.

1922 – Inauguração do edifício da Prefeitura Municipal no dia 07 de setembro.

1926 – Confecção da Planta Topográfica da cidade registrando os serviços de saneamento existentes.

1928 – Inauguração do Estádio Juvenal Lamartine no dia 12 de outubro.

1929 – A Resolução nº 304, de 06.04.1929 autorizou o Prefeito Omar O Grady a contratar o Plano de Sistematização da Cidade sendo responsável pelo projeto o arquiteto Giacomo Palumbo.

1935 – O Plano Geral de Obras – contratado junto ao escritório Saturnino de Brito – abrangendo projetos e execução de serviços de águas e esgotos inaugurados em 1939.

1946 – Inauguração da Avenida Circular, atual Avenida Presidente Café Filho, na administração do Prefeito Sylvio Piza Pedroza.

1947 – O Decreto-Lei nº 251, de 30 de setembro de 1947 promoveu a divisão das áreas urbanas e suburbanas em onze bairros.

1951 – Inauguração do Farol de Mãe Luiza no dia 15 de agosto.

1963 – Construção da estação rodoviária no bairro da Ribeira em 15 de dezembro.

1964 – Construção do primeiro conjunto habitacional – Cidade da Esperança.

1967 – Elaboração do Plano Diretor da Cidade do Natal – através da SERETE – tendo como coordenador o arquiteto Jorge Wilhelm com dois objetivos principais: garantia da linearidade das estruturas urbanas e manutenção da unidade urbanística através do adensamento do uso do solo e da redistribuição da população em alguns bairros.

1972 – Inauguração do Estádio Humberto de Alencar Castelo Branco (Castelão) no dia 14 de junho.

1973 – Avaliação do Plano da SERETE, sob a orientação do arquiteto Sérgio Domicely da CEPAL, visando atualizá-lo e implementá-lo; Projeto de Lei nº 2.211 criando o Plano Diretor de Natal, sob a responsabilidade do arquiteto Moacyr Gomes da Costa.

1974 – Sancionada a Lei Municipal nº 2.211, constando o Código de Obras do Município; Construção do viaduto “Ponta Negra”.

1977 – Trabalho coordenado pelo professor Valdomiro Alves de Souza, objetivando preparar regulamentação adequada à Lei nº 2.211/74; Criação do Parque das Dunas em 22.11.77, através do Decreto Estadual nº 7.237.

1979 – Proposta para delimitação dos bairros – PMN/IDEC.

1984 – A Lei nº 3.175/84 “dispõe sobre o Plano Diretor de Organização Físico-Territorial do Município de Natal e dá outras providências.”

1989 – Criação das Regiões Administrativas através da Lei 3.878/89.

1990 – Promulgação da Lei Orgânica do Município do Natal no dia 08 de abril.

1991 – A equipe técnica do IPLANAT, sob a coordenação do Professor Valdomiro Alves de Souza, inicia os estudos para atualização do Plano Diretor com conclusão prevista para abril de 1993.

1994 – A Lei Complementar nº 07, de 05 de agosto de 1994 “dispõe sobre o Plano Diretor de Natal e dá outras providências”; Redefinição de limites dos bairros através das Leis 4.327/94, 4.328/94, 4.329/94 e 4.330/94.

1997 – Criação da Região Metropolitana de Natal-RN, através da Lei Complementar 152 de 16 de janeiro.

2004 – Início da construção da Ponte de Todos Newton Navarro, ligando o bairro de Santos Reis à praia da Redinha.

João Gothardo Dantas Emerenciano

Fontes: “Guia da Cidade do Natal”, de J.A. Negromonte e Etelvino Vera Cruz. Natal, 1958/59: “História da Cidade do Natal”, de Luis da Câmara Cascudo. 2ª Edição: Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, Brasília: INI. Natal: UFRN. 1980: “Aspectos da Evolução Urbana e Demográfica de Natal”, de Hélio Galvão. In: Revista da Academia Norteriograndense de Letras. Vol. 26 nº 14. Natal. 1978; “Terra Natalense”, de Olavo Medeiros Filho. 1ª edição. Fundação José Augusto, Natal, 1991 – “Revisão do Plano Diretor da Cidade”. Prefeitura Municipal do Natal –IBAM. 1987: “Perfil dos Bairros do Município de Natal”–PMN/IPLANAT/GERINT. Natal 1998: “Lei do Plano Diretor e Coletânea de Leis dos Limites de Bairros de Natal “(Diário Oficial do Estado), Edição de 07 de setembro de 1994.

A revitalização da Ribeira, dez anos depois

A Revitalização de Áreas Históricas decadentes é fruto de um processo que requer vontade política e continuísmo administrativo dos nossos governantes. Iniciativas isoladas contribuem para o processo, mas não concretizam a ação desejada. Faz-se necessário a criação de um plano para a área, no qual estarão as estratégias de ação, os projetos de requalificação, reconversão e até mesmo um quadro de novas obras, sendo determinante o papel do governo municipal neste processo. Afinal, é de sua competência legislar sobre o solo urbano e promover o desenvolvimento físico territorial do município, bem como preservar o seu Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Paisagístico. Neste sentido, o arquiteto, mestre em desenho urbano e doutor em arquitetura e urbanismo, Vicente Del Rio nos fala da importância do “planejamento estratégico consciente, democrático, flexível, contínuo e integrado, em busca da requalificação urbanística e da revitalização da cidade anterior, onde a implementação dos processos e modelos deverão ser, sempre, consensuais, pluralistas e democráticos, e sempre mais lentos do que admite a ação técnica tradicional ou os tempos políticos a que estamos acostumados”.

O Projeto Fachadas da Rua Chile (integrante do Plano de Reabilitação Urbana Ribeira, Prefeitura Municipal do Natal, 1995) é um claro exemplo do que foi dito anteriormente, pois desde a sua inauguração em dezembro de 1996, pouco ou nada foi feito concretamente para a sua conservação e ampliação ao longo dos últimos dez anos. Restou a iniciativa isolada de alguns poucos abnegados que teimam em manter a duras penas, a vida do lugar. As fachadas, outrora restauradas, hoje exibem um tom sombrio e funesto, completamente equivocado ao padrão de aplicação cromática de pintura em suas superfícies. A efervescência do novo pólo turístico e cultural que surgia na Cidade como um lugar de charme, história e aura poética, deu lugar ao vazio e esquecimento do Largo da Rua Chile, não lembrando

em nada o burburinho de pessoas em busca do emergente movimento que surgia consolidando artistas e músicos locais, sendo até berço de um festival de música que se tornou referência nacional.

Depois surgem os Projetos de Ampliação do Porto e criação do Terminal Pesqueiro do RN na Rua Chile, os quais iriam incrementar a atividade econômica do Estado, mas o que se viu foram projetos “que engolem e fazem desaparecer o lugar”, onde não são mitigados os impactos sociais, históricos e paisagísticos que provocam no seu entorno.

E vieram as perguntas, Natal é uma cidade com vocação portuária para transporte de cargas? Existe espaço para ampliação do porto, criação de área retro-portuária e rearticulação do porto ao ramal ferroviário através da Rua Chile onde trafegam veículos, caminhões de cargas e pedestres? É lógico transportar toda a produção de frutas que vem principalmente das Regiões Central e Oeste do Estado, bem como a barrilha quando a fábrica estiver concretizada e outros produtos até a Ribeira provocando congestionamentos em nosso já sofrível sistema viário? Ou criaríamos um novo porto junto a estas áreas produtivas onde as mercadorias estariam mais próximas do embarque, diminuindo os custos e transtornos do transporte até o porto em Natal? E por que não adaptarmos nosso porto com um terminal de passageiros ou o transformamos em um porto pesqueiro, liberando o Cais da Avenida Tavares de Lira e margens do Potengi para um projeto que busque a aproximação da Cidade com o Rio, o seu corpo d'água, a sua alma?

Mas as respostas têm sido políticas conflitantes, enquanto a Prefeitura Municipal planeja a reabilitação do bairro fundamentada na preservação e reabilitação do seu parque histórico construído o Governo do Estado apresenta projetos em sentido contrário como o de ampliação do porto e criação do terminal pesqueiro, basta ver ações como a demolição de parte do edifício do antigo frigorífico de Natal perpretada pela CODERN, que poderia ter sido restaurado e adaptado para funcionar como terminal de passageiros integrado ao Largo da Rua Chile com seus estabelecimentos comerciais de turismo e lazer. Ou a imagem assustadora do terminal pesqueiro a ser construído as margens da Rua Chile, abocanhando a margem do Rio em direção a Pedra do Rosário e Cais Tavares de Lira, a “Porta da Cidade”.

Talvez a resposta fosse administrar estes conflitos frente a uma perspectiva de desenvolvimento sustentável com projetos de melhoria da infra-estrutura do bairro, assegurando melhores condições de vida a população, aproveitando o seu parque histórico construído ou criando novas moradias. E embora o uso residencial tenha função primordial neste processo o que muito assegura o sucesso da revitalização de áreas decadentes é a multiplicidade de usos, como o turístico, cultural e de serviços, uma clara vocação do lugar. Soma-se a isto a reativação do transporte ferroviário articulando-o a outras modalidades de transportes e servindo de indutor da interiorização do turismo em nosso Estado.

É também vital a criação de obras estruturantes que requalifiquem a Ribeira. Vejam o exemplo de São Paulo com a Pinacoteca do Estado ou a Sala Júlio Prestes que pretendem juntamente com outras obras revitalizar o seu Centro. Ou ainda o Museu Guggenheim de Bilbao na Espanha com seus 24.000m² de construção e que se tornou um ícone arquitetônico universal, promovendo a revitalização da área central da Cidade e recuperando a sua economia com um fluxo de turistas superior a 2,5 milhões, nos dois primeiros anos de sua inauguração. Tais intervenções revelam o compromisso do governo em revitalizar o lugar e atrair novos investimentos privados ao local. A Casa Guglielmo Lettiere, o Grande Hotel, o Grupo Escolar Augusto Severo e o Parque Ferroviário, entre outros edifícios históricos da Ribeira, aguardam o chamado.

Hoje temos notícias do Plano de Reabilitação da Ribeira-PPR, que está sendo feito pelo Departamento de Arquitetura – UFRN, um amplo diagnóstico das potencialidades do bairro, que servirá de suporte técnico ao Governo Municipal na elaboração de futuros projetos. Do Projeto de Redesenho da Praça Augusto Severo, elaborado pela SEMURB, que reagrupa os recortes da Praça em uma grande área livre com um espaço cultural no edifício da antiga rodoviária, tendo já assegurados os recursos para a obra pela Prefeitura. E da reformulação da Lei Operação Urbana Ribeira que aumentou os percentuais de isenção de taxas e impostos para quem vai investir em obras no bairro.

Mas enquanto as obras não acontecem, seguimos os acordes da Banda da Ribeira e dos Muitos e Antigos Carnavais, trazendo novas gerações ao Sítio Histórico da Ribeira em meio a estilhaços de uma Cidade que segue a

rasgar teimosamente seu álbum de retratos na mansidão guardiã do Estuário Potengi, que a tudo assiste e calado ainda consegue engolir todo o lixo atirado em suas águas. Até quando? Até quando a ponte e Deus quiserem.

Haroldo Maranhão

Parque da Cidade

O projeto Parque da Cidade, situado na Zona de Proteção Ambiental – 1 (ZPA-1), tem por objetivo principal a conservação do ecossistema local, através de uma ocupação racional que viabilize sua proteção, recuperação e utilização pública sustentável. A área proposta para implantação da Unidade de Conservação de categoria Parque Natural, com aproximadamente 62,2ha, apresenta características ambientais de degradação que apontam para uma imediata ação de recuperação e conservação, a fim de não agravar sua descaracterização e o desequilíbrio do ecossistema existente. A área integra dois bairros com características socioeconômicas e ambientais bastante distintas (Cidade Nova e Candelária), transformando o parque num equipamento urbano de fundamental importância no que diz respeito à inserção social.

A área, compreendendo parte da margem direita da Av. Omar O'Grady, é hoje desprovida de ocupação por habitações. Todavia, é possível a identificação de indícios de uso que caracterizam o conflito entre a desejada conservação e a constatada pressão antrópica, dentre as quais destacam-se: o desmatamento, as queimadas, a disposição irregular de resíduos sólidos, exploração comercial de sedimentos para construção civil, abertura de trilhas clandestinas, etc.

A necessidade de garantir a conservação da paisagem característica desse ecossistema, destinando à área um projeto voltado a realização de atividades de educação e interpretação ambiental, pesquisas científicas, lazer e turismo, justifica a intervenção municipal, sendo este uso conforme com o que determina o macrozoneamento do Plano Diretor de Natal, Lei Complementar nº 07/94, e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Lei Federal nº 9985/2000.

Com base nessa consciência é que se propõe criar um pólo de atração turístico-cultural, incentivando as práticas de eco turismo, lazer ativo e contemplativo, promovendo a recomposição e preservação da vegetação nativa e a sua conservação como reserva natural da cidade.

O Parque da Cidade é uma proposição do município para integrar parte da Sub-Zona de Conservação da Zona de Proteção Ambiental 1 ao Grupo de Unidades de Proteção Integral, segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que objetiva preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, na categoria de Parque, onde se vislumbra a visitação pública, sujeita às normas e restrições a serem previstas no Plano de Uso Público.

O Plano de Uso Público é um dos programas de manejo da Unidade de Conservação, pois define as atividades a serem desenvolvidas na área, estabelecendo as normas e diretrizes para sua execução. Na área do Parque da Cidade, após a avaliação dos aspectos naturais, culturais e históricos, previamente foram estabelecidas três zonas, a saber: Zona de Recuperação, Zona de Uso Extensivo e Zona de Uso Intensivo.

A Zona de Recuperação, onde não se prevê intervenção antrópica, abrange mais de 95% da área do Parque sendo destinada exclusivamente a promoção da recuperação das áreas degradadas e manutenção dos resquícios ainda preservados.

A Zona de Uso Extensivo compreende a área destinada a manutenção do ambiente natural, ou pouco alterado, oferecendo facilidades de acesso público para fins educativos e recreativos, sendo previstas trilhas, unidades de descanso e estruturação de mirante natural.

Na Zona de Uso Intensivo, que delimita o espaço previsto para a promoção da educação ambiental e recreação ao ar livre em caráter intensivo e harmonioso com o meio, está previsto a instalação do seguintes equipamentos para garantir a integridade ambiental do Parque: Pórticos de Entrada (Leste e Oeste); Guaritas; Estacionamentos (230 vagas junto a portaria Leste e 48 vagas a Oeste); Unidades de Descanso; Unidade de Sanitários; Plano Inclinado (Sistema

mecânico de elevação através de um plano inclinado com cabine sobre trilhos, destinado ao transporte de pedestres pela portaria Oeste) e Centro de Visitantes.

O Centro de Visitantes, além da Estação de Tratamento de Esgoto, é composto por dois módulos: Torre e Edifício Central. A Torre constitui numa edificação vertical com área de projeção aproximada de 617,71 m² e altura de 45,00 metros, destinada a abrigar um memorial em sua parte mais elevada (mirante). O Edifício Central, abrange uma edificação horizontal que concentra as seguintes atividades: Núcleo de Educação Ambiental (NEA); Administração: Gerenciamento do Parque (serviços administrativos e guarda florestal); Foyer (local para eventos artístico-culturais); Biblioteca; Auditório com capacidade para 146 lugares; Lanchonete/Cafeteria; Cozinha de Apoio e Sanitários.

O macrozoneamento proposto no Plano Diretor de Natal estabeleceu as Zonas de Proteção Ambiental, as quais foram previstas para viabilizar a proteção dos aspectos naturais e culturais da cidade. O Parque, além de ser uma primeira experiência de gestão em ZPA, pode desempenhar a função de espaço destinado ao lazer ecológico, cultural e equipamento estratégico de promoção da educação ambiental.

Ana Miriam Machado

O Planejamento Ambiental e Urbanístico da Cidade

Desde o início de nossa gestão, adotamos critérios de planejamento ambiental e urbanístico para Natal amparado em duas vertentes, a participação popular e o embasamento técnico. Sob tal prisma, desenvolvemos três eixos: a revitalização da Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo, a revisão da legislação do setor e o desenvolvimento de projetos físicos.

No primeiro deles, cuidamos da unificação dos processos ambientais e urbanísticos como forma de agilizar o controle sobre as edificações, promovemos a informatização do órgão, criamos a central de atendimento e realizamos concurso público para formar equipes multidisciplinares. Hoje a Secretaria já conta com 56 novos técnicos, dentre biólogos, geólogos, geógrafos, estatísticos, arquitetos, engenheiros civis, de segurança, florestais e agrônomos e até historiadores, para cuidarem do patrimônio histórico da cidade.

Em paralelo, iniciamos um intenso e salutar processo de consulta aos segmentos representativos da sociedade, com um seminário que reuniu mais de 700 participantes para darmos rumo a uma efetiva política pública urbana, reduzindo o distanciamento entre planejamento e gestão. Em outras palavras, as soluções de gabinete ganharam as ruas. Nessa linha, promulgamos o novo Código de Obras e estamos concluindo a revisão do Plano Diretor de Natal. Este capítulo, por sinal, merece um desdobramento. Quero chamar sua atenção, leitor, para quatro tópicos que suscitam maiores questionamentos: gabarito, coeficiente de aproveitamento, outorga onerosa e transferência de potencial.

O controle de gabarito foi uma proposta praticamente unânime, pois resguarda a paisagem da cidade. O Plano propõe um gabarito de até 23 andares, que por sinal constitui hoje a maioria dos nossos prédios, e abre para aquelas áreas adensáveis, isto é, com completa infra-estrutura, como é o caso da Cidade Alta e da Ribeira, até 32 andares. No coeficiente de aproveitamento, estamos revendo os patamares criados em 1999, que associavam população

e área de construção, o que restringia muitos projetos. O construtor se via na contingência de construir unidades menores para oferecer ao mercado um maior número delas. A proposta atual dá liberdade ao construtor. Ele pode utilizar uma vez sua área de terreno e, a seu critério, oferecer apartamentos de 45, 100 ou 120 metros quadrados dentro dos limites de sua área.

Natal está dividida em áreas adensáveis e não adensáveis. As primeiras contam com completa infraestrutura, como Tirol. Às outras ainda faltam drenagem, pavimentação, esgotamento sanitário, corredores viários, como Capim Macio. A outorga onerosa, que já existia desde 1994, só que a preços irrisórios, é um potencial adicional para se construir acima do limite básico em áreas adensáveis. Ao construir mais, logicamente o empreendedor terá mais ganhos, que serão taxados para formar um fundo de urbanização, cuja receita será aplicada em áreas de interesse social, na construção de moradias, regularização fundiária, urbanização de favelas e melhorias sanitárias.

O último desses instrumentos propostos é a transferência de potencial construtivo, que beneficia proprietários de terrenos em áreas não edificadas e zonas de proteção ambiental. Impedidos por lei de construir, eles cedem a terceiros, com direito a remuneração, tal direito para ser aplicado em outras áreas da cidade.

É bom frisar que, em atendimento ao Estatuto das Cidades, cada um desses instrumentos terá lei própria. Ademais, com eles, o município passa a ser mais justo na distribuição de recursos, já que todos são fruto da discussão democrática e do consenso dos vários grupos. São o resultado de uma ação articulada e trabalhada com a população. Finalmente, no tocante a projetos, cabe destacar o adensamento da cobertura verde com o projeto de arborização, que tem um cronograma de plantio a partir do inventário das áreas da cidade.

O projeto se concentra inicialmente nas regiões mais áridas das zonas norte e oeste. Nossa administração já contabiliza 11 mil mudas de árvores nativas plantadas, faremos o plantio de outras 15 mil este ano e até 2008 o projeto se completa com um total de 50 mil novas árvores em Natal.

Além disso, desenvolve-se um trabalho de educação ambiental para conscientizar a população sobre a preservação dessas espécies. Vale ainda citar a urbanização da Avenida Itapetinga, já realizada, grandes intervenções como o Parque da Cidade e o Largo do Teatro, além do Núcleo de Formação Ambiental, cuja sede construiremos no Parque das Mangueiras.

Nosso compromisso é fazer Natal crescer com responsabilidade. Sei bem como é custoso estimular o nível de consciência política da população, mas acredito que essa é a melhor via para ampliar as bases da democracia e da cidadania, em busca da efetiva inclusão social das minorias. Isto porque a maioria das cidades brasileiras está marcada pela precariedade e ilegalidade do habitat de seus cidadãos e também pela segregação sócio-espacial. Por tudo isso, renovo aqui o compromisso de lutar por um desenvolvimento ordenado e harmônico, minimizando os efeitos degradantes de um crescimento a qualquer custo.

Carlos Eduardo Alves

REFERÊNCIAS

ALBURQUERQUE, José Geraldo de (Org). **Henrique Castriciano**: seleta, textos e poesias. In: Aspectos natalenses crítica de costumes. Natal: Banco Real, 1993.

A NOSSA EDIFICAÇÃO. **Oásis**, Natal, Ano x, maio 1903.

ALVES, Carlos Eduardo. O PLANEJAMENTO AMBIENTAL E URBANÍSTICO DA CIDADE
WWW.natal.rn.gov.br - 27/03/2007

AZEVÊDO, Milena. 400 anos não muito bem contados. **O Potiguar**, Natal, ano II, nº 14, ago/set. 1999.

CÂMARA, Anfilóquio. **Cenários Municipais (1941-1942)**. Natal: Oficinas do Departamento Estadual de Estatística - DEIP, 1943.

CASCUDO, Luís da Câmara. Natal. **Revista Potiguar**, Rio de Janeiro, ano II, nº 05, junho 1937.

———. (Org.). Cidade do Natal. In: **Versos**. 2ª ed. Natal: Ed. Universitária UFRN, 1986. p. 17-28. (Coleção Resgate).

DANTAS, Estevão. Como era Natal em 1746. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, Natal, v. XXV - XXVI , ano 1928/1929.

DANTAS, George Alexandre Ferreira. A administração Omar O' Grady (1924-1930) e a modernização urbana de Natal. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte**, Natal, ano 1994 – 1996, vol. LXXXVII, ago. 2001.

DANTAS, Manoel. **Natal daqui a cinqüenta anos**. Natal: Fundação José Augusto; Natal: Sebo Vermelho, 1998.

EMERENCIANO, João Gothardo Dantas. Natal que Manoel Dantas não viu, **O Potiguar**, Natal, ano II, nº 10 jan/fev. 1999.

———. Os Cantões, **O Potiguar**, Natal, ano I, nº 05, abr/maio 1998.

———. Zona de preservação histórica, **Jornal de Natal**. Natal, 06 jan. 1997.

———. Notas sobre a Cidade do Natal, inédito.

FOGANHOLO, Eugênio. Tendências da ocupação urbana de Natal, **O Poti**, 27 jun. 1994.

GALVÃO, Hélio. Aspectos da evolução urbana e demográfica de Natal. **Revista da academia norte-riograndense de letras**, Natal, v. 26, nº 14, nov. 1976.

LIMA, Pedro de. **O mito da fundação de Natal e a construção da cidade moderna segundo Manoel Dantas**. Natal: Cooperativa Cultural; Natal: Sebo Vermelho, 2000.

MACHADO, Ana Miriam. Parque da Cidade. **Brouhaha.**, Natal, nov./dez. 2006. ano I. nº 06, p. 30 – 31.

MARANHÃO, Haroldo. Revitalização da Ribeira, dez anos depois. **Brouhaha.**, Natal, nov./dez. 2006. ano I. nº 06, p. 27 – 29.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Notas para a história do Rio Grande do Norte**. João Pessoa: UNIPÊ, 2001.

———. **Os holandeses na capitania do Rio Grande**. Natal: Departamento Estadual de Imprensa – DEI, 1998.

MEDEIROS, Valério Augusto Soares de. A dúvida sobre o fundador de Natal. **O Potiguar**, Natal, ano III, nº 19, jun/jul. 2000.

MELO, Protásio de. Os americanos em Natal. **O Potiguar**, Natal, ano VI, nº 36, out/nov. 2003.

MELO, Veríssimo de. Natal há 100 anos passados. **Separata da ICH revista**, Natal, v. 01, nº 03, 1972.

MOURA JÚNIOR, Manoel Procópio de. Presidentes das ruas numeradas do Alecrim. **O Potiguar**, Natal, ano VIII, nº 42, mar/abr.2005.

———. Denominações indígenas de Natal e praias do Rio Grande do Norte. **O Potiguar**, Natal, ano VII, nº 40, ago/set. 2004.

———. Ordenamento urbano nos anos 30. **O Potiguar**, Natal, ano VIII, nº43, mai/jun. 2005.

PATRIOTA, Nilson. Que pretendemos, afinal, comemorar? **O Potiguar**, Natal, ano III, nº16, dez. 1999.

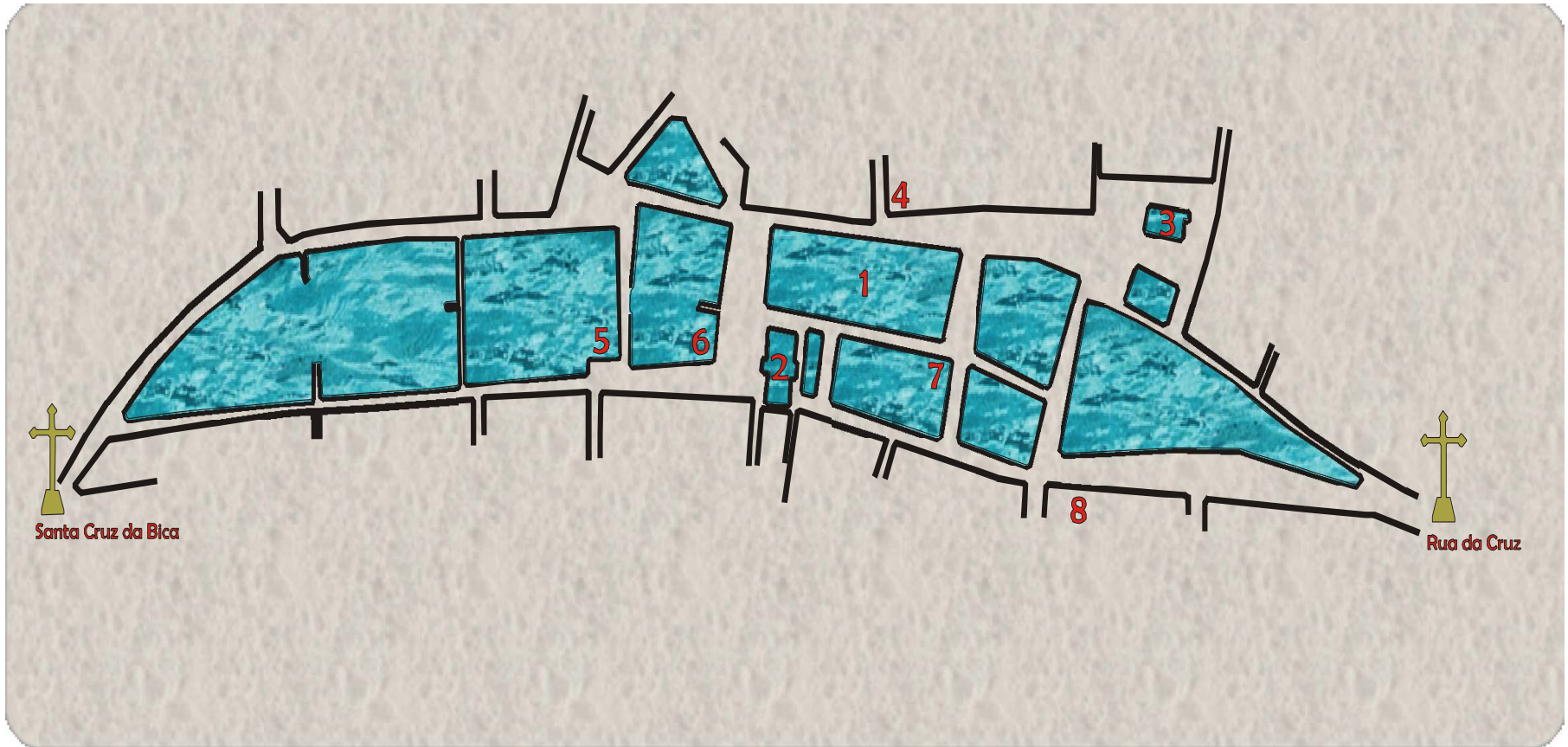
PAULINO, Bianor. Natal 400 anos (1599-1999). **O Potiguar**, Natal, ano II, nº 13, jul. 1999.

VENTURELE, Paulo. Natal 400 anos depois. **O Potiguar**, Natal, ano III, nº 16, dez. 1999.

DOCUMENTAÇÃO FOTO – GRÁFICA

Natal em 1599

Arquivo SEMURB



- 1 - Praça André de Albuquerque, 1599
- 2 - Antiga Catedral, 1694
- 3 - Igreja do Rosário, 1714
- 4 - Casa da Camara e Cadeia, 1722

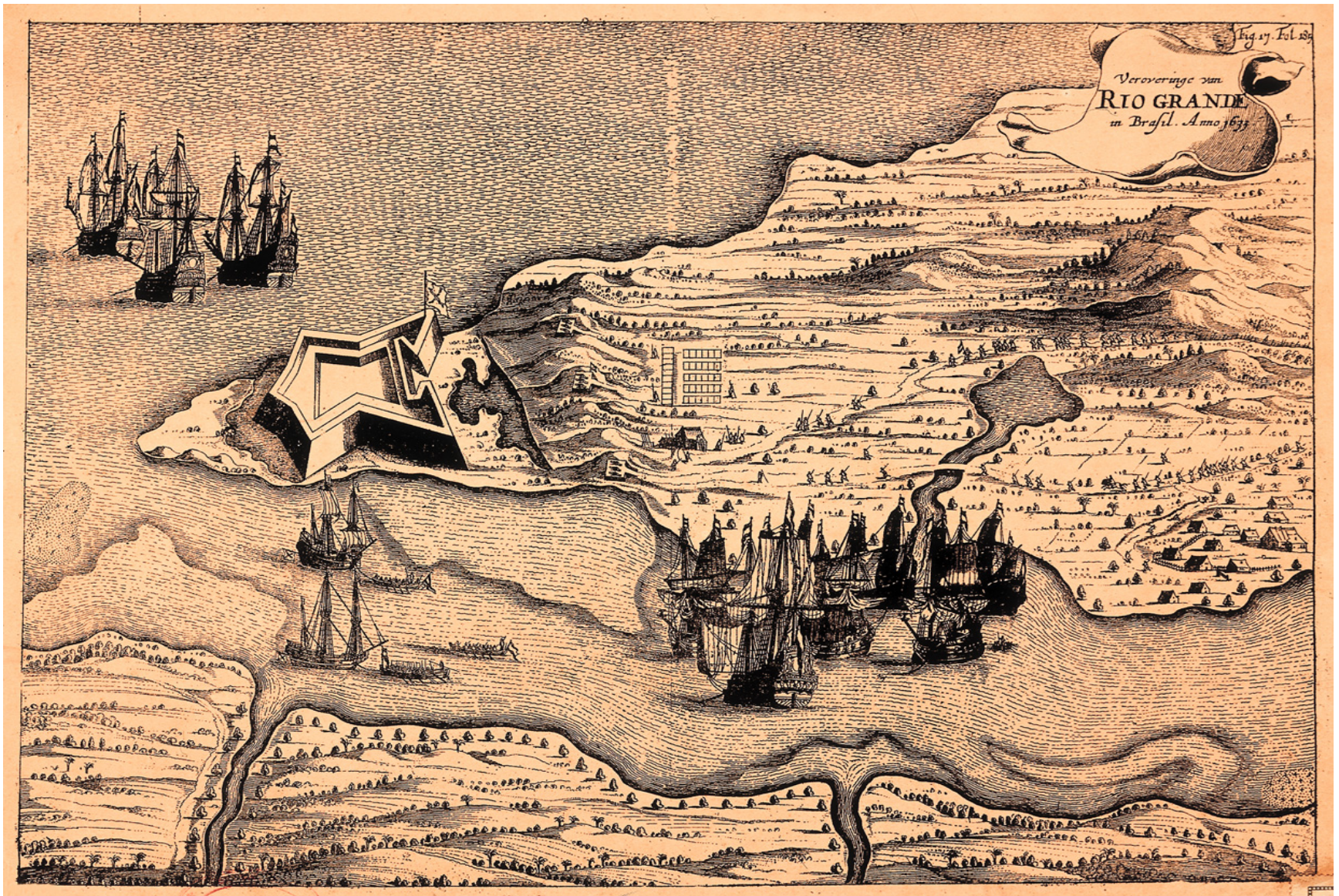
- 5 - Igreja de Santo Antonio, 1766
- 6 - Erário Publico, 1817
- 7 - Palácio do Governo, 1868
- 8 - Palácio Felipe Camarão, 1922



Detalhe de um mapa elaborado por João Teixeira Albernaz, incluído no “Livro que dá razão do Estado do Brasil (1612)

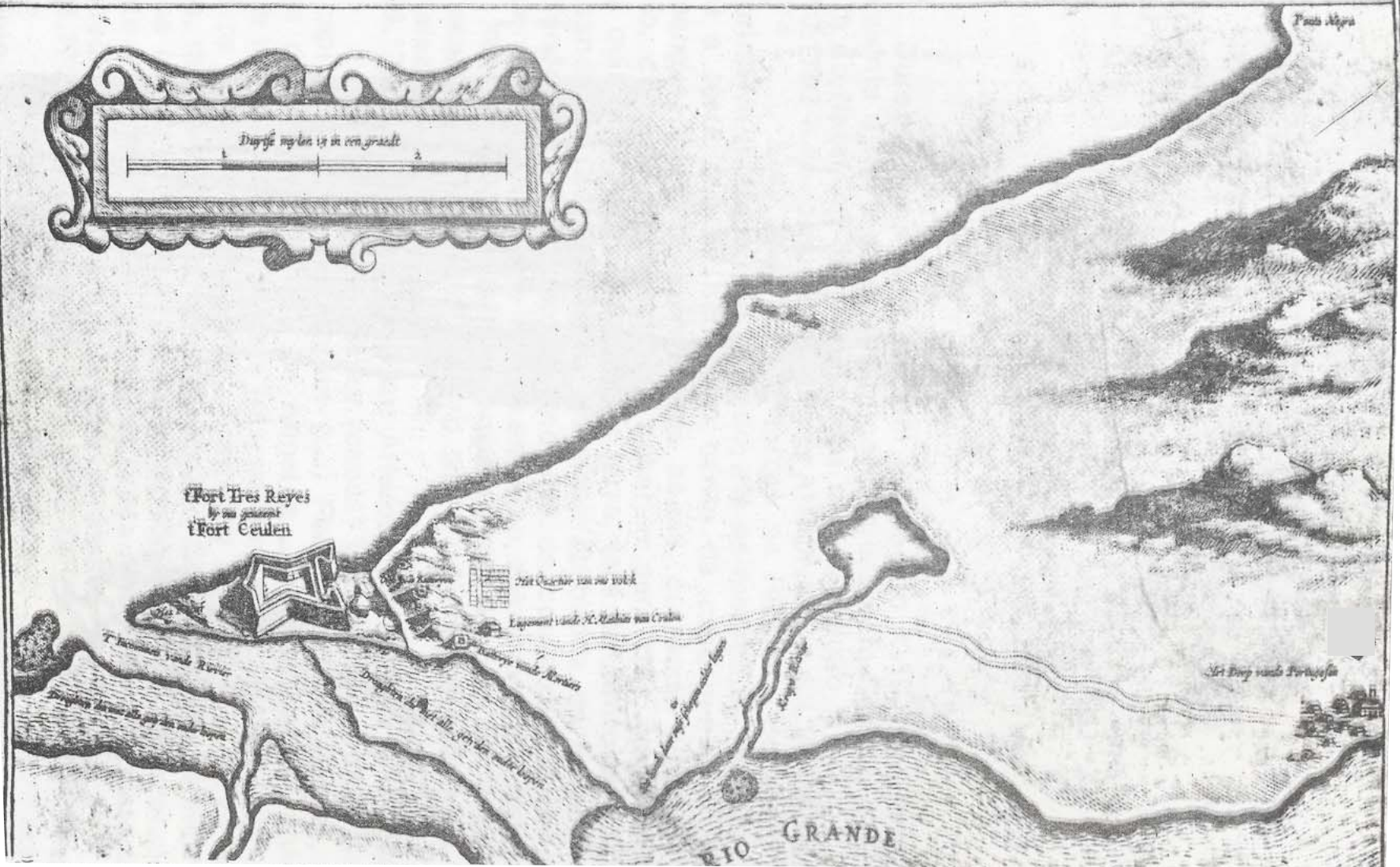


Mapa intitulado Rio Grande, publicado em 1631, de autoria de João Teixeira Albernaz

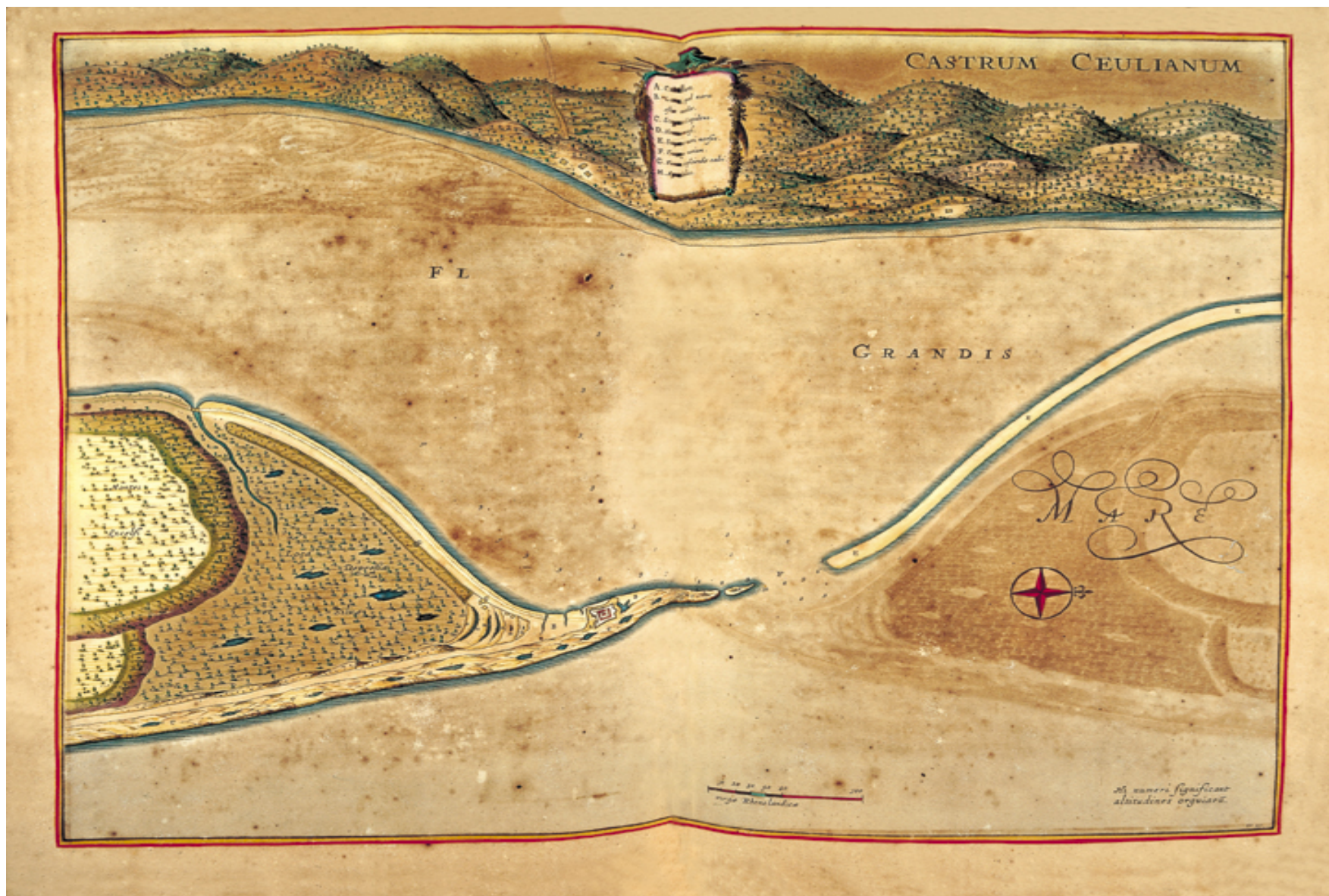


Gravura holandesa VEROVINGE VAN RIO GRANDE IN BRAZIL ANO 1633, incluída no livro de Laet.

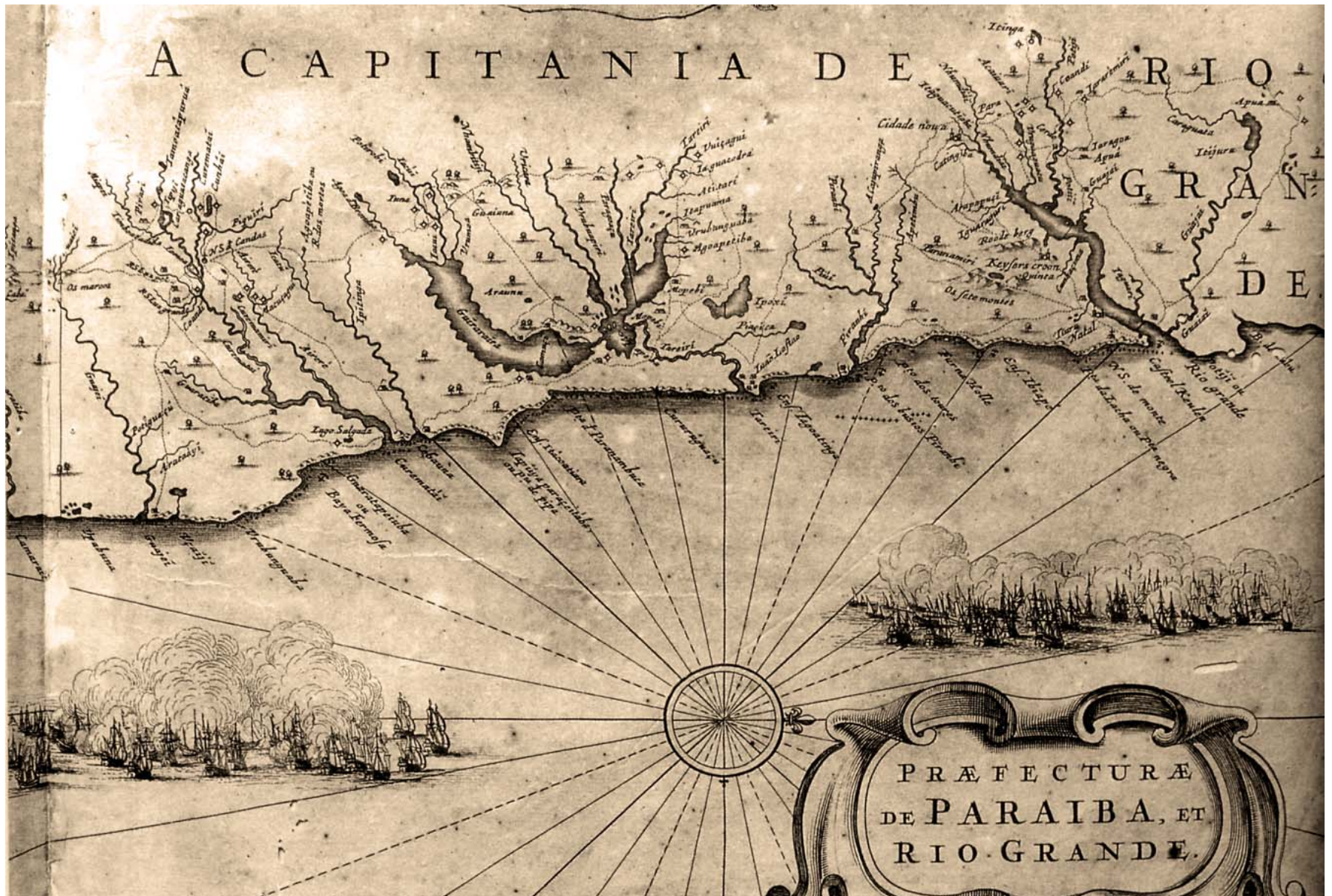
AFBEELDINGHE VAN T'FORT OP RIO GRANDE ENDE BELEGERINGHE.



Planta do Forte do Rio Grande e arredores, gravura holandesa contemporânea da conquista da capitania (1633).



Gravura flamenga incluída no livro de Barleu, representando a barra do Rio Grande e arredores



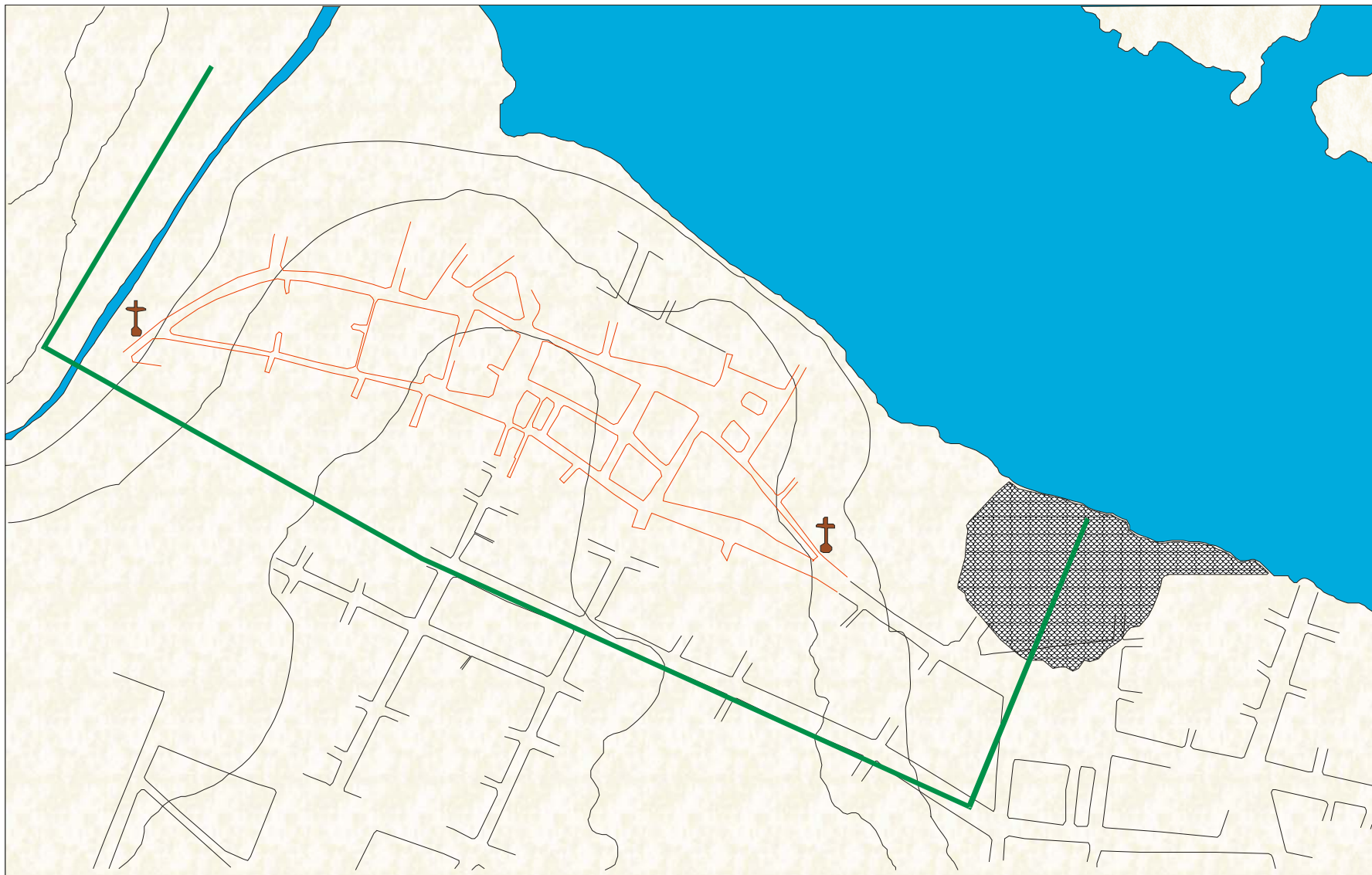
Seção do mapa de Marcgrave, incluído no livro de Barleu, onde se vê assinalada a Cidade Nova



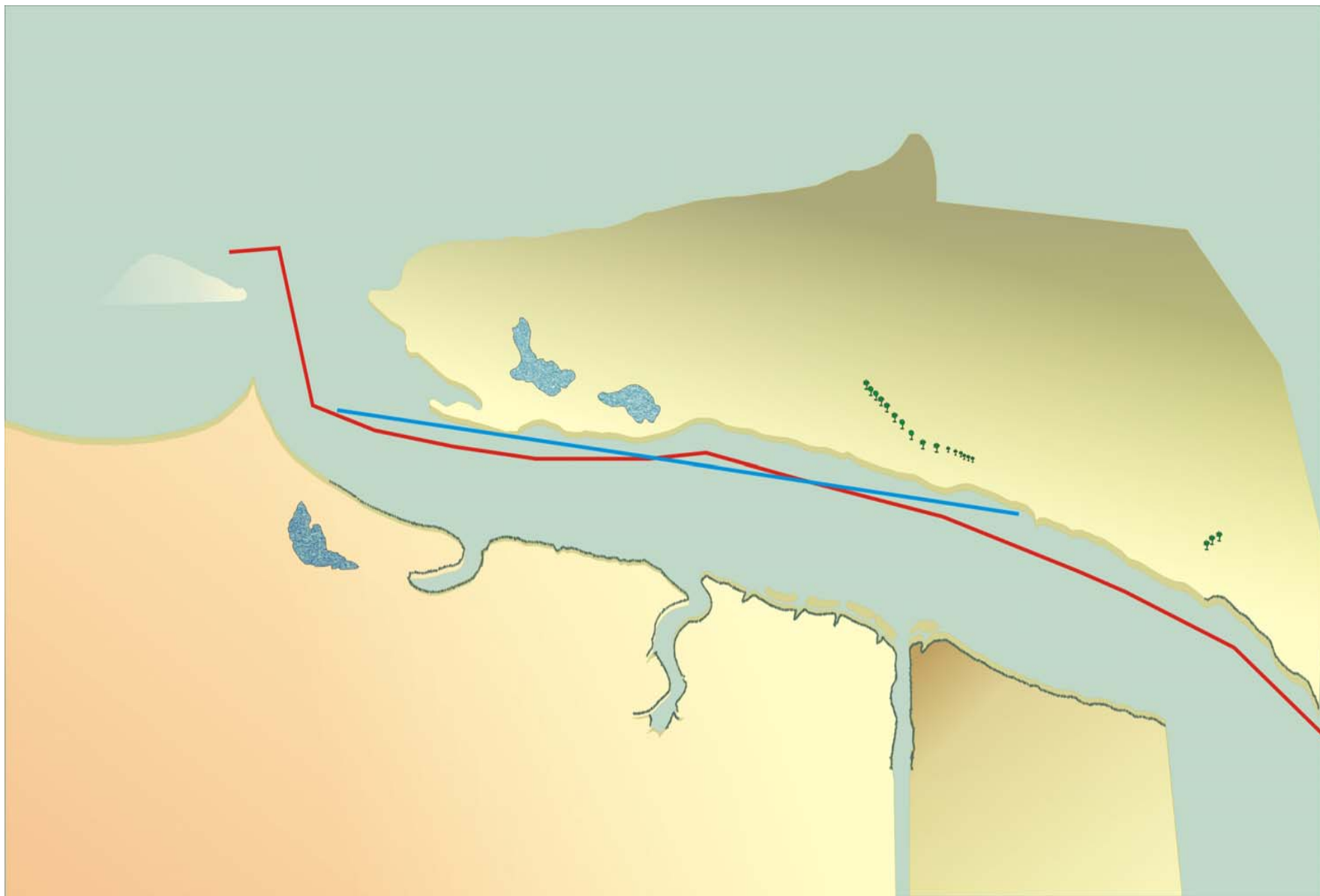
O Castelo Keulen (Fortaleza dos Reis Magos), retratado por Frans Post em 1638



Forte dos Três Reis Magos ou Ceulen. Óleo de Frans Post, 1638



Delimitação do quadro da cidade, através da Lei Provincial nº 118, de 09.11.1844



Plano Topo-hidrográfico realizado pelo capitão-tenente F.J. Ferreira em 1847

LARGOS E PRAÇAS

- A. Praça da Matriz
- B. Praça de S. Antônio
- C. Praça do Palácio
- D. Largo do Quartel
- E. Largo do Rosário

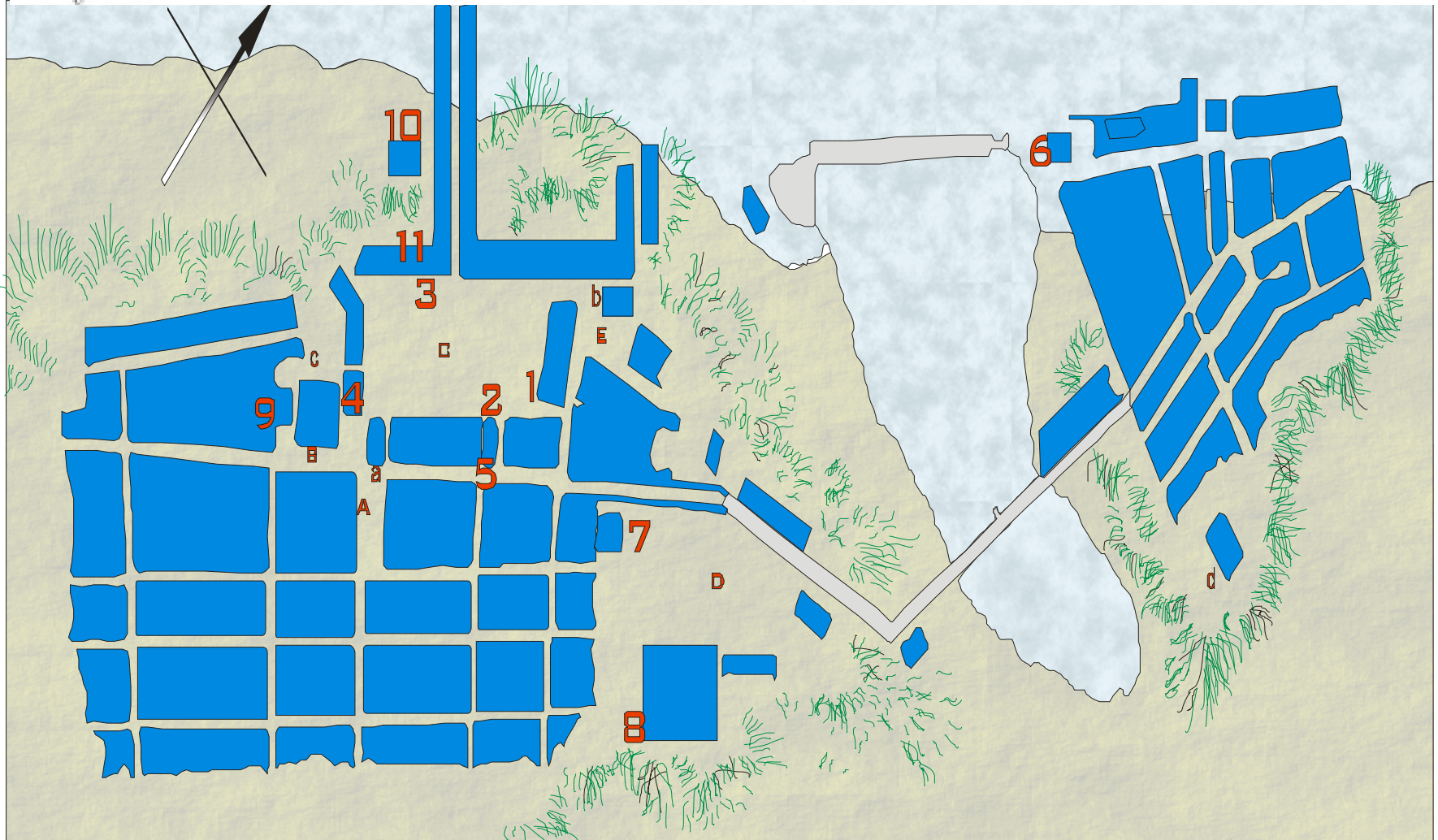
IGREJAS

- a. N. S. da Apresentação (Mat.)
- b. N. S. do Rosário
- c. S. Antônio
- d. Bom Jesus

EDIFÍCIOS PÚBLICOS

- 1. Palácio do Governo
- 2. Assembleia Provincial
- 3. Câmara Municipal
- 4. Tesouraria da Fazenda
- 5. Tesouraria Provincial

- 6. Alfândega
- 7. Atheneu
- 8. Quartel de Linha
- 9. Quartel do corpo policial
- 10. Hospital Militar
- 11. Cadeia



Mapa da cidade do Natal elaborado em 1864 - Atlas do Império do Brasil - Cândido Mendes de Almeida, 1868

MASTER - PLAN 1901-1904

Arquivo SEMURB



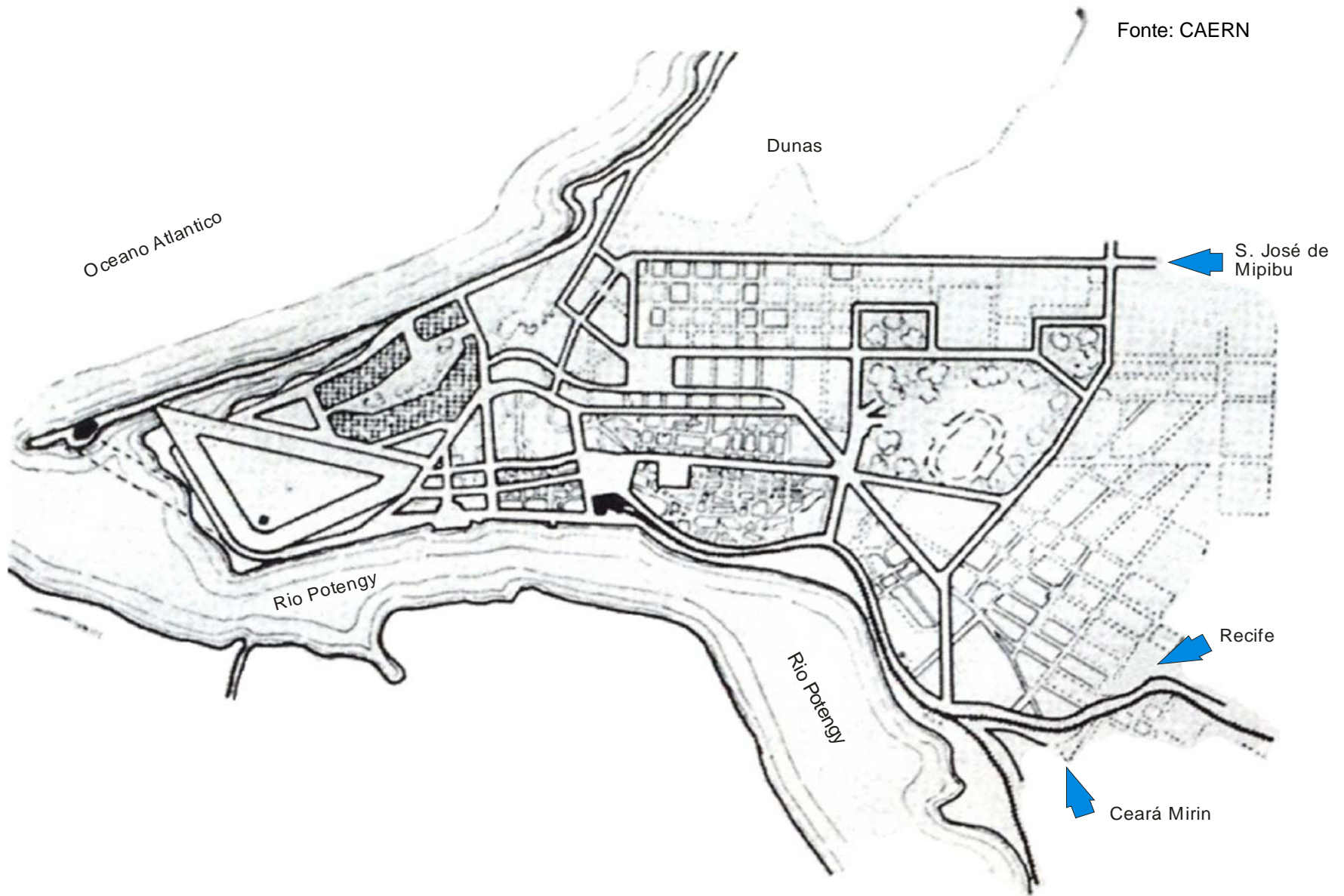
O plano idealizado pelo agrimensor italiano Antônio Polidreli foi a primeira forma de ordenamento urbano de Natal

PLANO GERAL DE SYSTEMATIZAÇÃO DA CIDADE DE NATAL

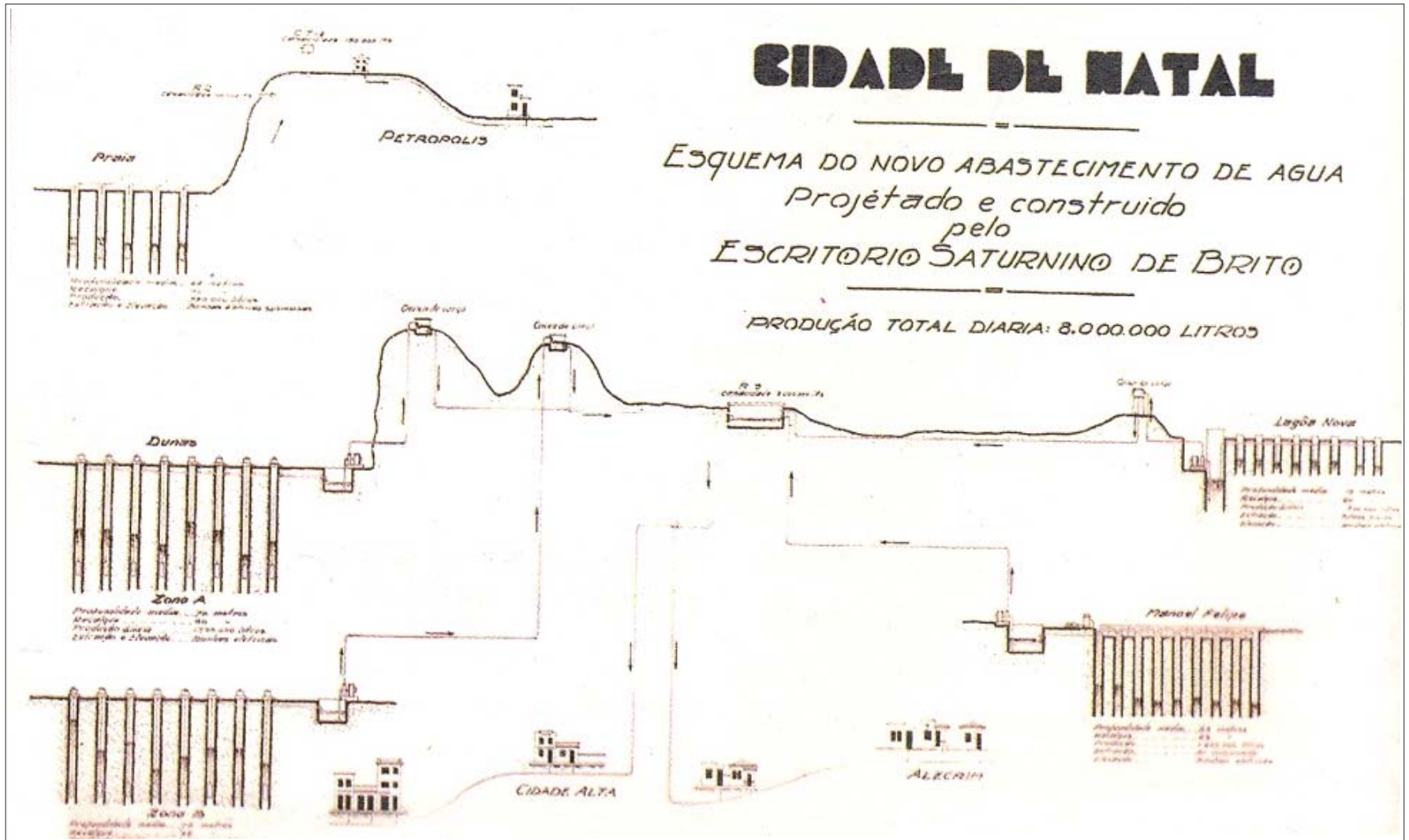
Prefeitura Municipal
NATAL



O Plano Palumbo foi elaborado em 1929, na gestão do prefeito Omar O'Grady



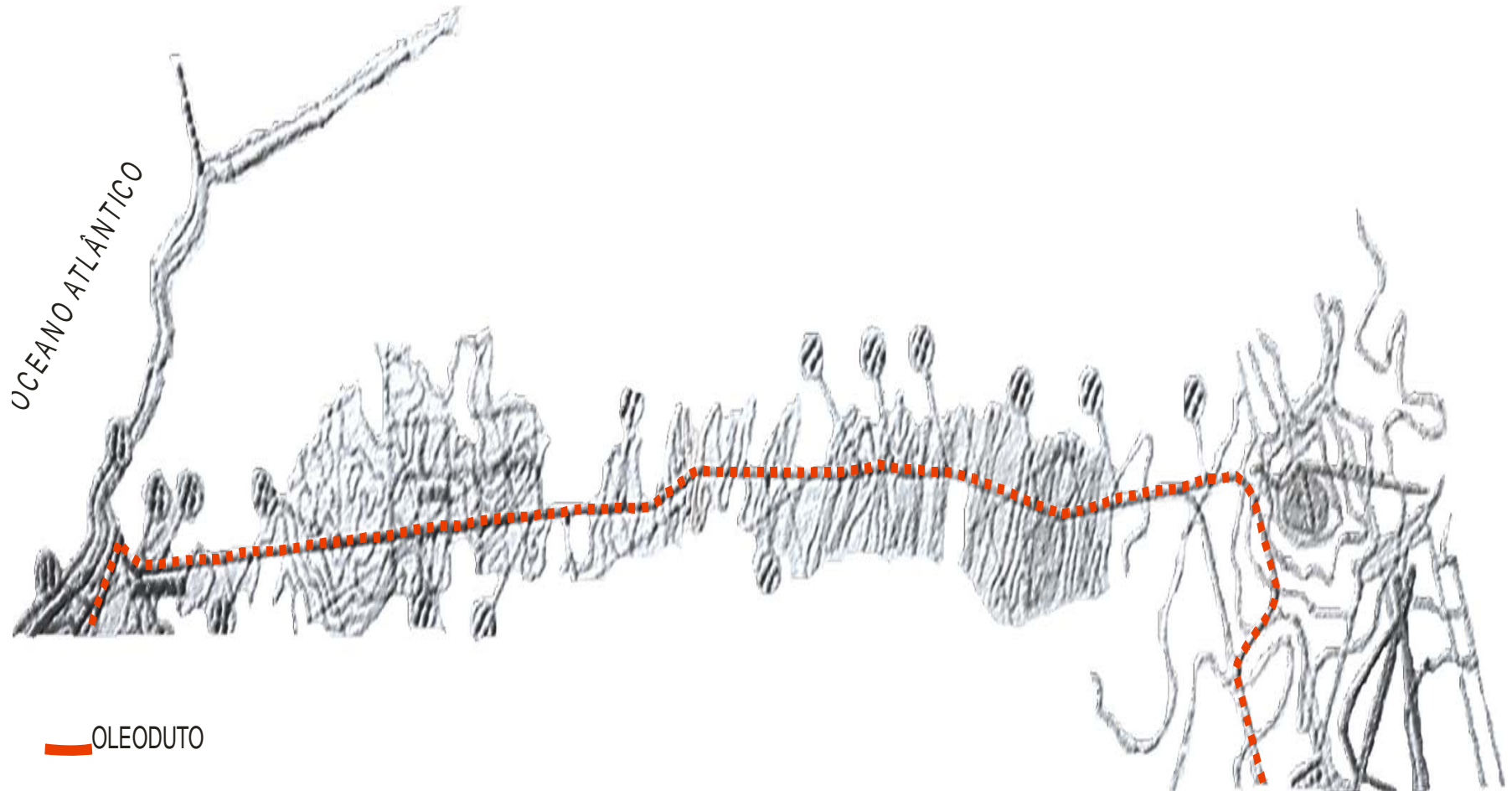
Plano Geral de Obras, elaborado pelo escritório Saturnino de Brito, inaugurou obras de saneamento em 1939



Projeto de abastecimento de água de Natal, idealizado pelo Escritório Saturnino de Brito

PIPELINE DE 6ª QUE VAI DAS DUNAS À BASE AÉREA DE PARNAMIRIM ESCALA DE 1: 20.000

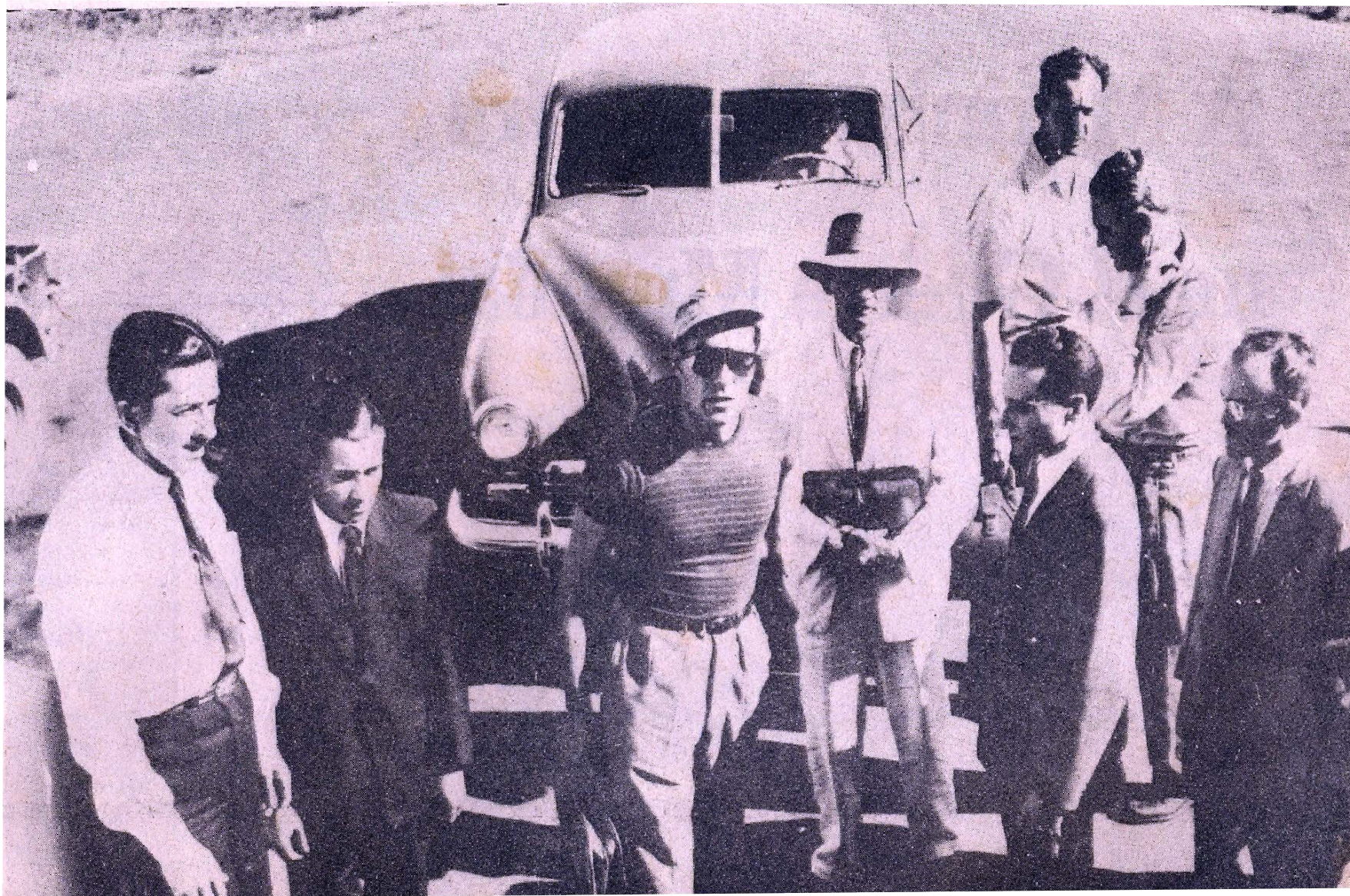
CÓPIA DA STANDARD OIL & CO. OF BRASIL



Planta do oleoduto construído pelos norte-americanos para levar combustível do bairro de Santos Reis até Parnamirim

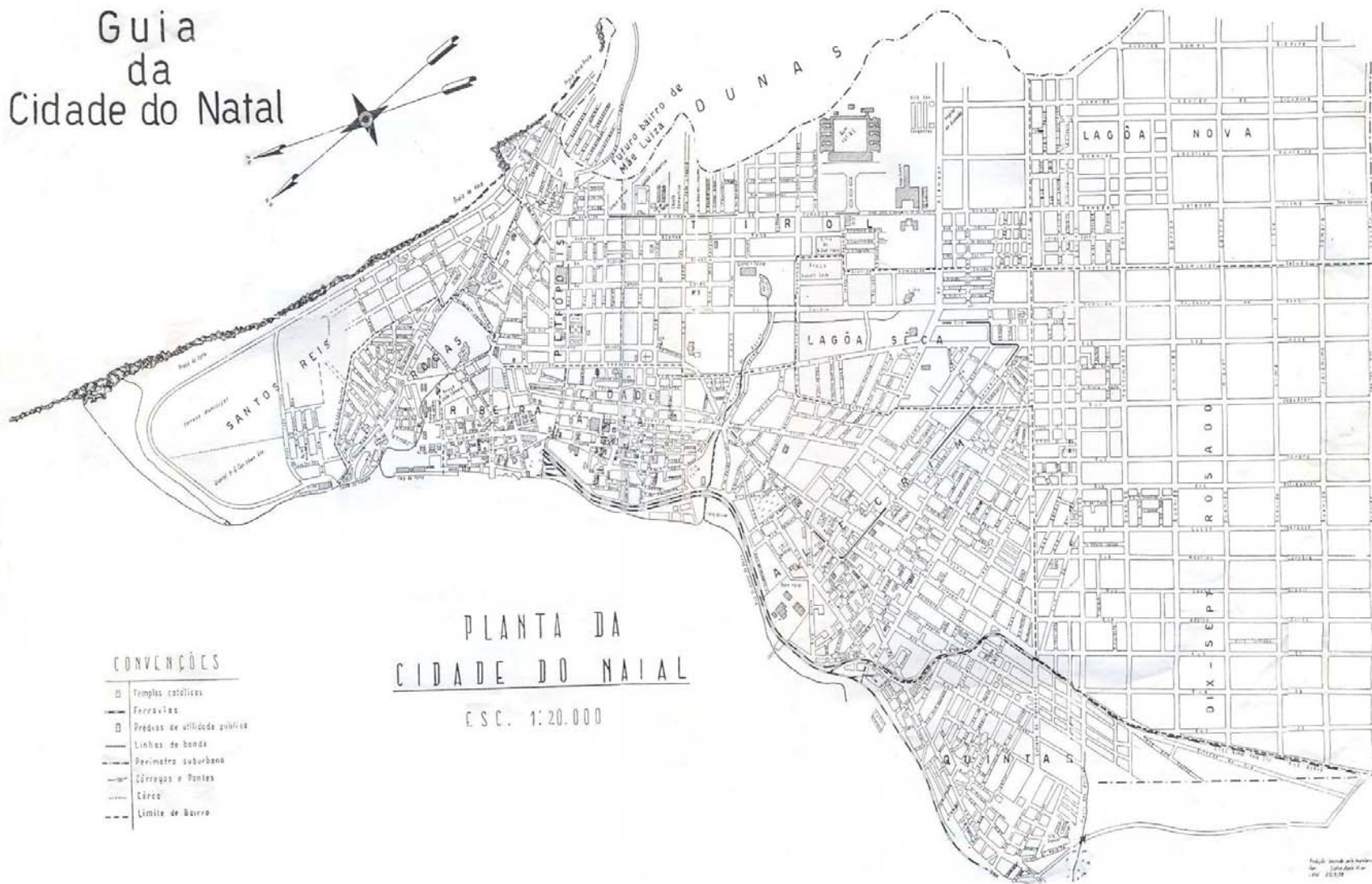
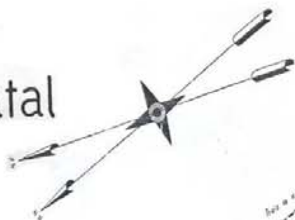


Alojamento para a tropa norte-americana em construção. Parnamirim, 1943



Tyrone Power chega a Natal. À esquerda, de chapéu, o jornalista Luiz Maria Alves

Guia da Cidade do Natal



CONVENÇÕES

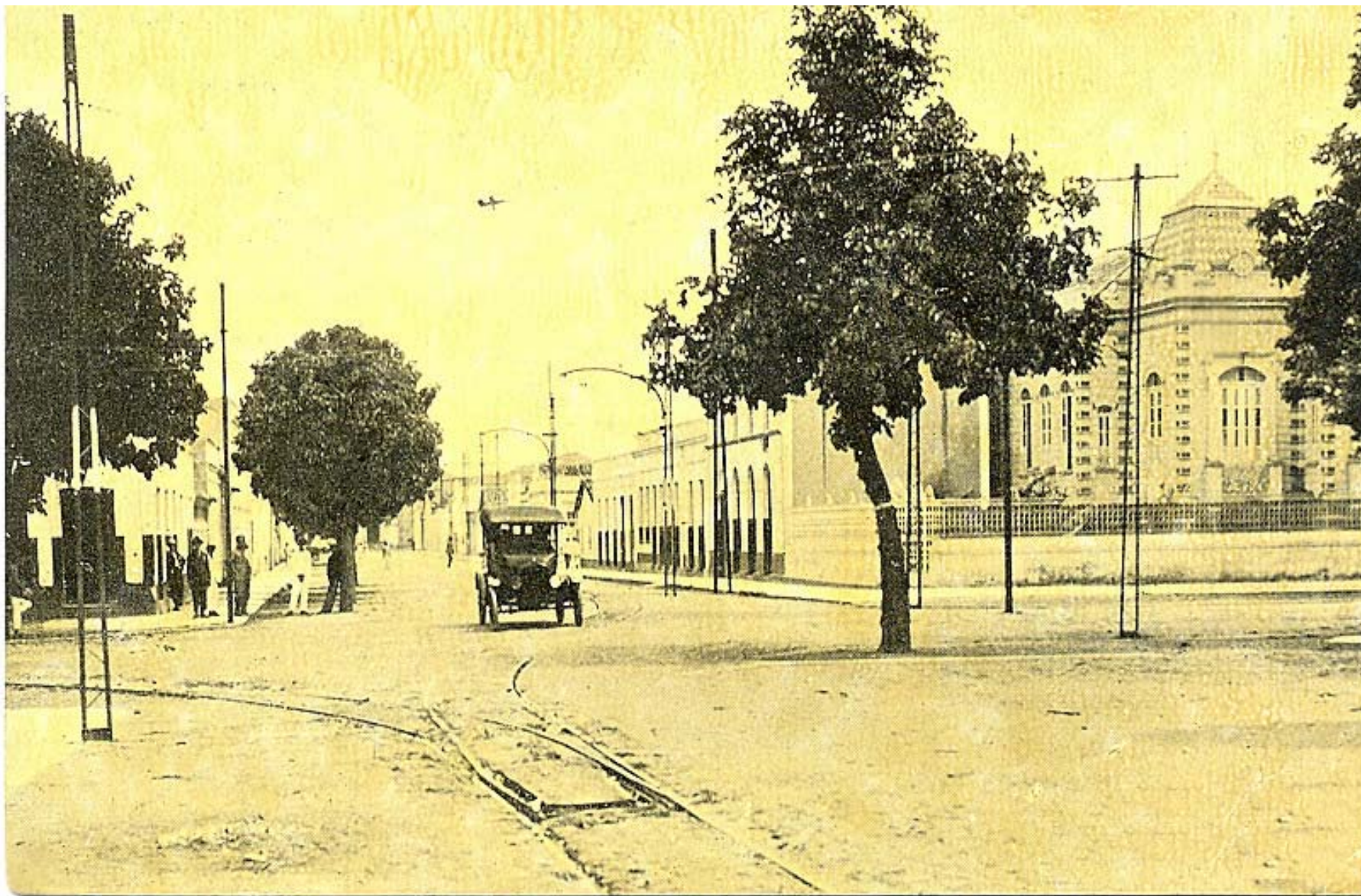
- ☐ Templos católicos
- Ferrovias
- Pedregos de utilidade pública
- Linhas de bonde
- Perimetro suburbano
- Córregos e Pontes
- Córrego
- - - Limite de Bairro

PLANTA DA CIDADE DO NATAL

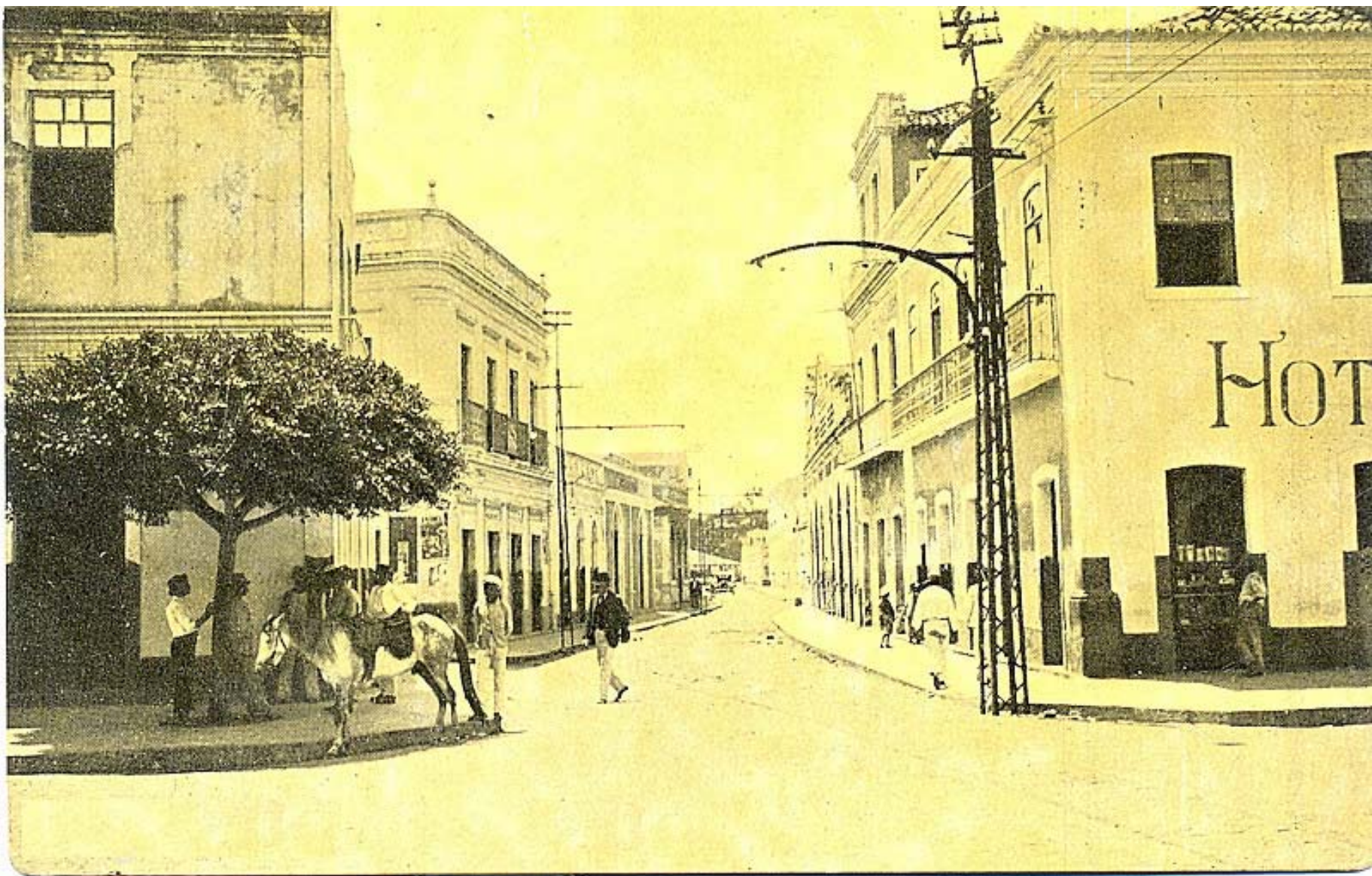
ESC. 1:20.000

Publicado segundo o plano diretor de 1958
Linha de base de 1958
1/25/58

Planta da cidade do Natal confeccionada em 1958, encartada no “Guia da cidade do Natal-1958/59”



Rua Cel. Pedro Soares, atual Rua João Pessoa, no final da década de 20



Cruzamento da Rua do Comércio (atual Rua Chile) com a Av. Tavares de Lira, no final da década de 20



Rua Presidente Quaresma, no bairro do Alecrim, em 1937



Avenida Tavares de Lira, no bairro da Ribeira, em 1946



O Baldo no final da década de 50



Avenida Rio Branco no final da década de 50



Vista das praias do Meio e do Forte na década de 30, vendo-se ao fundo a Fortaleza dos Reis Magos



Ponta do Pinto, atual Praia de Miami, na década de 30



Vista parcial de praias de Natal, no início da década de 50, vendo-se à esquerda o morro de Mãe Luiza



Canto do Mangue, tradicional porto de pesca, na década de 30



A bucólica Praia da Redinha, "porto de pescaria dos capitães-mores", em foto da década de 30



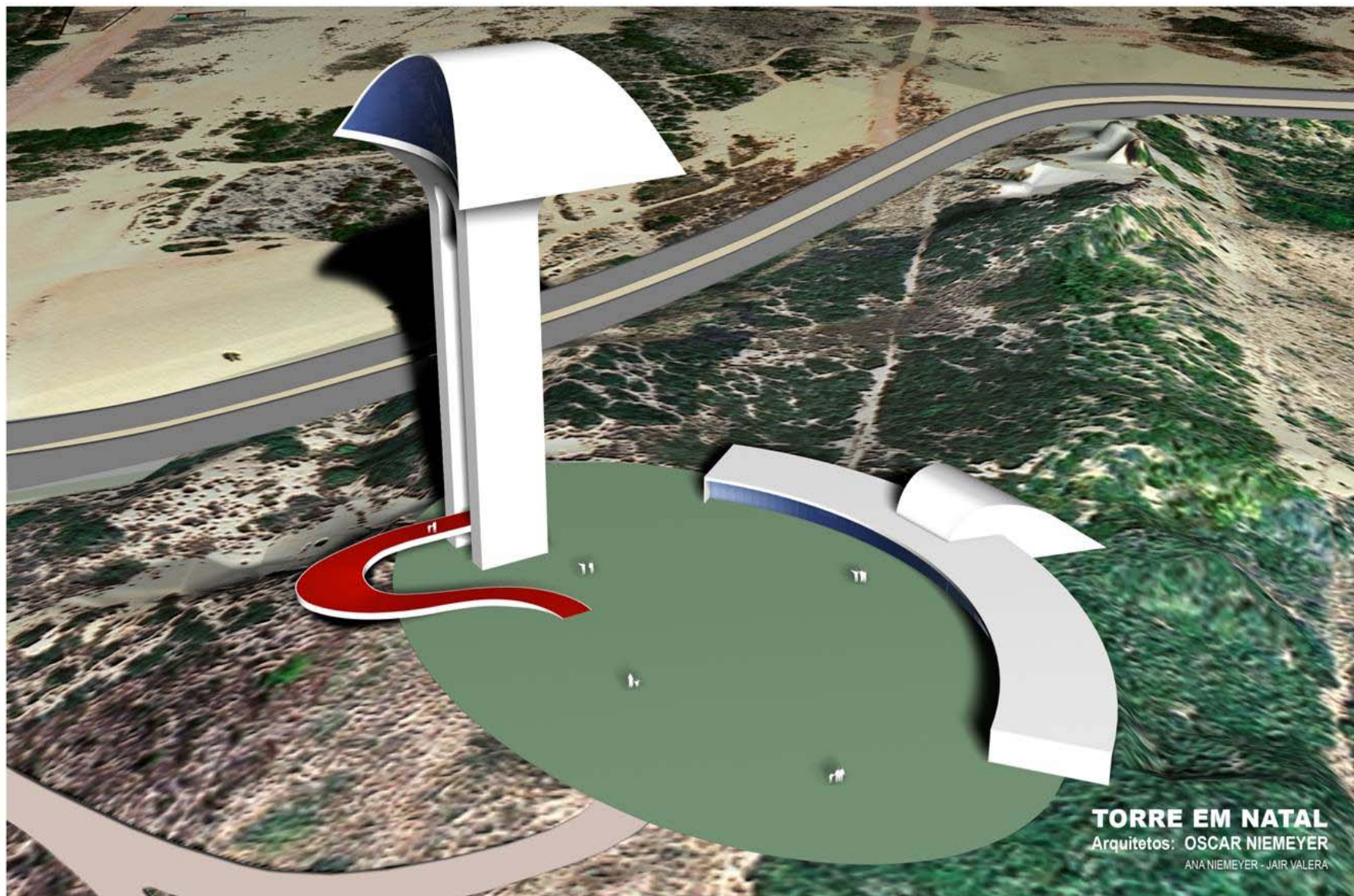
Antigo forno do lixo de Cidade Nova, extinto na gestão do prefeito Carlos Eduardo Alves. Foto: Adrovando Claro



Projeto do Largo do Teatro Alberto Maranhão, no bairro da Ribeira



Vista aérea da Zona de Proteção Ambiental-1(zpa-1), onde será construído o Parque da Cidade



Maquete eletrônica do Parque da Cidade, produzida pelo escritório de arquitetura de Oscar Niemeyer

A CAPITANIA DE RIO GRANDE DE



PREFEITURA DO
NATAL
COMPROMISSO COM A CIDADE



SEMURB
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo

PREFECTURE
DE PARAIBA, ET
RIO GRANDE.